FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO PORTO

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E INTERVENÇÃO EDUCATIVAS

AVALIAÇÃO EXTERNA

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO 2010-2015

- RELATÓRIO FINAL -

Coordenadores:
Alexandra Sá Costa
João Caramelo

Equipa de avaliação
Alexandra Sá Costa
Carina Coelho
Dalila Coelho
Francisca Costa
Isabel Menezes
João Caramelo
Luís Grosso Correia
Teresa Medina

Consultoria:
Luíza Cortesão
Carlinda Leite

Janeiro de 2017

U.PORTO
FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO PORTO

CIIE
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
INTERVENÇÃO EDUCATIVAS

Resultado do contrato estabelecido entre a PPONGD – Plataforma Portuguesa de Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (com o apoio do Camões, I.P.) e a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, este estudo de avaliação é da autoria de:

Alexandra Sá Costa
João Caramelo
(coordenadores)

Alexandra Sá Costa
Carina Coelho
Dalila Coelho
Francisca Costa
Isabel Menezes
João Caramelo
Luís Grosso Correia
Teresa Medina
(equipa de avaliação)

Índice

Sumário Executivo 5

1. Introdução e enquadramento 11

1.1. Finalidade, objeto e âmbito da avaliação 11

1.2.Breve descrição do projeto de avaliação, da sua lógica e pressupostos 11

1.3. Descrição das fases do processo de avaliação 12

1.4. Limitações da conceção da avaliação identificadas *a posteriori* 13

1.5. Organização do Relatório 14

2. Abordagem e estratégia metodológica 15

2.1. Métodos e técnicas de recolha e análise de dados 16

2.2. Limitações do processo de avaliação 18

3. Resultados e constatações da avaliação 20

4. Conclusões e recomendações 96

4.1. Conclusões 96

4.2. Recomendações 99

5. Bibliografia Geral 104

6. Índice de Anexos 109

SIGLAS / ACRÓNIMOS

ACM	Alto Comissariado para as Migrações
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APEDI	Associação de Professores para a Educação Intercultural
ARIPESE	Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação
ASPEA	Associação Portuguesa de Educação Ambiental
CA	Comissão de Acompanhamento
CAD	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CE	Comissão Europeia
CICL	Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P
CIDAC	Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral
CIG	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNJ	Conselho Nacional da Juventude
CNJP	Comissão Nacional Justiça e Paz
CNU	Comissão Nacional da UNESCO
DGE	Direção Geral de Educação
ECG	Educação para a Cidadania Global
ED	Educação para o Desenvolvimento
ENED	Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento
ESE	Escola Superior de Educação
ESE-IPVC	Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo
ESPA	Entidade Subscritora do Plano de Ação
GEED	Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento
GENE	Global Education Network Europe
GTED	Grupo de Trabalho em Educação para o Desenvolvimento da PPONGD
IP	Instituição Pública
IPDJ	Instituto Português do Desporto e da Juventude
IPVC	Instituto Politécnico de Viana do Castelo
NUTS	Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
OE	Objetivo Específico
ONGD	Organização Não Governamental para o Desenvolvimento
OSC	Organização da Sociedade Civil
PA	Plano de Ação
PPONGD	Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento
RA	Relatório de Acompanhamento
TA	Tipologias de Atividades
UE	União Europeia

Sumário Executivo

1. INTRODUÇÃO

A avaliação externa da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) teve por finalidade a prestação de contas e a aprendizagem. À semelhança do processo de elaboração e de acompanhamento, a avaliação teve um cariz participativo. O processo de avaliação teve como objeto e âmbito os cinco anos de implementação da ENED (2010-2015), os seus processos de desenvolvimento e de acompanhamento, abarcando o período de tempo compreendido entre o início da execução e a data inicialmente prevista para o seu término, considerando todo o território nacional. O trabalho de avaliação assentou numa matriz negociada com 8 questões de avaliação e 30 subquestões.

2. METODOLOGIA

A avaliação teve como princípio o envolvimento da maior diversidade possível de atores que participaram na implementação da ENED, de forma a dar relevo a uma pluralidade de vozes e sentidos atribuídos à ação. A metodologia envolveu o recurso a métodos mistos – qualitativos e quantitativos – através de: administração de um questionário às entidades promotoras, entrevistas a atores chave, análise documental e discussão do relatório preliminar com as entidades subscritoras do plano de ação da ENED. Como limitações, há a considerar: i) o tempo inicialmente previsto para a realização da avaliação externa; ii) não ter sido possível considerar dados do Relatório de Acompanhamento de 2015, dado que a sua realização coincidiu com o período de recolha e análise de dados desta avaliação externa; iii) a inexequibilidade de resposta a algumas das perguntas da matriz de avaliação, o que levou à necessidade da sua reformulação; iv) a taxa de resposta do inquérito por questionário ter-se situado abaixo dos 50% num universo delimitado (62 entidades); v) a incorreta identificação no questionário de algumas organizações enquanto ESPA (entidades subscritoras do plano de ação), não permitiu a mobilização de dados quantitativos deste tipo de entidade; vi) a análise de ações realizadas foi feita com recurso ao relato que os promotores fazem delas, pela impossibilidade de se acompanhar no tempo e no terreno as práticas desenvolvidas; vii) a avaliação de ações de natureza imaterial não permite o estabelecimento de nexos de causalidade lineares e absolutos.

3. CONSTATAÇÕES E CONCLUSÕES

As constatações e conclusões, organizadas por pergunta de avaliação, tiveram por base a análise de todos os dados produzidos e a sua triangulação. Sistematizam-se da seguinte forma:

- **Relevância da existência da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento**

A existência de uma estratégia nacional nesta área é identificada como politicamente importante considerando os desafios do mundo atual e os seus contributos na formação de cidadãos conscientes e participativos, bem como as recomendações para esta área salientadas por instâncias internacionais. A existência da ENED enquadrou e legitimou as ações de ED, permitindo a organização e sistematização do setor e permitiu uma série de ganhos do ponto de vista operacional e substantivo reconhecidos por uma diversidade de atores. A constatação, para além dos ganhos obtidos, de aspetos ainda a alcançar, bem como as recomendações internacionais em matéria de ED, consubstanciam a relevância prática e política da ENED.

- **A ENED é simultaneamente reconhecida como tecnicamente bem concebida e com um elevado grau de complexidade na sua estrutura e linguagem**

A arquitetura da ENED assenta num encadeamento desde o Objetivo Geral às Tipologias de Atividades, num esforço de explicitação e operacionalização da ação que apresenta uma coerência facilmente aceitável. No entanto, na análise efetuada, a relação direta, sequencial e exclusiva não se verifica, o que dilui o racional de construção da estratégia. Os seus objetivos específicos tornam-na abrangente e inclusiva da diversidade de perspetivas de ED que compõem o setor, mas o desdobramento sucessivo reforça a complexidade, o que é particularmente visível nos Objetivos Específicos 1 e 4. A linguagem assumida pela ENED também contribuiu para a sua complexidade, sobretudo ao nível das Medidas e Tipologias de Atividades.

- **As metas permitem reconhecer indícios sobre a concretização dos objetivos específicos da ENED**

As metas definidas com indicadores quantitativos para os objetivos 1 a 4 foram largamente superadas considerando o número de ações reportadas em cada um daqueles. As metas não quantificadas nos mesmos objetivos foram objeto de reporte mas nem sempre é possível afirmar a sua concretização a partir da informação disponível. A definição de metas e a análise da sua concretização é importante, mas o seu papel de garante no cumprimento dos Objetivos é relativo e não foi o mais valorizado nos processos de acompanhamento. A sua definição assumiu um compromisso entre a prestação de contas e a regulação da ação, e a sua gestão acentuou uma função essencialmente formativa e de apoio à orientação da ação dos promotores.

- **A inexistência de um financiamento programático fragiliza a implementação/desenvolvimento da ENED**

Com exceção das atividades cobertas por contratos-programa e das atividades transversais, a ENED não teve financiamento direto e próprio. O financiamento da ENED é reconhecido como o aspeto mais problemático de toda a estratégia. Durante o tempo de implementação da ENED não foi possível sistematizar os montantes totais envolvidos anualmente no desenvolvimento das ações, até pela diversidade de natureza das entidades promotoras que têm modos de organização muto diferenciados. A maioria das atividades reportadas são indicadas como sendo financiadas pelos recursos próprios das entidades promotoras tornando a implementação da ENED dependente da sustentabilidade dos promotores e da sua capacidade de garantir financiamento. A inexistência de um financiamento programático e a escassez de recursos humanos, conjugada com a sobreposição de tarefas, condicionou o modo de implementação da ENED, particularmente ao nível do acompanhamento.

- **O impacto da ENED nas práticas de ED das entidades promotoras é reconhecido como positivo.**

A apropriação da ENED pelas entidades promotoras fez-se segundo lógicas de continuidade, consolidação e alargamento do seu trabalho em ED. O impacto da ENED nos promotores traduz-se, essencialmente, no reconhecimento político da ED pela tutela e pela legitimação das ações de ED que esse reconhecimento confere, o que permitiu incrementar as ações de ED das entidades. No período de vigência da ENED aumentou a importância das atividades de ED desenvolvidas pelas entidades promotoras e o número de entidades a desenvolver ações neste campo. Reconhece-se na ENED uma potencialidade de organização e orientação das ações das entidades. As entidades promotoras reconhecem globalmente uma identificação entre os objetivos da ENED e a sua missão.

- **A incorporação da ENED nas práticas das ESPA é feita através do reforço das suas áreas de ação tradicionais**

As ESPA não identificam o desenvolvimento e implementação de práticas novas pela existência da ENED, assumindo que continuam a trabalhar diferentes "educações para…". Mas acentuam a articulação dos objetivos da ENED com a missão das suas próprias entidades, reconhecendo o contributo que a ENED deu às ações que já implementavam. Esse contributo traduz-se essencialmente na articulação, ainda que por justaposição, de temas e campos de ação. O envolvimento destas entidades na ENED permitiu-lhes o (auto)reconhecimento de parte das suas ações enquanto ED, permitindo assim alargar o campo da ED em Portugal.

- **Os processos de acompanhamento da ENED permitiram principalmente a monitorização da ENED**

É de realçar a importância e singularidade da construção e manutenção de um dispositivo de acompanhamento da ENED. Salienta-se a importância da recolha sistemática de dados e realização de relatórios anuais de acompanhamento, pelo que significam em termos do mapeamento da ação desenvolvida, mas o seu caráter quantitativo e descritivo cumpriu apenas uma função de monitorização. Por outro lado, o processo de acompanhamento não se esgota na produção de relatórios anuais dado que a Comissão de Acompanhamento, para além do trabalho de dinamização da ENED, cumpre também funções de acompanhamento através da promoção de momentos de reflexão entre os seus membros e com as ESPA. No entanto, o processo de acompanhamento poderia ter uma maior dimensão qualitativa, reflexiva e crítica que permitisse uma maior função de retroacção. No que toca à produção dos Relatórios de Acompanhamento conclui-se que, não obstante as melhorias que foram introduzidas no processo de recolha de informação, há ainda aspetos que precisam ser melhorados, nomeadamente a possibilidade de aferir a adequabilidade das ações reportadas.

- **Existe um desfasamento entre a complexidade intrínseca ao Objetivo 1 e as características das atividades que o concretizaram**

Durante a implementação da ENED foram realizadas atividades correspondentes às duas dimensões deste Objetivo ("Capacitação" e "Diálogo e cooperação institucional"). Ambas concretizaram-se privilegiando a realização de sessões de formação com características de maior formalização da ação educativa. A natureza das ações é diversa em termos de finalidades, contextos e graus de formalização não sendo evidente como é que, isoladamente ou adicionadas entre si, este tipo de ações contribui para as duas dimensões do objetivo. A natureza de algumas das ações desenvolvidas neste Objetivo assumem mais um papel de "Sensibilização" do que de "Capacitação" ou "Diálogo e cooperação institucional".

- **Existe um desfasamento entre a abrangência do Objetivo 4 e as características das atividades que o caracterizaram**

Não é evidente a razão da agregação da "Sensibilização" à "Influência política" num mesmo Objetivo, sobretudo quando o despacho de publicação da ENED as classifica como duas formas de intervenção e distintas. Estas duas dimensões, abrangentes em si mesmas e passíveis de interpretações diferentes, tornam-se ainda mais difusas quando conjugadas num mesmo Objetivo. A relação que se constata entra elas é na definição das Medidas dado que estas são iguais nas duas dimensões apenas com a substituição do âmbito em que decorrem. De acordo com os reportes efetuados, o Objetivo é preferencialmente mais atingido com ações menos complexas. As entidades que mais reportam para este objetivo são ONGD. O público-alvo é

maioritariamente definido de forma genérica (população em geral) mas também com referência a setores ou profissionais específicos o que é congruente com o Objetivo.

- **A conceção de ED materializada pela ENED é a de Educação para a Cidadania Global (ECG)**

É de realçar a convergência de posições relativamente à indicação ou valoração da ED como Educação para a Cidadania. A identificação da ED como Educação para a Cidadania Global está presente de forma determinante no objetivo geral da ENED, formulado em termos de finalidade a atingir com a mesma ("Promover a cidadania global"), bem como nos princípios da Estratégia. As dimensões e funções da ED destacadas têm discursivamente um âmbito de ação coerente com a cidadania. Os promotores da ENED indicam a "cidadania global" como conceito central da ED e essa centralidade é indicada independentemente da natureza das entidades promotoras e dos modos diferenciados com que atribuem sentido à ED. A conceção alargada e abrangente dos efeitos educativos mais associados à ENED ("cidadania ativa/participação" e "transformação social") reforçam a identificação da Estratégia com a ECG.

4. RECOMENDAÇÕES

Face às conclusões apuradas fazem-se as seguintes recomendações.

I. Proceder à atualização da Estratégia, dado o reconhecimento nacional e internacional da sua relevância social, política e educativa.

II. Atualizar o documento da Estratégia, simplificando a sua arquitetura e linguagem, bem como a do Plano de Ação. Ponderar a possibilidade de este não ter o mesmo tempo de duração da Estratégia e ser reconstruído no seu período vigência, com uma periodicidade exequível e adequada.

III. Ponderar a possibilidade de a Estratégia se assumir explicitamente como de Educação para a Cidadania Global.

IV. Fazer um balanço e planeamento anual da implementação da Estratégia, que reforce a dimensão estratégica das ações.

V. Manter os processos participatórios da ENED na atualização da nova Estratégia, aprofundá-los e ampliá-los.

VI. Alargar e diversificar os promotores da Estratégia.

VII: Ampliar a divulgação da, e conhecimento sobre, a Estratégia e as ações desenvolvidas no seu âmbito.

VIII. Aumentar a capacidade de financiamento da Estratégia através de um orçamento próprio que garanta os recursos necessários ao seu bom desenvolvimento, implementação, gestão e acompanhamento.

IX. Diversificar as fontes de financiamento da Estratégia, através de mecanismos de responsabilidade partilhada entre as entidades a tutelem.

X. Melhorar o processo e dispositivo de acompanhamento através: da criação de um dispositivo de regulação da ação; da introdução de dimensões de análise qualitativa; da criação de um dispositivo de acompanhamento de proximidade; da reformulação do processo de reporte no sentido de discriminar mais finamente o que é reportado; da reconsideração de aspetos do reporte de ações.

XV. Reforçar e consolidar a sensibilização para a ED/ECG no interior das entidades subscritoras do plano de ação.

XVI. Reforçar a colaboração entre entidades de natureza diferente através da criação de projetos conjuntos entre ESPA, ONGD e ESE.

1. Introdução e enquadramento

1.1. Finalidade, objeto e âmbito da avaliação

Na *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015* (ENED) e no seu *Plano de Ação* foi prevista a realização de uma avaliação final complementar ao processo de acompanhamento e ao processo de *peer-review*, conduzido pelo *Global Education Network Europe* (GENE) (2014), os quais tiveram lugar no período de execução da Estratégia. A presente avaliação orientou-se pelos *Termos de Referência da Avaliação Final* (cf. anexo 1). A avaliação é externa e tem por finalidade a prestação de contas e a aprendizagem. À semelhança do processo de elaboração e de acompanhamento, a avaliação tem um cariz participativo (cf. anexo 1).

O processo de avaliação teve como objeto e âmbito os cinco anos de implementação da ENED, os seus processos de desenvolvimento e de acompanhamento, abarcando o período de tempo compreendido entre o início da execução da ENED e a data inicialmente prevista para o seu término, considerando todo o território nacional (cf. anexo 1).

1.2. Breve descrição do projeto de avaliação, da sua lógica e pressupostos

A proposta de avaliação e o dispositivo metodológico desenhado para a sua concretização, teve em vista a resposta a oito perguntas de avaliação, a saber:

1. Qual a coerência entre atividades, medidas e objetivos específicos?
2. Que fatores favoreceram ou obstaculizaram a consecução das metas da ENED?
3. Qual a relação entre os recursos e a implementação/desenvolvimento da ENED?
4. Em que medida a ENED contribuiu para a apropriação da ED pelas entidades promotoras?
5. Como foi incorporada a ENED nas práticas das entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED?
6. Como é que os processos de acompanhamento contribuíram para a regulação da implementação da ENED ao longo dos 5 anos?
7. Como se concretizaram os processos que procuraram responder aos objetivos específicos 1 e 4 da ENED?
8. Que conceções de ED se materializaram a partir da implementação da ENED?

Estas questões foram detalhadas em subquestões, num total de 30, que podem ser consultadas nos anexos 2A e 2B.

A proposta de avaliação aprovada foi norteada por alguns pressupostos que influenciaram diretamente as opções de recolha e análise de dados, e que importa aclarar. Primeiramente,

procurou-se considerar a diversidade de atores envolvidos, tentando-se auscultar: i) representantes de entidades subscritoras do plano de ação (ESPA) da ENED; ii) representantes dos vários tipos de entidades promotoras, a saber Escolas Superiores de Educação (ESE), Organizações não governamentais para o desenvolvimento (ONGD) e outras organizações da sociedade civil; iii) responsáveis pelo acompanhamento e monitorização da ENED; e iv) atores políticos que tutelam a ENED.

Um segundo pressuposto prende-se com o entendimento de que todo o processo de avaliação supõe a atribuição de valor(es), tanto por parte de interlocutores quanto de avaliadores, a partir de uma relação construída entre um referente (modelo ideal) e um referido (informações sobre o real), relação que se produz iterativamente (processo de referencialização) e se estabiliza provisoriamente na produção dos juízos de valor que são emitidos. Esta perspetiva traz para o centro da avaliação a imprescindível análise dos processos de produção de sentido e de valor que os atores envolvidos no desempenho de diferentes papéis atribuem à ação que desenvolvem e que vivenciam. Em consequência, procurou-se valorizar as vozes dos vários atores e atender a todos os aspetos por eles referidos, independentemente da maior ou menor frequência com que foram mencionados no cômputo global das observações e recomendações recolhidas.

1.3. Descrição das fases do processo de avaliação

Globalmente, o processo de avaliação foi composto por cinco fases.

Um **primeiro** momento contemplou a apresentação da proposta junto da Comissão de Acompanhamento, e nesta sequência, a negociação da matriz de avaliação e do cronograma de trabalho. Uma **segunda** fase consistiu na composição do acervo de documentação-chave para a compreensão da criação e implementação da ENED, bem como na compilação de uma listagem de atores relevantes a considerar na recolha de dados. Um **terceiro** momento, paralelo ao anterior, foi dedicado à análise da documentação previamente reunida, processo que permitiu aprofundar o conhecimento acerca da ENED e suscitar questões de interesse a aferir na recolha de dados. Uma **quarta** fase foi dedicada à recolha de dados. Esta fase contemplou a criação dos instrumentos de recolha de dados previstos no dispositivo metodológico previamente negociado, o estabelecimento de contactos com os interlocutores, a recolha de dados propriamente dita e, quando necessário, a devolução aos atores da informação por eles fornecida para efeitos de validação. Para além da realização de entrevistas individuais e coletivas e de um inquérito por questionário, esta fase contemplou, ainda, a apresentação e discussão de dados constantes do relatório preliminar de avaliação, num seminário presencial decorrido em 13 de julho de 2016.

Uma **quinta** e última fase foi dedicada à análise global do conjunto de informação produzido nas fases 3 e 4, e à redação do presente relatório final de avaliação.

1.4. Limitações da conceção da avaliação identificadas *a posteriori*

Avaliar uma medida de longa duração comportou desafios que se refletiram diretamente na evolução do processo e nas opções tomadas. Um primeiro desafio teve a ver com a necessidade de, numa fase muito inicial do processo, definir em detalhe e estabilizar perguntas, subperguntas e indicadores, com implicações nas fontes de verificação e nos métodos de recolha de dados. Tratando-se de um momento inicial não existia, ainda, um conhecimento detalhado sobre as formas de concretização da Estratégia, nem da natureza e extensão da informação disponível sobre as atividades realizadas no seu âmbito. Em consequência, foi necessário reformular algumas das subperguntas e indicadores constantes da matriz inicial (cf. anexo 2A), no sentido de tornar possível a resposta às perguntas de avaliação, mantendo assim o compromisso assumido entre a equipa de avaliação e as entidades contratantes da mesma. No anexo 2B são apresentadas as alterações a que foi necessário proceder, a justificação para o fazer e a Matriz final resultante dessa reformulação (cf. anexo 2B).

Esta situação teve consequências na gestão do tempo disponível para a avaliação, obrigando a um dispêndio de tempo não previsto para a resolução das dificuldades encontradas. A realização de uma avaliação com estes propósitos e sobre um objeto com a dimensão, complexidade e duração temporal extensa da ENED aconselharia a que se destinasse, desde logo, um tempo mais alargado para a sua concretização. Um outro conjunto de dificuldades encontradas prendeu-se com limitações resultantes dos dados disponíveis e dos seus modos de organização. Estes são, fundamentalmente, de natureza quantitativa e descritiva, contendo informações limitadas relativamente à dinâmica de execução da ENED e à sua apropriação real por parte das entidades subscritoras e promotoras, o que obrigou a um trabalho de reorganização de informação que permitisse a sua (meta)análise de acordo com os objetivos da avaliação.

No decurso da avaliação não foi, ainda, possível mobilizar todas as fontes de verificação previstas na Matriz negociada (cf. anexo 2A), o que resultou da conjugação do tempo disponível para a sua realização, da quantidade de material e do acesso a essas mesmas fontes de verificação. Há ainda a salientar, como limitação da conceção da avaliação, a dificuldade de responder, de forma inequívoca, a algumas questões e subquestões estabilizadas na Matriz após negociação, dado que a avaliação de ações de natureza imaterial não permite o estabelecimento de nexos de causalidade lineares e absolutos. Em articulação com este

aspeto, a impossibilidade de auscultar todos os atores envolvidos e de determinar os trajetos reais das entidades, no que respeita à implementação da ENED ao longo dos cinco anos da sua execução, representou também, necessariamente, uma limitação.

1.5. Organização do relatório

O presente Relatório Final foi organizado seguindo as "Linhas Orientadoras" disponibilizadas pelo Camões, I.P..

Após esta Introdução e Enquadramento segue-se a apresentação da Abordagem Estratégica e Metodológica, que descreve o modelo subjacente à avaliação, bem como as técnicas de recolha e análise de dados que foram utilizadas. No capítulo seguinte apresentam-se os Resultados e Constatações da Avaliação, organizados por questões e subquestões de avaliação constantes na Matriz Reformulada (cf. anexo 2B). A resposta a cada uma das subquestões ancora-se nos dados qualitativos e quantitativos recolhidos, e na análise e (meta)análise produzida a relatórios e documentos estruturantes da ENED. A mobilização pontual de dados qualitativos nesse capítulo assume um caráter ilustrativo do discurso produzido pelos atores. Todos os excertos são identificados através de um código que permite garantir o anonimato dos entrevistados. No entanto, por limitações relativas à extensão máxima que este Relatório deve ter, a fundamentação de constatações e resultados obtidos assente em discursos produzidos é, na maioria das vezes, remetida para os respetivos anexos, devidamente identificados.

No capítulo 4 são apresentadas as Conclusões e Recomendações da avaliação. As Conclusões, organizadas por pergunta de avaliação, são resultantes das constatações produzidas pelo processo de avaliação e enumeradas de forma a dar evidência aos aspetos significativos que resultam desta avaliação. De seguida apresentam-se as Recomendações que, decorrendo das Conclusões, enunciam as ações que a equipa de avaliação considera que devem ser implementadas numa lógica de melhoria da medida em avaliação.

Após a apresentação da bibliografia mobilizada e consultada, são apresentados os anexos que, para além dos Termos de Referência desta avaliação e da Matriz de Avaliação negociada, contêm a Matriz final com as alterações feitas e respetiva justificação de alteração, os instrumentos de recolha de dados construídos e utilizados e as análises de dados realizadas. Como já referido, ao longo do Relatório de Avaliação, nomeadamente nos Resultados e Constatações da Avaliação, o leitor é remetido para os anexos onde pode encontrar as fontes que fundamentam essas mesmas constatações. Esta opção foi tomada pelas limitações de espaço deste Relatório que não permitem a mobilização total das fontes e dados, nomeadamente, pela extensão destes últimos. Os anexos deste Relatório são, assim, parte

integrante deste e são de natureza diversa: dados produzidos e sistematizados pela equipa de avaliação a partir de fontes diversa; e dados produzidos a partir de discursos de atores auscultados. Os primeiros estão disponíveis para consulta pública e quanto aos segundos, a sua consulta por entidades externas ao processo de conceção, implementação/desenvolvimento, acompanhamento e gestão da ENED, só poderá ser feita após obtenção de autorização da equipa de avaliação. Esta contingência ancora-se na necessidade de respeitar a relação de confiança estabelecida entre os atores auscultados e os responsáveis pelo processo de avaliação. No Índice de Anexos são identificados o que são de acesso público e os que não são.

2. Abordagem e estratégia metodológica

O dispositivo metodológico foi concebido atendendo aos Termos de Referência para a Avaliação Final da ENED e a uma abordagem da avaliação que busca compatibilizar uma finalidade de prestação de contas com uma finalidade de produção de sentido. Desta forma, procurou-se potenciar os efeitos formativos da avaliação através da auscultação e envolvimento de vários atores e de diferentes perspetivas em presença, num processo de reflexão sobre os sentidos da ação que está a ser avaliada e sobre as formas pelas quais a mesma pode ser melhorada. Na medida em que o seu objeto é uma política pública, a abordagem avaliativa considerou também a necessidade de dar conta de modos de concretização e resultados obtidos, numa lógica de transparência e escrutínio público.

A avaliação desenvolvida ancorou-se numa metodologia mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos (Creswell, 2012; Tashakkori & Teddlie, 1998). Numa perspetiva de avaliação empoderante e participatória foram envolvidos na avaliação a maior diversidade possível de atores e organizações de forma a incluir essa diversidade no desenho dos princípios orientadores da possível atualização da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento. Considerando a preocupação com a sua validade ecológica e catalítica, a avaliação teve em consideração tanto o processo de implementação quanto os efeitos e os sentidos que diversos atores envolvidos atribuem à ENED.

Assim, assumiu-se uma visão da avaliação como um dispositivo que ajuda a encontrar "uma explicação para os resultados da [própria] avaliação, não apenas uma afirmação sobre os efeitos que foram encontrados" (Lipsey & Cordray, 2000, p. 358), numa lógica de capacitação para a melhoria.

2.1. Métodos e técnicas de recolha e análise de dados

A combinação de métodos qualitativos e quantitativos implicou procedimentos de recolha de dados de natureza diferente através de instrumentos múltiplos.

No que respeita às fontes documentais foi identificado e compilado um conjunto de documentos estruturantes considerando os objetivos e questões de avaliação, que permitiu contextualizar e apreender o processo de construção e desenvolvimento da ENED:

Despacho 25931/2009 – Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento
Parecer nº 4/2009 – Parecer do Conselho Nacional de Educação sobre a ENED
Plano de Ação da ENED
Documento de Apoio à ENED "Desagregação das medidas e das tipologias de atividades"
Relatórios de Acompanhamento da ENED (2010-2011; 2012; 2013 e 2014)
Bases de dados dos Relatórios de Acompanhamento da ENED (2010-2011; 2012; 2013 e 2014)
ENED: Planificação 2013 – Documento síntese
ENED: Planificação 2014 – Documento síntese
ENED: Planificação 2015 – Documento síntese
Documento de Exercício de Sistematização de Experiências
Relatório Síntese da Oficina de Definição Concetual
Documento "Dispositivo de acompanhamento e avaliação da ENED"
Relatório do *Global Education Network Europe* (GENE) sobre a Educação Global em Portugal
Programas e relatórios das Jornadas de ED (I, II, III e IV)
Memória do I Fórum de ED
Protocolo de Colaboração entre a DGE e o Camões, I.P.
Relatório "Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa" (IPAD)
Relatório "Cooperação Portuguesa – uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento, 1996-2010"
Relatórios de projetos desenvolvidos no âmbito dos objetivos 1 e 4

Relativamente à auscultação de atores envolvidos na conceção e desenvolvimento/implementação da ENED, foi construído e administrado um inquérito por questionário às entidades promotoras. Este instrumento foi disponibilizado *online* a um universo de 62 entidades com o propósito de "conhecer as organizações promotoras que reportaram atividades de Educação para o Desenvolvimento no âmbito do acompanhamento da Estratégia, entre 2010 e 2015, nomeadamente as atividades que desenvolvem, bem como explorar o balanço que fazem desta Estratégia e eventuais recomendações para o futuro" (Questionário às entidades promotoras, 2016, cf. anexo 4.10A). No sentido de complementar

as informações recolhidas através do inquérito por questionário foram realizadas entrevistas a 10% da totalidade das entidades promotoras, por natureza da entidade[1].

Ainda no âmbito da auscultação de atores foi realizado um conjunto de entrevistas de grupo e individuais. Na totalidade foram realizadas 12 entrevistas, num total de 34 pessoas auscultadas, procurando abranger atores com papéis diversos no contexto da conceção e implementação da ENED:

Entrevistas de grupo	Comissão de Acompanhamento	Representantes das 4 organizações
	ESPA 1	Representantes de 5 organizações
	ESPA 2	Representantes de 3 organizações
	Grupo de Trabalho em ED da PPONGD	Representantes de 8 organizações
	ONGD	3 representantes de 1 entidade promotora, no âmbito dos estudos de caso
Entrevistas individuais	Entidades promotoras (ONGD)	2 entrevistas
	Entidades promotoras (ESE)	1 entrevista
	ESPA	1 entrevista
	Responsável pela produção dos relatórios de acompanhamento	1 entrevista
	Atores políticos	2 entrevistas

As entrevistas foram registadas em áudio e posteriormente transcritas na íntegra, tendo-se igualmente obtido autorização por parte dos atores para a sua mobilização no processo de avaliação. No caso das entrevistas a atores políticos, a transcrição das mesmas foi objeto de validação posterior pelos próprios.

A informação recolhida através destes processos foi objeto de procedimentos de análise diferenciados. No que respeita ao acervo de documentos reunido foi realizada uma (meta)análise documental (cf. anexo 3) e relativamente às entrevistas procedeu-se à sua análise de conteúdo categorial temática (cf. anexo 4). Os dados recolhidos através do inquérito por questionário foram sujeitos a análise estatística e as questões de resposta aberta sujeitas a análise temática (cf. anexo 4.10B).

Do dispositivo metodológico previsto fazia ainda parte a realização de um seminário de apresentação e discussão pública de resultados junto de atores participantes no processo de auscultação de resultados e outros interessados de entre as entidades promotoras e subscritoras da ENED. Este Seminário incidiu na discussão da versão preliminar do relatório de avaliação, e contou com 20 participantes em representação de organizações promotoras e com os responsáveis pelo processo de acompanhamento da ENED. A metodologia de

1 Ao longo deste Relatório, a expressão "natureza de entidade" refere a distinção entre entidades que são subscritoras do Plano de Ação (ESPA), ONGD e ESE.

dinamização do Seminário permitiu recolher impressões sobre o curso do processo de avaliação e contributos para o Relatório Final (cf. anexo 4.11).

Numa fase posterior, o relatório preliminar de avaliação foi igualmente discutido com a Comissão de Acompanhamento, tendo este momento permitido discutir dados recolhidos e análises até então efetuadas e ainda estabilizar o formato do relatório final.

Este último processo consubstanciou-se, desde logo, como um dispositivo de validação participada, contribuindo assim para o processo de triangulação inerente à validade e fiabilidade da avaliação. A triangulação assegurou-se, ainda, através de procedimentos metodológicos que garantiram a produção de dados de diferentes tipos (fontes diversas, tipos de dados distintos entre si e perspetivas diferentes sobre o fenómeno). Ao nível da análise e da interpretação, a triangulação implicou procedimentos de análise cruzada e discussão dos dados entre os membros da equipa de avaliação. Como estratégia de prevenção de enviesamentos analíticos/interpretativos nas respostas às questões e subquestões de avaliação foram utilizados e confrontados, sempre que possível, dados de natureza diferente (qualitativos e quantitativos) e de fontes diversas, assegurando a inclusão de perspetivas convergentes, mas também divergentes.

2.2. Limitações do processo de avaliação

Para além do referido na introdução do relatório, no que concerne às limitações encontradas no desenvolvimento dos procedimentos metodológicos, e às formas encontradas para as superar, há a considerar: i) a realização de entrevistas de grupo pode ter como limitação a livre expressão de sentidos individuais. No entanto, no parecer da equipa de avaliação, o confronto de perspetivas e o desenvolvimento de argumentos utilizados nestas situações consubstanciou-se numa mais-valia, considerando o esforço de explicitação mais detalhado e os momentos de interpelação mútua que tornaram os dados recolhidos mais ricos; ii) a baixa taxa de resposta ao inquérito por questionário, no período definido para o seu preenchimento, o que implicou o prolongamento do prazo por três vezes, resultando numa devolução de 45,2% dos questionários; iii) a identificação incorreta da natureza da entidade por parte de respondentes ao questionário conduziu à impossibilidade de analisar alguns dos dados recolhidos por tipo de entidade. Uma vez que o anonimato dos respondentes não permitiu corrigir essa identificação, na resposta à pergunta de avaliação 5, que incide sobre as ESPA, não são mobilizados dados do questionário; iv) a ocorrência de dificuldades no estabelecimento de contactos com alguns atores que se havia previsto entrevistar, bem como, em alguns casos, a escusa à participação neste processo. Na primeira situação, a equipa de avaliação alargou o período definido para a recolha de dados e, na segunda, auscultaram-se

outros atores cujo testemunho pudesse cumprir as mesmas finalidades; v) a inexequibilidade de resposta a algumas das questões e subquestões formuladas na matriz, constatada no decurso do processo de recolha e análise de dados (inexistência e/ou indisponibilidade de informação necessária). Assim, foi necessário proceder a alterações na matriz estabilizada, em especial, no que concerne a algumas subperguntas de avaliação, ajustando os respetivos indicadores e fontes de verificação. Em anexo (cf. anexo 2B) é apresentada a matriz de avaliação utilizada com a justificação das modificações introduzidas.

3. Resultados e constatações da avaliação

1. Qual a coerência entre atividades, medidas e objetivos específicos?

1.1. Qual a consistência interna da arquitetura da ENED?

No sentido de obter uma melhor compreensão e contextualização do desenvolvimento da ENED, e consequentemente dos seus resultados, é fundamental ter em consideração o princípio enquadrador de toda a ação, ou seja, a própria ENED e a sua coerência e consistência interna, dado que esta está inevitavelmente interligada com a aferição da sua concretização.

No processo de construção da ENED há a destacar, em primeiro lugar, os princípios em que assentou e a inovação de que se reveste. O processo de identificação de organizações parceiras e de construção partilhada da Estratégia (cf. Despacho 25931/2009) é reconhecido, nacional e internacionalmente, como um procedimento inovador e de grande relevância, quer no quadro da organização e promoção da ED em Portugal, quer enquanto boa prática de cooperação entre o Estado e a Sociedade Civil (cf. Relatório *Global Education in Portugal*, GENE; "Exame a Portugal, 2010", CAD/OCDE; E2, anexo 4.3B; E3, anexo 4.4B; E10, anexo 5.1B; E12, anexo 4.9B). Para este processo foi importante a capitalização de experiências anteriores das organizações de coordenação[2] da ENED, com destaque para a presença de representantes portugueses em fóruns e estruturas internacionais, nomeadamente em instâncias europeias, tanto ao nível da decisão, como de influência política (cf. Despacho 25931/2009; E2, anexo 4.3B; E3, anexo 4.4B; E8, anexo 4.7C1; E10, anexo 5.1B).

No que diz respeito à arquitetura da ENED, tal como ficou consignada no Despacho 25931/2009, a sua construção obedeceu a "*uma técnica de elaboração que nem sequer é exclusiva das políticas públicas (…) é uma forma de organização que está difundida [que permite] comunicar o que quer que seja*" (cf. E2, anexo 4.3B), assente numa lógica de definição de objetivos que permitam priorizar intenções, seguida de formas de explicitação da sua concretização (cf. E2, anexo 4.3B). Deste modo, a arquitetura da ENED assenta num encadeamento desde o Objetivo Geral às Tipologias de Atividades, procurando a sua

[2] Apesar de em nenhum documento ser referido, explicitamente, a existência de uma estrutura de coordenação da ENED, o Despacho 25931/2009 refere que "O processo de elaboração da ENED, iniciado em 2008 foi levado a cabo pelo IPAD juntamente com outros atores governamentais e não governamentais referenciados como particularmente relevantes neste domínio". O então constituído GT1, agora Comissão de Acompanhamento, pelas funções de mobilização de atores, planeamento e realização de reuniões com o GT2 e sobretudo pela responsabilidade na "definição de uma estrutura do documento, a discussão e estabelecimento dos objetivos e medidas da estratégia e a discussão/revisão dos documentos" elaborados por uma equipa redatora, assumiu de facto funções de coordenação e de gestão da ENED que se mantiveram ao longo do desenvolvimento desta. Assim, neste Relatório é assumido que a Comissão de Acompanhamento da ENED – constituída pelo Camões, I.P., Ministério da Educação, PPONGD e CIDAC – desempenha funções de coordenação e gestão, para além do acompanhamento da ENED. Isto mesmo é implicitamente reconhecido pelas organizações que participam no desenvolvimento da ENED.

explicitação e operacionalização. Na imagem abaixo fica patente a organização que a ENED assumiu:

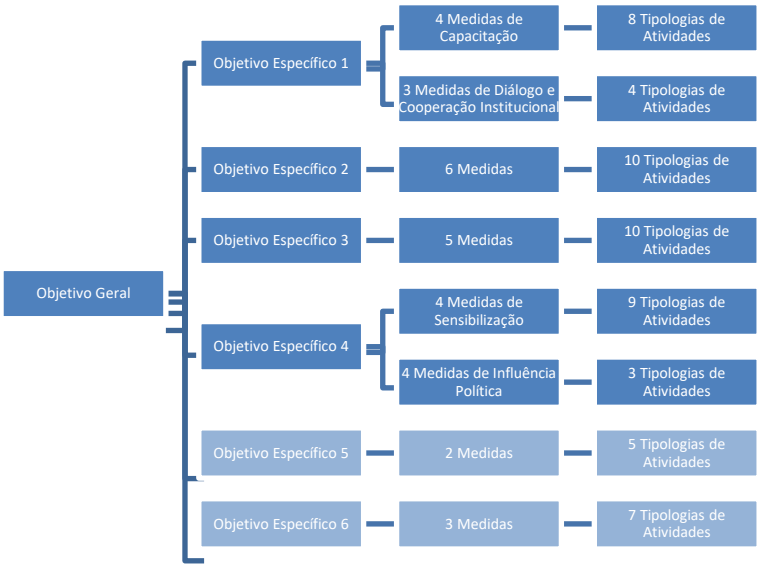

Figura 1: Estrutura da ENED (incluindo as Tipologias de Atividades constantes no seu Plano de Ação).

Constata-se, assim, que a arquitetura da ENED contempla 1 Objetivo Geral, 4 Objetivos Específicos (a que se acrescentam 2 no Plano de Ação), 26 Medidas (a que se acrescentam 5 no Plano de Ação) e 44 Tipologias de Atividades (a que se acrescentam 13 no Plano de Ação).

De acordo com esquema presente na Figura 1, a estrutura da ENED supõe uma relação direta, sequencial e exclusiva com a instância que lhe é imediatamente anterior numa lógica de encaixe que, ao nível da forma, apresenta uma coerência facilmente aceitável. No entanto, da análise efetuada às bases de dados dos Relatórios de Acompanhamento verifica-se que esta sequencialidade e relação direta não se comprovam, pela inexistência de exclusividade no reporte de ações em Tipologias de Atividades. A constatação de que há ações que são reportadas simultaneamente em Tipologias de Atividades pertencentes a Medidas diferentes e, em alguns casos, a Objetivos Específicos diferentes (cf. Bases de Dados dos Relatórios de Acompanhamento), dilui o racional de construção da Estratégia. Esta lógica de sequencialidade direta produz ainda um outro efeito paradoxal com as intenções subjacentes a esta estrutura: se por um lado proporciona formalmente uma maior possibilidade de operacionalização dos objetivos (cf. E2, anexo 4.3B; E8, anexo 4.7C1), por outro, cria o risco de perda do sentido da intervenção face aos Objetivos Específicos. Assim, o que foi concebido como um conjunto de meios de concretização de um dado objetivo (cf. E2, anexo 4.3B), pode passar a ser entendido como o objetivo em si mesmo.

Quanto à arquitetura da Estratégia há ainda a considerar a sua complexidade decorrente da amplitude e abrangência que a constitui. Diversos atores qualificam a ENED como ambiciosa e complexa (cf. E5, anexo 4.5B2; E8, anexo 4.7C1; E10, anexo 5.1B; E11, anexo 4.8B) pela

quantidade de Objetivos, de Medidas e de Tipologias de Atividades. Com o intuito de integrar na Estratégia o capital acumulado de experiência das organizações promotoras de ED – sistematizado durante o processo de trabalho colaborativo já enunciado –, numa lógica de inclusão (cf. Despacho 25931/2009; E2, anexo 4.3B; E12, anexo 4.9B; anexo 4.11B), a ENED resultou num documento abrangente e ambicioso, na medida em que pretende abranger uma grande diversidade de potenciais promotores, e de modos e contextos de ação em ED. Esta ambição e abrangência são vistas como positivas (cf. E8, anexo 4.7C1; E10, anexo 5.1B) dado que permitem que diferentes sensibilidades acerca da ED sejam reconhecidas e valorizadas, sobretudo ao nível dos Objetivos Específicos. No entanto, o desdobramento dos 4 Objetivos em 26 Medidas e 44 Tipologias de Atividades introduz uma complexidade na ENED, que se pode comprovar pela necessidade de produção do "*Documento de apoio: desagregação das medidas e das tipologias de atividades*". Este foi criado para clarificar a relação entre Objetivos Específicos, Medidas e Tipologias de Atividades e a sua criação dá conta da dinâmica de desenvolvimento da ENED, nomeadamente, da importância das funções da Comissão de Acompanhamento, enquanto entidade que auxilia e reorienta o processo de implementação da ENED. A complexidade referida, decorrente da abrangência da Estratégia, é acentuada pelo modo de formulação dos Objetivos Específicos 1 e 4. A abrangência destes dois Objetivos Específicos induziu a necessidade de desdobramento das Medidas que lhes estão afetas (cf. Figura 1) transformando, na prática, estes dois Objetivos Específicos em quatro. Este aspeto será considerado na resposta à subquestão 1.3.

A complexidade da ENED é também mencionada pelos promotores por referência à linguagem utilizada. Consideram que esta, tanto na ENED como no seu Plano de Ação, não só não contribui para a apreensão da Estratégia por parte dos promotores e do público em geral (cf. E4, anexo 4.5B1; E10, anexo 5.1B), como dificulta a interpretação das Tipologias de Atividades e, consequentemente, o modo como as ações são reportadas (cf. E1, anexo 4.2B). Na resposta à subquestão 1.2 este item será referido.

Por fim, e ainda no que diz respeito à consistência global da ENED, há a referir o modo como são considerados, no Despacho 25931/2009, os públicos e os promotores. Relativamente aos primeiros, constata-se que existe uma definição exaustiva de públicos, sendo enunciados, no total, 28 tipos de públicos, definidos por Objetivo Específico (cf. quadro 3, anexo 3.4). No entanto, quando analisados de forma conjunta constata-se que há, por vezes, referência ao mesmo público mas enunciado de modo diferente. Quanto aos promotores enunciados no Despacho, verifica-se que são elencados 14 tipos de promotores (cf. quadro 2, anexo 3.4), ainda que por vezes enunciados de forma abstrata (por exemplo, "organizações internacionais", sem especificar quais). A pluralidade de promotores enunciados contrasta

com as referências que os representantes das entidades promotoras fazem quanto à necessidade de ampliação da Estratégia a novos promotores (cf. E3, anexo 4.4B; E4, anexo, 4.5B1; tabela 34, anexo 4.10B). Esta aparente contradição é explicada pelos modos como são definidos os promotores que realmente intervêm na ENED. Quem se constitui efetivamente como promotor são as entidades a quem é enviado o inquérito para a realização de Relatórios de Acompanhamento, ou seja, a definição de promotores é feita pelos critérios que subjazem aos modos de recolha de informação desses Relatórios. Assim, quem se constitui como promotor são as ESPA, as ESE (decorrente do facto de a ARIPESE ser uma ESPA), as ONGD (associadas da PPONGD), e as entidades que compõem a Comissão de Acompanhamento. Este modo de definição não só exclui outras entidades que possam desenvolver ações de ED mas não estejam a ser consideradas no pedido de reporte, como não potencia a diversidade de promotores[3]. Tem, ainda, influência nos modos de divulgação da Estratégia e, eventualmente, na abrangência territorial das organizações que operam no campo (pelo menos na sua condição de promotores).

1.2. Como se articulam diferentes tipologias de atividade com as medidas em que se enquadram?

A articulação entre Tipologias de Atividades e as Medidas que as enquadram sustenta-se na análise do Plano de Ação da ENED e na sua relação (cf. anexo 3.8), dado que é naquele que as primeiras são estipuladas. A primeira constatação a fazer no que concerne a esta subpergunta respeita ao facto, já referido, de ter havido a necessidade de clarificar as Tipologias de Atividades através da criação do "Documento de Apoio: desagregação das medidas e tipologias de atividades". Neste documento a aclaração é feita através da explicitação das Medidas e reagrupamento das Tipologias de Atividades. Não obstante ser um documento que ajuda à elucidação da coerência entre Tipologias de Atividades, Medidas e Objetivos Específicos, naturalmente não produz alterações ao Plano de Ação, pelo que algumas das questões reveladas pela análise da articulação e coerência entre Tipologias de Atividades e Medidas se mantêm. A complexidade da articulação é induzida por dois aspetos que se apresentam, explicitam e exemplificam abaixo:

[3] É de salientar que, não obstante a pluralidade de potenciais promotores plasmada no Despacho que institui a ENED (cf. Despacho 25931/2009), foi referido que inicialmente estava apenas previsto que o reporte de atividades fosse feito pelas ESPA (cf E1, anexo 4.2B). Posteriormente alargou-se a possibilidade de reporte às ESE (representadas nas ESPA pela ARIPESE) e ONGD (representadas nas ESPA pela PPONGD). Esta decisão pode ser vista como uma ampliação do universo de potenciais promotores face ao decidido inicialmente (cf. E1, anexo 4.2B) apesar de manter uma delimitação, ainda que menor, do universo previsto na publicação do Despacho 25931/2009.

- Pouca clareza da Medida ou Tipologia de Atividades:

As Medidas e/ou Tipologias de Atividades são formuladas de modo complexo	M 2.2; TA 1.1.1; TA 3.3.3
As Medidas e/ou Tipologias de Atividades são formuladas com recurso a implícitos (por exemplo: "de qualidade"; "representantes reconhecidos")	M 1.1; M 1.3; M 1.4; M 1.5; TA 1.6.1; TA 4.2.1; TA 4.3.1
As Medidas e/ou Tipologias de Atividades são formuladas agregando em si características diversas	TA 1.1.2; TA 3.3.1

- Modos de articulação entre Tipologias de Atividades e Medidas

As Tipologias de Atividades reproduzem o que dizem as Medidas	M 2.5/TA 2.5.1; M 4.6/TA 4.6.1; M 4.8/TA 4.8.1
Tipologias de Atividades semelhantes referidas em Medidas e/ou Objetivos distintos	TA 1.4.1/TA 2.5.1
A(s) Tipologia(s) de Atividades de uma Medida restringe(m) o alcance da Medida enunciada	TA 2.4.1

É de realçar que, no que toca à explicitação de implícitos, tal foi bem conseguido na Medida 1. As Tipologias de Atividades adstritas à dimensão de "Capacitação" no Objetivo Específico 1 (TA 1.1.1 a TA 1.4.1) permitem dar substância a essa dimensão, clarificando o que se quer dizer com "capacitação": formação (TA 1.1.1; TA 1.1.2; TA 1.2.1); investigação e produção de conhecimento (TA 1.2.2; TA 1.4.1); produção e difusão de informação e instrumentos para a ação (TA 1.1.3; TA 1.3.1; TA 1.3.2).

Sobre a articulação importa ainda fazer uma referência aos públicos e promotores, concretizando o que já foi referido na subquestão anterior. A Tipologia de Atividades 2.4.1, ao ser a única associada à Medida 2.4., restringe-a, dado que o escopo desta em termos de públicos é muito mais amplo do que o previsto naquela. Por outro lado, nas Tipologias de Atividades de todas as Medidas do Objetivo Específico 2 (Medidas 2.1, 2.2., 2.3, 2.4, 2,5 e 2,6) não há referência a profissionais de educação que operem no sistema educativo, exceto a professores e educadores. Do mesmo modo constata-se que, não obstante haver uma referência explícita a "módulos de ED na formação inicial de professores e educadores", os únicos que são considerados promotores, pelo reporte e envolvimento institucional (cf. RA), são as Escolas Superiores de Educação públicas, decorrente do facto de serem respresentadas pela ARIPSE, sendo que estas não são as únicas instituições que, em Portugal, se dedicam à formação de educadores e professores. Constata-se, assim, a ausência de Universidades, e de outras instituições de formação de professores privadas, na consideração da formação daquele grupo de profissionais, mas também de outros grupos que atuam no sistema educativo e para os quais há oferta, em ED ou áreas charneira.

Por fim, para além da formulação, a articulação entre Tipologias de Atividades e Medidas pode ser percebida pelo modo como as ações são reportadas. Em última instância, são os promotores que, no momento do reporte de ações, concretizam a articulação entre Tipologias

de Atividades e Medidas, podendo daí resultar coerências distintas assentes em lógicas individuais. Deste modo, a articulação é tão produtora do reporte a realizar (previamente) como produto do reporte realizado (posteriormente).

1.3. Como se articulam diferentes medidas com os objetivos específicos em que se enquadram?

Numa leitura analítica dos quatro Objetivos Específicos da ENED e das Medidas que lhes estão associadas constata-se, desde logo, que existe uma distinção, ao nível da formulação, entre os Objetivos Específicos 1 e 4 e os Objetivos Específicos 2 e 3. Esta distinção na formulação dos Objetivos Específicos tem como consequência, e tal como foi já referido na resposta à subquestão 1.1, o desdobramento dos Objetivos Específicos 1 e 4 a partir das Medidas que lhes estão afetas. Pode-se então afirmar que, sendo as Medidas modos de concretizar o que se pretende com os Objetivos (cf. E2, anexo 4.3B), tal como preconizado no racional subjacente à construção da ENED, o desdobramento daqueles transforma dois objetivos em quatro.

A análise dos Objetivos Específicos da ENED permite também compreender que a sua elaboração é feita a partir do cruzamento do que, no texto do Despacho 25931/2009, é indicado como "Formas de intervenção"[4] e "Âmbitos educativos"[5]: os Objetivos Específicos 2 e 3 são elaborados por referência a âmbitos educativos distintos e o Objetivo 4 por referência, simultânea, a duas formas de intervenção. Ora, daqui decorrem duas constatações:

- esta diferenciação na elaboração não ajuda à sua clarificação, dado que não é evidente a razão da acoplação de duas formas de intervenção distintas em ED num mesmo objetivo a atingir pela ENED ("sensibilização" e "influência política");
- a definição de objetivos por referência ao que se considera, no Despacho 25931/2009, "Âmbitos educativos" comporta o problema de estes não serem excludentes entre si. Este problema, que se ancora no modo como os "Âmbitos educativos" são definidos no Despacho 25931/2009[6], traduz-se no facto de não se considerarem, no Objetivo 2, Medidas que contemplem modos de ação educativa não formal, da mesma forma que se observa no

[4] Formas de intervenção indicadas no Despacho 25931/2009: Sensibilização; Intervenção Pedagógica; Influência Política.

[5] Âmbitos educativos indicados no Despacho 25931/2009: Educação formal; Educação não formal; Educação informal.

[6] Os "Âmbitos educativos" indicados no Despacho 25931/2009 são, também eles, definidos a partir de referentes diferentes: a educação formal por referência a um setor, ou seja, ao sistema educativo, e os restantes pelos modos de organização da ação educativa. Na verdade, a educação formal não é apenas um setor de atividade mas sim um modo de organização da ação educativa que se pode encontrar noutros espaços que não apenas o sistema educativo e mesmo em espaços/contextos de educação não formal. E se ela é a matriz da organização do sistema educativo, não se pode deixar de considerar que neste encontramos também modos de educação não formal e informal.

Objetivos 1 e 3, embora não explicitadas desta maneira, modalidades de ação educativa formal.

No que a esta subquestão diz respeito há ainda a realçar duas constatações:

- não obstante as dúvidas que levanta (cf. E2, anexo 4.3B), a inclusão das dimensões "sensibilização" e "influência política" nos objetivos da ENED é francamente positiva uma vez que amplia a dimensão educativa que a ENED comporta;
- os Objetivos 5 e 6, ainda que não constantes do Despacho 25931/2009 mas integrados no Plano de Ação, pelo seu "intuito de contribuir para o conjunto dos Objectivos da ENED" (Plano de Ação da ENED, p.14), formulação e Medidas que comportam, não se constituem verdadeiramente em objetivos a atingir pela ENED, mas sim em dispositivos de gestão e dinamização da mesma, desde logo se considerarmos quem pode e/ou é responsável pelo cumprimento destes objetivos.

2. Que fatores favoreceram ou obstaculizaram a consecução das metas da ENED?

2.1 Que sentidos e funções são atribuídos às metas da ENED?

De acordo com o testemunho de membros da Comissão de Acompanhamento, a definição das metas para a ENED consistiu num procedimento inédito[7] face a estratégias similares em outros países. O exercício de formulação e de uso das metas esteve associado a diferentes funções na Estratégia. Para alguns membros da Comissão de Acompanhamento, o estabelecimento de Metas para a ENED é importante, na medida em que nos referimos a uma *política pública* que deve permitir o seu escrutínio em termos de prestação de contas (*accountability*) e as metas criam as condições *para evidenciar/para a visibilidade (d)o que a Estratégia se propôs alcançar como resultados* (cf.E2, anexo 4.3B).

Para um outro interlocutor da Comissão de Acompanhamento, desde a sua origem e no modo como se encararam neste órgão no decurso da Estratégia, o papel das Metas foi sempre o de ajudar a *concretizar* (no sentido de tornar concreto) a ENED e o seu Plano de Ação. O seu estatuto foi, desde o início, entendido como *indicativo* (por oposição a prescritivo). As Metas foram tidas como *incentivadoras* e *orientadoras* (por oposição a controladoras e burocráticas) da ação dos promotores (cf.E2, anexo 4.3B).

Ainda de acordo com a Comissão de Acompanhamento, esta função de *regulação da ação* – orientada para apoiar as entidades promotoras na tomada de decisão sobre a sua ação em ED - que foi privilegiada na gestão/uso das metas, fez-se em detrimento de uma lógica de controlo ou de verificação formal da relação entre ações reportadas e metas definidas (numa lógica

[7] "Eu estava a dizer que nós fomos ver as outras estratégias [de outros países] e nenhuma delas tinha indicadores" (cf.E2, anexo 4.3B).

referida como de *checklist*), reconhecida como pouco pertinente. Desse modo acentua-se a ideia de que se estabeleceu uma relação com as Metas para *apreender dimensões qualitativas do desenvolvimento da ENED* que estão para além da contabilização das ações desenvolvidas (cf.E2, anexo 4.3B).

Outros membros da Comissão de Acompanhamento associam a esta forma de lidar com as metas um sentido *formativo e de incentivo à participação* e salientam que esta opção foi deliberadamente assumida como *filosofia de ação mais propícia ao envolvimento dos promotores num processo coletivo de construção da ENED*. No Seminário de apresentação e discussão pública do Relatório preliminar de avaliação externa, os contributos recolhidos evidenciam igualmente como "*necessária a assunção clara de que as Metas, Medidas e todo o Acompanhamento foi feito na […] lógica "formativa" e não numa lógica "burocrática*" (cf. anexo 4.11B).

A tónica na função essencialmente *formativa* e *orientadora* das Metas está associada ao reconhecimento dos seus limites para a aferição inequívoca da concretização dos Objetivos Específicos da ENED.

De acordo com alguns interlocutores, é particularmente complexo, se não mesmo falacioso, estabelecer uma relação de causalidade linear entre a realização/reporte de atividades para diferentes Tipologias de Atividades, a consecução das Metas relativas a essas Tipologias e a consecução dos Objetivos Específicos da ENED (cf. E2, anexo 4.3B).

Assim, por um lado, reconhece-se a necessidade e a importância de ter sido definido um dispositivo, que as metas integram, que ajudou a ir compreendendo o ajustamento entre as possibilidades de ação previstas, o realizado e as finalidades últimas desejadas para a ENED. No entanto, por outro lado, também se reconhece que olhar para a concretização das metas permite mais tomar consciência de *indícios* do que foi/vem mudando no campo da ED em Portugal do que afirmar inequivocamente o cumprimento dos Objetivos Específicos da ENED.

Nesse sentido, a definição de metas e a análise da sua prossecução e consecução é sentida como importante[8], mas o seu papel/estatuto de garante do cumprimento dos objetivos da ENED é entendido como relativo e não foi o mais valorizado ao nível da ação de acompanhamento.

Uma evidência deste facto pode encontrar-se na evolução que o dispositivo de acompanhamento conheceu, em particular, o relativo à monitorização da ENED através da

[8] Não por acaso, os Termos de Referência da Avaliação Externa, quando se referem ao âmbito da mesma, referem que: "Incide sobre o cumprimento das metas afetas às 57 tipologias de atividades do Plano de Ação e sobre o contributo destas para as 27 medidas e para os 4 objetivos específicos contemplados pelo documento de orientação da ENED".

realização dos Relatórios de Acompanhamento. Se inicialmente estava prevista a inclusão das Metas no instrumento de recolha de informação para estes Relatórios e também nestes, na versão estabilizada a dimensão das Metas não consta.

Para as ESPA e demais promotores, as metas, enquanto tal, são elementos quase invisíveis da Estratégia. Os RA a que acedem não refletem a relação da concretização da ENED com as suas metas, mas antes com as tipologias de atividades, medidas e objetivos específicos.

2.2. Que metas foram atingidas nos diferentes objetivos específicos?

Importa proceder ao exercício de análise global do realizado face às Metas definidas, mas, salvaguarda-se que não se trata aqui de inferir o cumprimento dos Objetivos da ENED pela aferição do cumprimento das metas, o que não é possível por razões de natureza lógica e metodológica, já explicitadas. A realização deste exercício supõe verificar, a partir da informação disponível, qual a relação entre Metas previstas para cada Objetivo Específico, respetivas Medidas e Tipologias de Atividades, e as ações[9] que os promotores da ENED realizaram e reportaram para o período 2010-2014.

A análise dos dados dos Relatórios de Acompanhamento permite constatar que as metas definidas quantitativamente para cada Tipologia de Atividade, para as diferentes Medidas e para os Objetivos 1 a 4 foram alcançadas e, mais do que isso, largamente superadas, ao longo do período de vigência da ENED (cf. anexo 3.2).

Ao nível global das Tipologias de Atividades/Medidas (e portanto para o conjunto de Objetivos Específicos), a meta estabelecida em número de ações foi de 163[10] para um reporte que atingiu 1390, ou seja, cerca de oito vezes e meia mais do que o previsto. Ainda que não se considerem as ações reportadas para Tipologias de Atividades que não definiram metas quantitativas evidentes (para essas TA temos 197 ações reportadas), ainda assim temos um total de 1193 reportes para 163 previstos/esperados.

Para o primeiro valor apontado (1390) contribuem de forma diferenciada, em termos absolutos, os diferentes promotores: ONGD (919), ESE (191) e ESPA (280)[11]. Perante estes

[9] O termo "ações" será usado para nos referirmos ao conjunto de iniciativas de natureza diversa que são reportadas pelas entidades promotoras. Embora reconhecendo as diferenças qualitativas existentes entre os diversos tipos de ações passíveis de serem reportadas (um projeto não é o mesmo que uma atividade no âmbito de um projeto ou uma iniciativa pontual não pode ser entendida como equivalente de processos continuados no tempo) mas na impossibilidade dessa análise detalhada e mais qualitativa de cada ação, consideramo-las como equivalentes para efeitos de uma análise global das atividades desenvolvidas no âmbito da ENED, seguindo a lógica adotada nos Relatórios de Acompanhamento.

[10] O facto de as metas previstas serem aparentemente pouco ambiciosas pode explicar-se pelo facto de, numa fase inicial, estarem apenas previstas ações desenvolvidas pelas 14 ESPA (cf. E1, anexo 4.2B).

[11] Ao longo do período de 4 anos entre 2010/2011 a 2014 abarcados pelos Relatórios de Acompanhamento, o contributo dos diferentes promotores em número de ações reportadas é diferente, mas para todos os anos são as ONGD quem mais reporta, seguidas das ESPA e, por fim, das ESE (em um dos anos com um número igual de reportes ao das ESPA).

valores reconhece-se a parcimónia a que obedeceu a formulação das metas, a que não foi alheia a inexistência de uma *baseline* prévia (cf. E2, anexo 4.3B; E1, anexo 4.2B).

A análise por Objetivos permite evidenciar que em termos de ações quantificáveis: i) para o Objetivo 1 estavam previstas 48 e foram reportadas 321 ações; para o Objetivo 2 estavam previstas 23 e foram reportadas 388 ações; para o Objetivo 3 estavam previstas 47 e foram reportadas 321 ações; para o Objetivo 4 estavam previstas 45 e foram reportadas 360 ações. Este desdobramento dos dados revela, evidentemente, que o número de ações reportadas por Objetivos ultrapassou largamente em todos eles o previsto. Deve destacar-se que o Objetivo 2, sendo aquele em que à partida foram previstas metas mais comedidas, acabou por ser, em termos absolutos, o que mais reportes teve e, em termos relativos, o que percentualmente mais superou o esperado. A leitura deste facto põe em relevo que o campo, processos e atores da educação formal tiveram um estatuto importante na intervenção dos promotores da ENED.

A análise de reportes por Medida reforça a tendência assinalada. Analisada a relação entre o esperado e o reportado, as diferenças positivamente mais significativas em termos percentuais registam-se para as medidas 2.3, 2.4 e 3.4[12]. Constata-se mais uma vez como são as ações com cariz educativo e envolvendo atores educativos, em particular do campo formal, as que mais superaram as metas previstas, mas reforça-se que, nomeadamente no Objetivo 2, a prudência na definição das metas previstas é uma razão forte para a tendência assinalada.

Em contraponto, em termos relativos, são, por esta ordem, as Medidas 1.2., 3.1. e 3.3. que em termos de reporte menos superam os valores esperados/definidos pelas metas.

A análise em termos de números absolutos reforça a tendência para o privilégio do Objetivo 2 na intervenção dos promotores, dado que são as medidas 2.2. e 2.3. as que, a par da 4.1., se destacam claramente em número de ações reportadas (as únicas com reportes acima de 100: respetivamente 112, 107 e 105), e num patamar ligeiramente inferior encontra-se a medida 3.2. (com 93 reportes) (cf. anexo 3.5.C).

Assim, as Medidas para cada Objetivo que conheceram mais reportes foram: Objetivo 1: Medida 1.1; Objetivo 2:Medida 2.2; Objetivo 3: Medida 3.2; Objetivo 4: Medida 4.1.

Em termos absolutos, as Medidas que tiveram um número menor de reportes (mas superando largamente o esperado), e por Objetivo, foram: Objetivo 1: Medida 1.6; Objetivo 2: Medida 2.5; Objetivo 3: Medida 3.1; Objetivo 4: Medida 4.7.

[12] Salienta-se que as duas primeiras, inscritas no Objetivo 2, se referem a: "Promoção de trabalho colaborativo entre os estabelecimentos de educação e ensino e formação e entidades públicas e privadas que intervêm em ED" e "Desenvolvimento da formação contínua para profissionais de educação e formação e outros agentes educativos, e sensibilização dos e das responsáveis pela gestão dos agrupamentos de escolas e junto das comunidades educativas". A terceira refere-se a "Promoção da elaboração e divulgação de materiais e recursos educativos de qualidade".

Ainda que a traço grosso, o contraste entre o cenário global das medidas mais e menos reportadas é indicativo tanto do que a ENED mais foi, como do que menos conseguiu ser.

No que concerne as Tipologias de Atividades - por relação às quais as Metas estão formalmente definidas - as que mais reportes tiveram, em termos absolutos, foram a 2.3.1 e a 2.6.1. Aliás, as Tipologias de Atividades com mais de 50 reportes situam-se, com uma exceção (4.1.1), associadas ao Objetivo 2 e a Tipologia de Atividade com o maior diferencial entre esperado e reportado é mesmo a 2.2.2. A esta tendência devemos acrescentar, ao nível das Tipologias de Atividades, a aposta na Educação não formal se considerarmos que aquelas em que a diferença entre o esperado e o reportado foi mais significativa estão associadas ao Objetivo 3: TA 3.3.3 e TA 3.4.1 (Cf. anexo 3.6C).

Há ainda um conjunto de TA cujas metas são definidas de forma descritiva e indicativa e face às quais os diferentes reportes devem ser entendidos como contributos para a sua concretização. No quadro abaixo elencamos essas TA:

Tipologias de Atividades	Metas	Nº Reportes	Média de reportes na Medida
TA 1.1.1- Criação das condições para a constituição de sistemas de reconhecimento pelos pares de módulos de capacitação em ED.	Termos de Referência para a criação de módulos de capacitação elaborados. Um mecanismo de reconhecimento pelos pares aplicado a partir de 2013.	11	27
TA 1.1.3- Incentivo à introdução da ED na missão e nas perspetivas estratégicas das entidades públicas e da sociedade civil.	ED explicitamente referida nas linhas orientadoras dos atores envolvidos na conceção da ENED.	31	
TA 1.3.2- Incentivo à criação de dispositivos de informação sobre a intervenção em ED em Portugal.	Informação *online* por parte das entidades promotoras de ED sobre a sua atividade nesta área disponibilizada.	24	
TA 2.1.1- Identificação de módulos existentes sobre ED na formação inicial de educadores e professores.	Materiais existentes identificados e utilizados.	18	39
TA 2.3.1- Promoção de projetos colaborativos de ED no setor da Educação Formal.	Número crescente de projetos de ED em parceria realizados e avaliados.	69	
TA 2.3.2- Promoção a nível regional do registo de ações e projetos envolvendo estabelecimento de ensino e educação e atores de ED públicos ou privados	Mapeamento das colaborações em todas as regiões estabelecido.	17	
TA 4.1.2- Desenvolvimento de metodologias e elaboração de instrumentos que permitam a reflexão e a partilha de aprendizagens a partir de campanhas.	Metodologias e instrumentos que permitam a reflexão e a partilha de aprendizagens desenvolvidos.	27	30

Não havendo, ou não sendo pertinente, um referente quantitativo para estas TA, ainda assim fica evidente que para todas as Metas se registaram reportes de ações em número significativo por parte dos promotores (considera-se a média de reportes no conjunto de TA por Medida como termo comparativo). Não podemos inequivocamente, nem mesmo através da análise da informação qualitativa das bases de dados do acompanhamento, afirmar a concretização de todas estas Metas, em parte porque não se consegue determinar quem define quando podemos considerar que o seu cumprimento acontece (TA 1.1.1; TA 2.3.1), um aspeto que

importa clarificar. Mas pode supor-se que se houve um número significativo de reportes para estas TA, as mesmas podem ter sido igualmente concretizadas.

Uma vez que as ações são reportadas por Tipologias de Atividades, e não necessariamente tendo como referência as Metas, os dados disponíveis apenas permitem garantir que este conjunto de promotores identificaram o realizado com o esperado em termos de Tipologias de Atividades assumindo autonomamente a alocação das suas iniciativas. O juízo definitivo sobre se esses contributos concretizaram as metas esperadas e a identificação das evidências desse facto não é possível, considerando o modo como algumas metas estão redigidas (TA 2.3.2; TA 2.3.1), sendo este um aspeto a clarificar na atualização da Estratégia.

A análise conjunta dos dados relativos a objetivos, medidas e TA com mais e menos reportes, em termos relativos e absolutos, permite reconhecer as dimensões da ENED que terão tido maior e menor expressão na ação do conjunto de promotores, complementando a leitura anual dos Relatórios de Acompanhamento a este propósito. Do mesmo modo, a análise das Metas descritivas é importante para apreender o modo como foram interpretadas ao nível da ação. Interessaria no entanto proceder a uma análise qualitativa detalhada do que foi reportado, e por que tipo de entidade, para compreender de forma mais fina se a natureza do que é reportado efetivamente se articula com os Objetivos e Medidas para que esse reporte é feito e de que modo o faz.

2.3. Que metas não foram atingidas nos diferentes objetivos específicos?

Considerando o exposto nas respostas às subquestões 2.1.e 2.2., a resposta a esta subquestão terá de ser: em função da forma como as Metas estão definidas e da natureza da informação disponível para avaliar a sua concretização, nenhuma meta deixou de ser atingida em qualquer dos Objetivos Específicos (1 a 4).

Se atendermos a que esse facto não pode considerar-se sinónimo da concretização dos Objetivos da ENED, nem das suas Medidas ou Tipologias de Atividade, temos que admitir que há uma diferença entre concretização "*formal*", aferida a partir de um procedimento contábil como o que usámos, e concretização "*substantiva*" das Metas, que suporia compreender como o que é reportado e contabilizado efetivamente corresponde e responde às Tipologias de Atividade a que está associado. Para esta análise será necessário que a informação solicitada e recolhida, nomeadamente através do processo de monitorização e para produção dos Relatórios de Acompanhamento, seja de natureza/qualidade diferente da que atualmente

existe, o que é, aliás, reconhecido como um desafio para melhorar o processo de monitorização (cf. E1, anexo 4.2B)[13].

Em suma, é impossível uma resposta à subquestão de avaliação 2.3. que não seja apenas uma resposta "*contabilística*", como a que damos, mas é igualmente uma resposta insatisfatória.

2.4. Que fatores contribuíram/influenciaram a consecução das metas?

Nesta questão damos expressão quer a i) fatores assinalados pelos interlocutores da avaliação como tendo constituído facilitadores da ação dos promotores e que, como tal, contribuíram para que as Metas pudessem ter sido atingidas, quer a ii) fatores que a avaliação destacou igualmente como facilitadores e que são inerentes aos modos definidos para a operacionalização da ENED. Assim, destacamos:

- *ENED como enquadramento legal da ED em Portugal*

A existência legal da ENED trouxe aos promotores de ED efeitos positivos, não só para o enquadramento, como para a legitimação da sua ação, designadamente auxiliando ao estabelecimento de relações com potenciais e efetivos parceiros institucionais, dentro e fora do campo da ED, no contexto nacional. O seu reconhecimento a nível internacional como "boa prática" - não só pela sua existência como pelas caraterísticas do processo da sua conceção, construção e implementação - teve também importantes efeitos simbólicos. O reconhecimento da ENED como "boa prática" por atores de estratégias nacionais de outros países e por entidades europeias de referência no campo da ED, trouxe um acréscimo de legitimidade às entidades do setor e constituiu um elemento de valor acrescido presente nos processos de alargamento das redes de parceria das entidades e nas candidaturas a financiamento europeu, com repercussões nas suas possibilidades de desenvolvimento de iniciativas de ED. Portanto, o "enquadramento" e a "legitimação" legal e o papel "simbólico" da ENED foram importantes para potenciar o envolvimento das entidades promotoras em atividades de ED, a nível nacional e internacional, e, como tal, facilitaram a consecução das metas.

- *As Metas formuladas para a ENED*

É reconhecido por muitos dos interlocutores do processo de avaliação que sendo a Estratégia ambiciosa nos seus Objetivos, é bastante parcimoniosa nas Metas que define. Não existindo uma *baseline* da ED em Portugal no momento da sua formulação, as metas são definidas prudentemente em termos de indicadores quantitativos e que a avaliação pôde constatar que

[13] A este respeito há um percurso a prosseguir que solicita a continuação de um trabalho de ligação próxima às entidades que reportam dados, alterações a introduzir nos processos de acompanhamento, designadamente os centrados na recolha e análise de dados, mas ainda na possível reformulação das próprias metas, na sua forma e conteúdo.

foram amplamente superados. A formulação escrita das Metas, em regra, permite que a sua concretização seja reconhecida se existir uma adição de ações de diferentes promotores reportadas para uma mesma Tipologia de Atividade. Se a apreciação da consecução das Metas se realizar numa lógica de prestação de contas, considerando apenas a sua dimensão quantitativa, é inegável que foram não só concretizadas, como amplamente suplantadas. É pois neste sentido que "o como" e "o que" se definiu como Metas para o horizonte temporal da ENED facilitou o seu próprio cumprimento. Numa perspetiva de continuidade da Estratégia, poder-se-á admitir que as metas definidas para este período de vigência da ENED (2010-2015) constituiram uma linha de base que agora se pode confrontar com o realizado para criar metas mais adequadas às dinâmicas da ED em Portugal. Mas importará clarificar a sua formulação e desenvolver um mecanismo que permita efetivamente assegurar o controlo da relação de pertinência entre o reportado e as TA e Medidas para que tal se faz.

- *A inclusividade da ENED em termos de promotores de ED*

Os documentos fundadores da ENED reconhecem o estatuto de potenciais promotores de ED a uma grande diversidade de entidades, para além das que já haviam sido envolvidas no processo da sua conceção e construção. O desenvolvimento da ENED, em particular, o processo de acompanhamento na sua vertente de sensibilização e mobilização para a ED e as atividades transversais promovidas, contribuíram para que agentes e entidades, anteriormente não presentes no campo, se envolvessem individualmente ou em parceria em ações e projetos. Considerando que algumas da Metas formuladas antecipavam a necessidade de promoção do envolvimento na ED de novos atores, esta ampliação e diversificação dos atores do campo da ED foi seguramente um facilitador para a concretização das Metas definidas.

- *As características do processo de acompanhamento na gestão da consecução das metas*

Não constituindo um documento "impositivo", a ENED, designadamente através do processo de acompanhamento desenhado, permitiu fornecer pistas para a orientação da ação das entidades promotoras. A possibilidade que o processo de monitorização/acompanhamento abriu de identificação de Objetivos Específicos e Tipologias de Atividades menos salvaguardadas por iniciativas já desenvolvidas permitiu que, ao longo da vigência da ENED, algumas entidades se orientassem, ainda que indiretamente, para dar resposta a Metas que estariam de outra forma a descoberto.

- *O modo de reporte de ações de ED no âmbito do processo de monitorização da ENED*

Este é provavelmente o ponto mais crítico para quem tem de analisar a concretização das metas da ENED. É perfeitamente legítimo, e em muitas circunstâncias desejável até, que uma mesma atividade/iniciativa ou projeto sejam reportados para diferentes TA. Mas também é

inegável que este processo induz uma multiplicação da ação desenvolvida, exigindo um outro tipo de análise qualitativa, ação a acão, centrada na aferição da "adequabilidade" do que é reportado. Neste sentido, o reporte de ações que simultaneamente são inscritas em múltiplas tipologias é um elemento facilitador do cumprimento das metas (na sua expressão quantitativa), na medida em que uma mesma atividade pode ser contabilizada em simultâneo para o cumprimento de diferentes Metas. Este aspeto poderia, no entanto, ser também considerado como obstaculizador (cf. subquestão 2.5) na medida em que o tipo de informação disponibilizada no reporte dificulta a apreensão qualitativa da relação entre o esperado e o realizado.

- *A existência de uma linha pública de cofinanciamento a projetos de ED*

Considerando o contexto de estrangulamento financeiro do Estado, como o vivido durante o período de implementação da ENED, a manutenção de uma linha de cofinanciamento pública para a ED – com exceção de um dos anos de vigência da ENED – com financiamentos relativamente similares ao longo da sua vigência para apoio a projetos de ED desenvolvidos por ONGD foi garante da continuidade da atividade de entidades e capaz de sustentar a prossecução de algumas das metas definidas.

- *As parcerias estratégicas estabelecidas através de contratos-programa*

O contrato programa com a ESE-IPVC (especificamente na sua vertente de capacitação) e o protocolo de colaboração entre o Camões, I.P. e a DGE (no caso da produção do Referencial de ED para a educação escolar) estabeleceram condições para o incremento de ações de ED.

2.5. Que fatores dificultaram/inviabilizaram a consecução das metas?

Uma vez que em termos formais a consecução das Metas foi alcançada para todos os Objetivos, optamos aqui por assinalar aspetos destacados pela avaliação relativos a fatores que: i) dificultam a apreciação da concretização substantiva das Metas e do seu contributo para a concretização dos Objetivos Específicos; ii) dificultaram (ou potencialmente dificultam) a ação dos promotores, pondo em risco a consecução das Metas.

- *A inexistência de uma baseline da ED em Portugal*

Esta foi uma dificuldade presente no processo de definição das Metas, mas com repercussões no processo de aferição/avaliação do seu cumprimento, dado que se torna difícil apreender o que foi alcançado com a ENED por comparação ao existente antes da mesma. A transversalidade a múltiplos atores desta constatação permite sustentar que este é um exercício sentido como importante de levar a cabo para ou em uma ENED "renovada".

- *A complexidade de associar causalmente o cumprimento das Metas à concretização dos Objetivos Específicos da ENED*

Em termos lógicos não é possível estabelecer um nexo de causalidade entre metas atingidas e Objetivos Específicos concretizados. A consecução das Metas é um indício dessa concretização. Portanto, se os Objetivos Específicos são o que importa verdadeiramente alcançar, aferi-los exclusivamente a partir da apreciação da consecução das metas é redutor.

- *O modo de formulação da ENED*

Atores de entidades promotoras escutados no âmbito desta avaliação salientam que ainda permanecem dificuldades na "descodificação" da "arquitetura" (escrita) da ENED que impede uma definição clara dos modos como as entidades inscrevem as suas atividades na ENED. Para algumas entidades, o modo como certas Metas aparecem formuladas representa uma dificuldade para produzir juízos tão informados como desejariam sobre a articulação da sua ação com aquelas Metas.

- *A dificuldade e complexidade de mapear e monitorizar exaustivamente o campo das práticas de ED em Portugal*

A ENED tem recursos limitados para a monitorização e acompanhamento da ED e o processo de mobilização dos promotores para o reporte da sua ação é difícil, o que vai fazendo variar o que é possível apreender da ED em Portugal. O desenvolvimento de ações de ED por promotores que não as reportem sistematicamente, bem como o reconhecimento de que há práticas e agentes de ED para além da ENED, tornam as metas um referencial sempre relativo.

- *O modo de formulação das Metas*

Os modos distintos como as Metas aparecem formuladas dificultam a aferição da sua concretização. Existem Metas formuladas de modo quantitativo e outras de modo descritivo; há ainda Metas que se desdobram. Este modo diverso de formulação dificulta a contabilização da sua consecução dado que, em alguns casos, não é claro o que constitui Meta e noutros casos ela pode ser atingida apenas parcialmente, não sendo evidente como é que nestas situações é contabilizada e/ou considerada.

- *A apreciação da consecução das Metas assenta no reporte feito pelas entidades promotoras*

O facto de se reportarem simultaneamente projetos, atividades não integradas em projetos e atividades integradas em projetos de ED permite uma leitura de consecução das metas. No entanto, não considerar esta distinção de ações reportadas, ignorando o modo diferenciado como concorrem para cumprir Medidas e Objetivos dificulta a aferição da concretização dos Objetivos Específicos da ENED.

- *A natureza da informação recolhida através da monitorização da ENED*

Há uma dificuldade de aferir a consecução das Metas a partir do tipo de informação reportada para os Relatórios de Acompanhamento (dificuldade colocada pela relação entre natureza da

informação recolhida e aferição das metas). Em alguns casos, o que é reportado são contributos para a prossecução das metas, em outros dá-se conta de iniciativas/projetos que, em si mesmos, cumprem metas específicas. O instrumento de recolha de informação solicita que as entidades reportem as suas ações tendo como referência as Tipologias de Atividades, mas, a não ser que autonomamente este seja um esforço de quem reporta, as metas não estão presentes quando este reporte se faz.

3. Qual a relação entre os recursos e a implementação/desenvolvimento da ENED?

3.1. Qual a relação entre os recursos materiais (financeiros, logísticos,…) disponíveis e a implementação/desenvolvimento da ENED?

Das constatações realizadas a partir dos discursos produzidos pelos diversos atores é importante, desde logo, destacar a convergência de posições entre eles – independentemente da sua natureza institucional (ONGD, ESE, Instituições públicas) e do seu papel na ENED (promotores, ESPA, Comissão de Acompanhamento) – acerca da inexistência de financiamento e/ou orçamento específico para a implementação/desenvolvimento da ENED. Este posicionamento é ilustrado pelo seguinte excerto:

> "Ponto menos positivo, mais negativo, penso, desta Estratégia é a falta de recursos financeiros, (…). É difícil… Nós estamos a falar de uma Estratégia que é extremamente ambiciosa e que quase não tem recursos nenhuns" (E8).

A inexistência de financiamento próprio para a implementação/desenvolvimento da ENED, no entanto, refere-se ao desenvolvimento de ações que concorram para alcançar os Objetivos 1, 2, 3 e 4, dado que os Objetivos 5 e 6 tiveram verbas atribuídas. Constata-se, assim, que o financiamento disponível se destinava à implementação de atividades transversais como a realização de Jornadas, Fóruns, acompanhamento e avaliação da ENED. A exceção a esta afirmação é a existência do contrato-programa estabelecido entre o Camões, I.P. e a Direção Geral de Educação para o desenvolvimento de atividades no âmbito do Objetivo Específico 2.

Um dos promotores (corroborado por outro) destaca mesmo que a existência de recursos financeiros alocados quase exclusivamente à consecução dos Objetivos 5 e 6, deixando a concretização dos restantes à ação (e recursos próprios) das entidades promotoras, cria até a dificuldade de compreender o que significa a "implementação" da ENED:

> "(…) o próprio Plano de Ação não ter alocado uma previsão de recursos, traz aqui uma questão de fundo (…). Fala-se em implementação da ENED, mas a ENED foi implementada? O que é que é a implementação da ENED? (…) (E 3.1) [E 3.2 – "Pois, é isso"] (…) Tem um plano de ação mas não tem recursos alocados. Como é que isso é feito? Como é que podes dizer que a entidade X implementou a ED neste [objetivo]. Não! Há a realização de projetos que contribuíram para … [em uníssono] a concretização do objetivo"(E3, anexo 4.4.B).

A falta de financiamento específico para o desenvolvimento/implementação de ações conducentes à concretização dos Objetivos 1 a 4 da ENED é vista como um problema pelas organizações promotoras de ações, na medida em que não permite incrementar mais atividades de ED (cf. E1, anexo 4.2B; E2, anexo 4.3B; E3, anexo 4.4.B; E5, anexo 4.5B2; E8, anexo 4.7C1). Esta mesma constatação pode ser ilustrada através do seguinte discurso:

> "Se eu estou a dizer que quero fazer um projeto que envolva as escolas, que envolva materiais, que envolva formação dos professores que vão trabalhar com esses materiais, que vão ser produzidos em colaboração com eles etc., nós precisamos de dinheiro... Isto dito de uma forma muito clara, para pôr estas coisas em ação. Não é dizer que este é um aspeto negativo, mas é um aspeto que por vezes nos compromete e condiciona os nossos projetos (…)" (E5, anexo 4.5B2).

Já no Relatório "*Global Education in Portugal*", produzido pelo GENE foi recomendado que se fizessem "*todos os esforços para aumentar e diversificar o financiamento disponível para a implementação da estratégia nacional*" (GENE, 2014: 50).

É de salientar que, no questionário às entidades promotoras, o fator avaliado de forma mais negativa, no que diz respeito ao impacto da ENED nas organizações promotoras, são o financiamento e os recursos (cf. tabela 18, anexo 4.10B). Quando questionadas sobre o impacto que a existência da ENED teve no trabalho desenvolvido pelas organizações, o "financiamento da ED" é o que obtém uma maior percentagem de discordâncias, com 42,9% dos respondentes a assinalarem a opção "discordo totalmente", tendo os itens "os recursos materiais disponíveis" e "escassez de tempo para um maior investimento em ED" obtido 21,4% de discordância total dos respondentes relativamente ao impacto da ENED. Nestes mesmos itens, se consideradas as respostas situadas nos valores mais baixos da escala, o posicionamento negativo acerca destes itens sobe para mais de metade dos respondentes. Da análise por tipo de entidade de pertença dos respondentes, depreende-se alguma coerência no posicionamento de maior discordância quanto ao impacto do fator "financiamento em ED": 4 em 5 ESE, 4 em 14 ONGD, 2 em 4 outras organizações da sociedade civil, e 2 em 5 outras organizações públicas a assinalar a opção "discordo totalmente" (cf. tabela 19, anexo 4.10B).

No mesmo sentido, quando questionados sobre o balanço da experiência na organização, 75% dos respondentes ao questionário indicam os 3 valores mais baixos de concordância relativamente ao item "Garantiu um financiamento adequado" (cf. tabela 24, anexo 4.10B), sendo que este item é o que tem uma média mais baixa nos valores de concordância (cf. tabela 23, anexo 4.10B). Esta tendência mantém-se em todos os tipos de entidade: no item "garantiu um financiamento adequado", 17 dos 28 respondentes, dos quatro tipos de promotores, assinalaram os dois níveis mais negativos da escala (cf. tabela 25, anexo 4.10B).

Esta informação corrobora aquela que é apresentada nos Relatórios de Acompanhamento acerca da proveniência dos fundos que financiam as ações de ED das entidades promotoras. Qualquer que seja o tipo de entidade, os fundos próprios são os mais identificados[14], ainda que não por referência a montantes de financiamento, mas sim a número de ocorrências.

Este dado é reforçado pela análise do modo como as entidades promotoras indicam como, de um modo global, no período de vigência da ENED, evoluiu o financiamento das atividades de ED nas suas organizações (cf. tabela 41, anexo 4.10B). Esta indicação, não referindo montantes, alude à perceção dos inquiridos face ao modo de evolução de financiamento das suas ações no período considerado. Verifica-se que o tipo de financiamento que as entidades referem mais ter aumentado no período de vigência da ENED (ligeiramente e substancialmente) é o que respeita a fundos próprios (32,1%+10,7%). Os "fundos próprios" (32,1%) e, com menor expressão, os "programas setoriais de financiamento público nacional para a ED" (17,9%) e "outro financiamento público nacional" (17%) foram os que mais registaram um aumento ligeiro. No entanto, refira-se também a existência de situações em que estes mesmos fundos diminuíram ou se mantiveram (cf. tabela 42, anexo 4.10B).

É também de realçar o papel que a linha de cofinanciamento do Instituto Camões, I.P. tem no financiamento de atividades de ED reportadas no âmbito do desenvolvimento da ENED (cf. Relatórios de Acompanhamento 2012 a 2014): as ONGD, para além dos fundos próprios, destacam o Camões, I.P. como segunda entidade que mais financia ações de ED[15] enquanto outros tipos de entidades não destacam de forma significativa uma fonte de financiamento em específico. Do mesmo modo, no questionário às entidades promotoras (cf. tabela 41, anexo 4.10B), os "programas setoriais de financiamento público nacional para a ED" são indicados como a segunda fonte de financiamento que mais aumentou ligeiramente e substancialmente (n=5+3).

Se atentarmos que a esta fonte de financiamento têm acesso apenas ONGD, mas que estas são as entidades que em maior número reportam atividades, compreende-se a preponderância que a linha de cofinanciamento de ED do Camões, I.P. tem no financiamento de ações que concorrem para a concretização da ENED. Não obstante esta preponderância, a Comissão de Acompanhamento afirma que foi uma opção explícita que a ENED não condicionasse a linha de

[14] São aqui considerados apenas os anos de 2012 a 2014, dado que no Relatório de Acompanhamento 2010/2011 a percentagem de financiamento não identificado é muito elevada, enviesando a leitura comparada (ONGD: 23%; Instituições Públicas: 69%; ESE: sem dados).

[15] Reforça-se que esta indicação se refere ao número de ocorrências, ou seja, ao número de ações reportadas, e nunca a montantes. Isto mesmo é referido nos Relatórios de Acompanhamento, do mesmo modo que se assume que o interesse em conhecer montantes envolvidos em ED colide com a dificuldade em harmonizar modos de contabilização desses montantes dada a diversidade de natureza das entidades envolvidas, bem como dos seus modos de organização e setor de atividade.

cofinanciamento de ED do Camões I.P. de modo a respeitar o direito de iniciativa das organizações (cf. E2, anexo 4.3B), ou seja, a atribuição de cofinanciamento não estaria dependente da vinculação da candidatura aos objetivos menos cumpridos da ENED, assumindo assim que a linha cofinancia projetos de ED e não a ENED. Isto mesmo é corroborado por um antigo membro da Comissão de Acompanhamento (cf. E3, anexo 4.4.B).

3.2. Qual a relação entre os recursos humanos disponíveis e a implementação/desenvolvimento da ENED?

Nesta subquestão, e uma vez mais, a questão da "implementação" da ENED tem que ser abordada na sua dupla vertente: as ações levadas a cabo e/ou dinamizadas por iniciativa da Comissão de Acompanhamento e as ações de ED desenvolvidas pelas entidades promotoras. Em ambos os casos constata-se uma dificuldade em contabilizar os recursos afetos à implementação/desenvolvimento da ENED, quer por parte de entidades como a Comissão de Acompanhamento que, nas suas próprias palavras, dinamiza e facilita o desenvolvimento da Estratégia, quer por parte das entidades promotoras de ED que reportam atividades. Essa dificuldade prende-se com o facto de as tarefas desenvolvidas se diluírem no conjunto das outras atividades que cada um dos atores tem nas suas organizações. O envolvimento de técnicos quer no acompanhamento, quer na implementação de atividades por parte das entidades promotoras, consubstancia-se assim numa forma de financiamento indireto à ENED, através da alocação de recursos humanos (cf. E11, anexo 4.8.B; E12, anexo 4.9B). E ainda que não seja possível quantificar esse contributo pela não contabilização real do tempo disponibilizado, ressalta-se que há, afetos ao desenvolvimento da ENED, profissionais das entidades que compõem a Comissão de Acompanhamento (cf. E2, anexo 4.3B; E11, anexo 4.8.B; E12, anexo 4.9B) e que integram as tarefas dela decorrentes no seu tempo de atividade profissional. Do mesmo modo, as entidades promotoras – onde também se incluem a quase totalidade da Comissão de Acompanhamento – reportam atividades desenvolvidas pelos seus próprios recursos humanos (cf., entre outros, E2, anexo 4.3B; E3, anexo 4.4B; E7, anexo 4.6B; E11, anexo 4.8B). A natureza diferente das entidades também dificulta esta contabilização:

> "Mas a grande questão aqui é como é que vamos juntar orçamentos de entidades públicas, por exemplo, com as ONGD. Entidades de Institutos públicos que (…) têm um recurso humano afeto a 30%, por exemplo. Como é que isto se vai meter no mesmo "saco" das ONGD e dos projetos?" (E1, anexo 4.2B).

Mesmo a produção dos Relatórios de Acompanhamento é feita por apenas um recurso humano, através do estabelecimento de um contrato-programa que engloba não só o Acompanhamento mas também a Capacitação de uma Escola Superior de Educação (cf. E1, anexo 4.2B; Base de Dados de 2014). A acumulação de funções, ou a não especialização das mesmas através da alocação de recursos humanos em exclusividade, pode resultar em aspetos

positivos por potenciar, através do desenvolvimento da ENED, sinergias com outras atividades que as organizações desenvolvem (cf. E2, anexo 4.3B), mas pode também dificultar a realização de iniciativas (cf. E2, anexo 4.3B) e condicionar o modo como algumas ações são implementadas. Um destes condicionamentos é visível na forma como é realizado o Acompanhamento – nomeadamente quanto ao tipo de informação recolhida e analisada nos Relatórios de Acompanhamento – o que será abordado na resposta à pergunta de avaliação 6.

As organizações promotoras que reportam atividades de ED no âmbito da ENED indicam os recursos humanos como um dos fatores em que a existência da ENED teve menos impacto nos modos de trabalho da organização: a "escassez de recursos humanos qualificados" (25%) é o segundo item mais assinalado como menos tendo contribuído para o impacto da ENED, logo a seguir ao item "financiamento da ED" (cf. tabela 18, anexo 4.10B). Na mesma tabela, a "escassez de tempo para um maior investimento em ED" (21,4%) e os "recursos materiais disponíveis" (21,4%) são os terceiros itens indicados. Estes dados devem ser lidos à luz da afetação de recursos humanos em ED. Efetivamente, dos 28 respondentes ao inquérito apenas 9, correspondendo a 32,1% do total, referem a existência de um departamento dedicado à ED na sua organização (cf. tabela 44, anexo 4.10B). No que toca a profissionais a trabalhar especificamente em ED, 16 dos 28 respondentes (57,1%) referem que tal não existe na sua organização (cf. tabela 45, anexo 4.10B). Nos 12 (42,9%) que afirmam existir profissionais a trabalhar especificamente em ED apurou-se que 75% mencionam a existência de 1 a 2 profissionais, sendo a média de 2,17 (cf. tabela 46 e 47, anexo 4.10B).

A escassez de recursos humanos é indicada nos dados qualitativos como um fator obstaculizador do desenvolvimento de atividades que permitam a implementação da ENED. Isso mesmo é ilustrado na citação seguinte e passível de ser verificado em depoimentos de diversos promotores (cf. E1, anexo 4.2B; E4, anexo 4.5B1; E8, anexo 4.7C1):

> "E não fomos ainda mais longe, uma das causas ou das principais causas é devido à falta de recursos humanos que nos permitisse trabalhar isto de outra forma, de uma forma mais sistemática" (E2, anexo 4.3B).

3.3. Qual a relação entre execução prevista e execução realizada?

Na sequência das constatações referidas nas respostas às subperguntas 3.1 e 3.2, não é possível contabilizar o investimento total realizado na ENED pelo facto de a grande maioria das ações reportadas ser realizada com recurso a fundos próprios das entidades promotoras, e também porque a afetação de recursos humanos à ENED não é desagregada de outras atividades. Relativamente a esta questão há a referir que sob a indicação de fundos próprios utilizados no desenvolvimento de ações reportadas na ENED, poderão estar englobadas situações muito diferenciadas: desde receitas arrecadadas através de iniciativas autónomas de

entidades, como no caso de ONGD e outras organizações da sociedade civil, até ao uso da dotação orçamental atribuída pelo orçamento de Estado, no caso das instituições públicas. Deste modo, não é possível contabilizar o investimento total realizado na ENED, pela sua disseminação em tempo de trabalho, utilização de financiamentos internacionais e de outras fontes de financiamento diversas.

No que diz respeito ao financiamento específico da ENED, tal como referido na resposta à subquestão 3.1., não foi possível obter dados referentes ao previsto nem ao executado das ações realizadas no âmbito do Objetivo Específico 5[16]. Quanto às ações do Objetivo Específico 6, no âmbito do Acompanhamento apurou-se apenas o valor da execução realizada (agregada a ações de Capacitação de uma Escola Superior de Educação) na Base de dados de 2014, não sendo possível aferir a sua relação pela indisponibilidade de dados acerca do valor previsto. Do mesmo modo, não é exequível o estabelecimento de relações entre previsto e realizado no âmbito do Protocolo de Colaboração elaborado entre o Camões I.P. e a Direção Geral de Educação, no âmbito da realização de ações conducentes à concretização do Objetivo 2. Isto decorre do facto de haver reportes de atividades no âmbito deste protocolo em dois anos (cf. Bases de Dados de 2013 e de 2014) mas apenas estar disponível valor de financiamento num deles. Para além disto, no Protocolo estabelecido cabe ao Camões I.P. a responsabilidade de financiamento mas na Base de Dados de 2014 a indicação existente é a de que a entidade financiadora foi o Ministério da Educação.

Ainda que não se constituindo como financiamento direto à ENED, mas pela dimensão que assume nesta, tal como explicitado na subquestão 3.1., podemos fazer uma extrapolação desta subquestão para o previsto e realizado no âmbito da linha de cofinanciamento de projetos de ED do Camões, I.P. Esta extrapolação ancora-se na constatação, anteriormente realçada, de que este instrumento é, indiretamente, o maior financiador da ENED – por referência ao número de ações reportadas e não a montantes – externo às entidades que a promovem.

Na análise efetuada (cf. anexo 3.7) constatamos que durante o período de vigência da ENED:

- o valor de financiamento de projetos disponível a concurso manteve-se[17], ainda que abaixo do período anterior à ENED, tendo-se registado um aumento no ano de 2016 (cf. tabela 1, anexo 3.7);

[16] Na Base de Dados de 2012 é referido um valor de financiamento que inclui as Jornadas mas também outras atividades pelo que, não desagregando as ações por valor, não é possível apurar o valor imputado às Jornadas. Esta impossibilidade decorre também de este conjunto de ações estar reportada para o Objetivo Específico 2.

[17] Com exceção do ano 2011 em que não houve concurso para cofinanciamento de projetos através da Linha de ED.

- o montante atribuído foi, em todos os anos, ligeiramente superior ao anunciado como disponível nos Avisos de Abertura dos concursos (cf. tabela 1, anexo 3.7);
- com exceção do ano de 2015, há um aumento ligeiro do número de projetos e de ONGD cofinanciados, tendência que se mantém se atentarmos na evolução do número de candidaturas de projetos e de ONGD a cofinanciamento, no período referido (cf. tabela 2, anexo 3.7);
- o cofinanciamento solicitado evoluiu, desde 2012, para mais do dobro verificando-se também mais do dobro de projetos candidatados e de organizações que se candidatam à linha de cofinanciamento de ED (cf. tabela 2, anexo 3.7).

Esta evolução permite evidenciar o contributo que a linha de cofinanciamento do Camões I.P. dá para o fortalecimento de ações da sociedade civil na área da ED e assim, indiretamente, à ENED.

No que respeita ao cofinanciamento pela linha ED e sua relação com os Objetivos Específicos da ENED, destacamos apenas algumas constatações dos dados apresentados no anexo 3.7:

- o Objetivo Específico com maior número de projetos cofinanciados pela linha ED é o Objetivo 4, e o que tem menos projetos cofinanciados é o Objetivo 1 (cf. tabela 3, anexo 3.7);
- o número de projetos cofinanciados por objetivo tem uma relativa variação por ano, sendo que o Objetivo 4 é o que apresenta maior constância de projetos cofinanciados (cf. tabela 3, anexo 3.7);
- o Objetivo Específico 4 é o que apresenta maior volume de financiamento atribuído, em todos os anos (cf. tabela 4, anexo 3.7);
- o Objetivo Específico 1 registou, em 2016, um aumento de volume de cofinanciamento atribuído, superior ao dobro do ano anterior, coerente com o aumento de projetos cofinanciados (cf. tabela 4, anexo 3.7).

4.Em que medida a ENED contribuiu para a apropriação da ED pelas entidades promotoras?

Nesta questão de avaliação lidamos com três níveis de apropriação da ED pelas entidades promotoras, difíceis de destrinçar na medida em que se relacionam entre si, a saber, a apropriação da ENED na missão, nas práticas de ED e, ainda, na articulação entre práticas de ED desenvolvidas no âmbito da ENED e restantes atividades dos promotores. A resposta a esta questão é também complexa na medida em que as entidades que se constituíram como promotoras são plurais, e diversificadas em termos da sua natureza institucional e organizacional, o que marca diferenças importantes de apropriação (entre ONGD e outras OSC,

Entidades Públicas, ESE). A história das entidades no campo da ED, o modo como definem o que é o seu trabalho e o estatuto da ED neste, o histórico do envolvimento na ENED (desde a sua conceção, durante a sua implementação, as formas de participação nas atividades transversais…), o escopo da sua intervenção ou mesmo a estabilidade dos recursos humanos nas entidades. Estes são fatores igualmente importantes para compreender distintas formas de apropriação e impactos da ENED que, no seu cruzamento, traduzem singularidades. Não sendo possível dar conta de todas essas particularidades, retêm-se aqui questões transversais que emergiram no processo de avaliação e, quando pertinente, apresentam-se tendências que, segundo sugerem os dados a que foi possível aceder, parecem associadas a características específicas dos promotores.

4.1. Como se integrou a ENED na missão das entidades promotoras[18]?

No que respeita à perspetiva global de apropriação da ENED, podemos distinguir uma diversidade de lógicas entre os vários atores, que poderão estar associadas, pelo menos em parte, à maior ou menor familiaridade e intervenção prévia em ED. Assim, podemos distinguir entre lógicas de continuidade, de consolidação e de alargamento[19]. As experiências de *continuidade* traduzem situações em que as entidades referem ter mantido a dinâmica de organização e trabalho que já tinham, sem introduzir alterações profundas (pelo menos estruturais ou radicais) às mesmas, mas reconhecendo impactos favoráveis da existência e da sua relação com a ENED (cf. anexo 4.4; 4.7C1). Uma das expressões desta forma de apropriação da ENED diz respeito às situações em que os promotores assumem uma identificação entre as finalidades da Estratégia e as que reconhecem como caraterizadoras ou desejáveis de/para si mesmos. Esta coincidência tornou a ENED um compromisso para estas entidades, reconhecendo que a sua missão saiu reforçada com esta vinculação (cf. E7, anexo 4.6B; E8, anexo 4.7C1).

Nas entidades em que se pode encontrar a lógica de *consolidação*, estão presentes aspetos como: a ampliação ou reforço das redes de trabalho em torno da ED, a aposta em áreas de

[18] Por entidades promotoras entende-se, aqui, as ESE, as ONGD e as entidades públicas que responderam ao questionário ou foram ouvidas em sede de entrevista. Registe-se, no entanto, que no que respeita às entidades públicas, que são, simultaneamente, subscritoras, não serão aqui mobilizados os dados das entrevistas. Esta opção é tomada pelo facto de estas terem sido ouvidas na qualidade de subscritoras (e não de promotoras) e porque, apesar disso, no discurso dos atores há muitas vezes uma indissociabilidade da sua qualidade de promotores e de subscritores (participantes da conceção da ENED e considerados potencialmente, multiplicadores da Estratégia junto de entidades terceiras, suas associadas). Como tal, para se evitar a repetição de informação, reserva-se a análise da especificidade das entidades subscritoras para a questão 5.

[19] Ainda que muito residual no conjunto dos informantes consultados para esta avaliação, deve reconhecer-se ainda a existência de casos em que a apropriação da ENED se fez essencialmente de forma "burocrático-administrativa". Referimo-nos a situações em que a vinculação das entidades à ENED – e portanto a apropriação institucional da mesma – não se enraizou e a relação com a Estratégia se fez episodicamente, por norma, para reportar as suas ações e a propósito do processo de monitorização.

ação identificadas como deficitárias ou menos desenvolvidas em Portugal, no âmbito dos objetivos e processos previstos na ENED, ou ainda a complexificação e estruturação de uma intervenção mais continuada no tempo, à luz dos objetivos da Estratégia (cf. anexos 3.1, 4.2, 4.4, 4.6). Em regra, para estes promotores a ENED constituiu um referencial e um desafio perante os quais a missão da entidade se procurou (re)equacionar a partir do aprofundamento da reflexão sobre o sentido de ED que possuíam ou desejavam desenvolver.

No que respeita ao *alargamento*, consideram-se as situações em que as entidades apontam a ED (e nesta medida a experiência com a ENED) como representando uma abertura a novas preocupações ou áreas de atividade dentro do que, em geral, já trabalhavam, mas podiam não reconhecer ou designar como ED (cf. anexo 4.6). Esta consciencialização representa uma atribuição de sentido que é importante em si mesma, sendo uma primeira etapa na incorporação de novos atores no campo da ED, considerada transversalmente pelos atores auscultados como fundamental. A existência de uma memória histórica e de um exercício de enquadramento conceptual como parte da própria ENED é, por isso, referenciada como importante, apoiando estes promotores no processo de se situarem na realidade deste campo e contribuindo para que tivessem um marco referencial à luz do qual puderam pensar as suas ações, incorporando desta forma a ED nas mesmas (cf. anexo 4.4; 4.6). Nestes casos, a ENED parece ter funcionado como uma porta de acesso ao campo da ED e há um reconhecimento desta no reforço da missão das entidades.

Outros elementos que nos ajudam a compreender a apropriação global da ENED pela missão das entidades promotoras podem ser evidenciados. Em primeiro lugar, importa assinalar que considerando os dados do inquérito por questionário, se destaca o aumento de entidades a trabalhar em ED ao longo do decurso da ENED[20]. Com efeito, apenas metade das entidades respondentes (n=14) assinalou ter uma tradição de trabalho em ED anterior à ENED, sendo que este acréscimo se verifica entre os diferentes tipos de promotores (cf. anexo 4.10B). Deve admitir-se que passar a contar no panorama nacional com um maior número e maior diversidade de entidades que desenvolvem ED, e que se reconhecem como tal, é um reflexo da existência e de uma apropriação da ENED.

Em articulação com o ponto anterior, verifica-se uma significativa disseminação da ENED entre potenciais promotores, visível a partir da análise dos Relatórios de Acompanhamento. Com efeito, todas as 14 ESPA reportaram atividades como promotoras, com maior ou menor regularidade, ao longo da vigência da ENED. No que respeita as ESE (públicas) verifica-se o

[20] Este dado, naturalmente, poderia ser igualmente convocado para avaliar a integração da ED na missão das entidades.

mesmo para 9 entidades[21], e no que toca às ONGD constata-se a participação de 41 entidades diferentes na qualidade de promotoras[22] (cf. anexo 3.3). Um outro indicador importante desta disseminação da ENED pode encontrar-se nos dados relativos às atividades transversais. Destes dados importa realçar, a partir da análise das memórias das Jornadas e do Fórum, o significativo número e diversidade de entidades nacionais e internacionais mobilizadas (em diferentes papéis[23]), bem como o número importante de participantes presentes nas mesmas[24] (cf. anexo 3.2). O reconhecimento do aumento do número de entidades a atuar em ED e de um esforço de difusão da ENED dentro de um universo de entidades reconhecido como particularmente pertinente para o envolvimento em ED, não deve contudo entender-se como um trabalho acabado. Não só parece importante alargar e aprofundar a participação de entidades já identificadas como potenciais promotoras, como alcançar entidades de natureza diferente que se reconhece que podem igualmente desempenhar um importante papel neste campo (cf. E1, anexo 4.1; E3, anexo 4.4.B). As atividades transversais podem contribuir ainda mais efetivamente para este processo.

No que respeita à relação entre os objetivos da ENED e a missão das entidades promotoras auscultadas, parece poder inferir-se a existência de uma articulação estreita. Com efeito, mais de 70% dos respondentes ao questionário assinalaram um grau de acordo elevado a muito elevado quando inquiridos acerca desta articulação (cf. tabela 11, anexo 4.10B). De notar que nenhum inquirido assinalou opções de resposta que expressam menor articulação entre os objetivos da ENED e a missão das organizações a que pertencem.

Não é portanto de estranhar a apreciação positiva que os diferentes promotores fazem sobre a existência desta Estratégia. Esta valorização é feita quer por relação ao trabalho que desenvolvem, em destaque nesta subquestão, quer considerando o campo da ED em Portugal na sua globalidade, que aparece vincada nos discursos dos interlocutores entrevistados (cf. anexo 4), bem como na posição unânime dos promotores que responderam a esta questão

[21] Não obstante, importa considerar que o leque de entidades de ensino superior que pode ter um potencial envolvimento em ED é muito mais amplo (cf. subquestão de avaliação 1.2). Recorde-se no entanto que, as Escolas Superiores de Educação públicas envolvidas - 9 num universo de 14 – representam cerca de dois terços, o que é um valor significativo.

[22] Atente-se que a solicitação de reporte foi feita exclusivamente a ONGD associadas à PPONGD, cujo número, com oscilações, é de cerca de 60 entidades por ano. Não se consideram eventuais ONGD que possam ter sido envolvidas como parceiras em atividades reportadas, mas que não são identificadas nos RA como entidades promotoras.

[23] No entanto, não é de somenos importância assinalar que, como seria expectável, a CA esteja sempre presente na organização destes eventos. Contudo, deve ser objeto de reflexão o facto de que estes eventos decorreram todos em Lisboa, o que introduz algum viés geográfico que os próprios relatórios de monitorização da ENED reconhecem à ED e possivelmente influencia o número de participantes neles envolvidos. Do mesmo modo, deve ser objeto de reflexão que apenas em duas jornadas (1 e 4) seja explícito o envolvimento de uma ESPA na organização dos eventos na documentação pública existente (cf. anexo 3.2).

[24] Para uma avaliação mais detalhada deste envolvimento em termos de diversidade de atores e dos valores que suportam estes juízos pode conferir-se o anexo 3.2.

(n=26) quanto à importância da existência de uma ENED para os próximos anos (cf. anexo 4.10B).

No questionário, quando pedido às entidades promotoras que se posicionassem comparativamente sobre a importância relativa da ED nas suas entidades entre 2010 e a atualidade, constata-se, em termos médios, apenas um aumento ligeiro[25] dessa importância (cf. tabela 40, anexo, 4.10B). No entanto, numa análise mais específica (cf. tabela 40, anexo 4.10B), constata-se que para cerca de 67% dos respondentes aumentou a importância da ED na entidade no decurso deste período temporal: um aumento ligeiro para cerca de 36% e substancial para 32%. Na visão por entidade promotora parecem existir perfis distintos a este respeito. Com exceção dos participantes das ESE, a maioria dos respondentes dos restantes tipos de promotores "não tradicionais" de ED, indicou que a importância desta questão na organização manteve-se entre 2010 e 2016; num caso, diminui. São, portanto, os participantes das ESE (4 em 5 respostas) e das ONGD (12 em 14 respostas) que reconhecem um aumento ligeiro a substancial da ED neste período (cf. tabela 40, anexo 4.10B)[26].

Finalmente, importa salientar o reconhecimento da importância da natureza participativa do processo de preparação da ENED por vários atores, que viriam a tornar-se promotores ou subscritores da mesma, como fator importante para a vinculação à implementação da mesma (cf. E9, anexo 4.7.C; E10, anexo 5.1B). A ligação à ENED de vários dos atores inquiridos, desde o processo da sua preparação, parece ter sido crucial na apropriação da mesma na fase de implementação. Nos discursos das entidades que participaram no processo de construção da Estratégia, o sentimento de coautoria e de compromisso com a ENED é explicitamente referido, ainda que tenha havido mudanças nos seus protagonistas (cf. E8, anexo 4.7C1; E3, anexo 4.4B). Esta característica é reconhecida e valorizada também por atores políticos que tutelam a medida (cf. E11, anexo 4.8B; E12, anexo 4.9) e que igualmente entendem as virtualidades dessa participação e coconstrução no desenvolvimento da Estratégia. Frequentemente, as características que o processo de construção da ENED assumiu são invocadas como uma das razões para que, em instâncias europeias (e não só), aquela seja identificada como "boa-prática" da relação entre Estado e sociedade civil (cf. E10, anexo 5.1B; E3, anexo 4.4B). Em nosso entender, estes dados reforçam claramente a importância de manter a natureza participativa na atualização da ENED, alargando-a a novos atores que nela

[25] Numa escala de 4 pontos, a questão solicitava que os promotores referissem se a importância da ED na sua entidade havia diminuído, se se tinha mantido, ou se teria aumentado ligeira ou substancialmente. O valor médio situou-se em 2,89 quando considerado o conjunto das respostas dos promotores.

[26] Naturalmente, estas tendências não podem ser associadas linear ou integralmente à existência da ENED (não era essa a questão colocada), mas não pode deixar de reconhecer-se que, ao responderem na qualidade de promotores, a resposta terá tido por referência o envolvimento na ENED.

possam vir a ser envolvidos[27]. Esta é uma condição importante para promover, manter ou aprofundar a integração e apropriação da ED e da Estratégia pelos diversos promotores ao nível da sua missão.

4.2. Como se refletiu a ENED nas práticas de ED desenvolvidas pelas entidades promotoras?

Ao nível das práticas de ED, os promotores auscultados reconhecem transformações positivas associadas à existência da ENED, quer nas suas próprias entidades, quer noutras entidades envolvidas na promoção de ações de ED. Não obstante a transversalidade de muitos destes impactos, a perceção dos reflexos da ENED nas práticas é também diferenciada em função da natureza das entidades promotoras e ainda do seu maior (e anterior) ou menor envolvimento/experiência no campo da ED.

No âmbito do questionário foi solicitado aos promotores que aferissem eventuais alterações trazidas pela ENED ao trabalho em ED, assinalando a sua opção numa escala de um (discordância total) a sete (concordância total), e pensando concretamente, no impacto em termos da diversificação de públicos (3,61), metodologias (3,68), temáticas e tipos de atividade (3,64) e no incremento de atividades (3,71). As médias das respostas situam-se nos pontos intermédios da escala. Ou seja, as respostas indicam posições de ligeira discordância ou indefinição quanto às alterações trazidas pela ENED aos aspetos referidos. Entre todas destaca-se o *incremento de atividades de ED* (4,25) com a média mais elevada de respostas (cf. tabelas 12 e 13; anexo 4.10B)[28]. Não obstante a dispersão das respostas, assinale-se ainda que a *diversificação de metodologias* e o *incremento de atividades de ED* emergem como os itens que são mais assinalados e sobre os quais parece registar-se maior concordância entre os diferentes tipos de promotores: ambos os itens reúnem cerca de 32% de respostas no ponto 5 da escala considerado o conjunto de entidades promotoras. Em termos de apreciação global do impacto da ENED no trabalho em ED da organização a que pertencem, a média situou-se nos 4,86 (cf. tabela 15; anexo 4.10B). Uma análise mais detalhada permite perceber que a maior parte dos respondentes exprime uma visão positiva sobre o impacto da ENED (57,2% das respostas situam-se entre os valores 5 e 7 da escala e nenhum dos respondentes situa o impacto da ENED nos níveis mais negativos da escala: 1 ou 2). Em suma, o impacto da ENED nas práticas é reconhecido pela maioria como positivo, independentemente da natureza das

[27] Considerando o reconhecimento de vários dos atores escutados de que há hoje em Portugal um maior número e diversidade de entidades e modos de intervenção em ED que seria importante envolver numa futura Estratégia, e de capitalizar a própria aprendizagem que a implementação da ENED proporcionou, dado que desde o seu início se assistiu a um movimento de alargamento do leque dos atores considerados como potenciais promotores de ED.

[28] A análise por tipo de entidade (cf. tabela 14; anexo 4.10B) revela uma forte distribuição das respostas pelas opções disponíveis. Globalmente, em 4 dos 5 itens em apreciação, cerca de metade dos respondentes situou-se nos níveis negativos e a outra metade nos níveis positivos da escala.

entidades promotoras, sobretudo pelo impulso que terá dado às práticas de ED, conduzindo ao seu incremento.

O impacto da ENED nas práticas é reconhecido em várias dimensões da realidade dos promotores. Quando inquiridos acerca do balanço da experiência da sua organização com a ENED, a maioria dos promotores valoriza o ter colocado a ED na agenda nacional (ao ser reconhecida politicamente) (cf. tabela 17, anexo 4.10b) e o ter criado um enquadramento legal para a atuação neste campo. Neste sentido podemos inferir que a ENED é entendida como contributo para legitimar e dar visibilidade ao trabalho que as organizações já faziam, ampliar o conhecimento em ED (nomeadamente através da articulação com outras "*educações para*") e estimular o conhecimento e a cooperação interinstitucional (cf. tabelas 23, 24, 25 e 26, anexo 4.10B; E8, anexo 4.7.C1; E10, anexo 5.1B).

A valorização destes fatores reforça a importância do estatuto de política pública da ENED e do seu papel na afirmação do setor e das práticas das suas organizações. Esta interpretação sai fortalecida se atentarmos que a ENED, em si mesma, constituiu um importante instrumento de sensibilização e influência política que as entidades referem ter incorporado nas suas ações. O facto de existir uma Estratégia que representa um compromisso político nacional (como destacado pelo GENE, no exercício de *peer review*) foi mobilizado junto de atores políticos e institucionais, dentro e fora do setor, para afirmar a pertinência das ações que as entidades promotoras já levavam a cabo, investir na sensibilização ou advogar em prol de outras que entendiam importantes (E10, anexo 5.1B; E3, anexo 4.4B; E8, anexo 4.7C1).

A análise detalhada dos impactos da ENED por fatores permite evidenciar[29] que o *reconhecimento e enquadramento político da ED* aparece como o aspeto mais fortemente valorizado pelos promotores. No polo oposto, estão os aspetos ligados à escassez de diversos tipos de *recursos* para concretizar o seu trabalho no setor da ED (cf. tabela 18, anexo 4.10B).

Estas tendências são reforçadas a partir da análise de uma outra questão presente no questionário que procurou compreender qual o balanço que os respondentes fazem da experiência da ENED na sua organização. Para tal, recorreu-se a um conjunto de 20 indicadores, em relação aos quais foi solicitado o posicionamento na escala de concordância utilizada nas restantes questões. Em termos de média destacam-se três fatores: *a difusão de conhecimento sobre a ED* (5,18), *a articulação da ED com outras "educações para..."* (5,07) e a promoção do *conhecimento de diferentes tipos de atividades de ED* (5,04). No que se refere à

[29] Considerados os valores médios, constata-se a seguinte hierarquização dos fatores positivamente valorizados (média igual ou superior a 3,5): reconhecimento político da ED (5,04); o enquadramento da ED numa agenda nacional (4,64); a integração em processos de planificação de ED (4,32); a ênfase na avaliação da ED (4,07); a diversificação das estratégias de ED (3,75) e a introdução de novos métodos de ED (3,50).

análise específica dos fatores, para além dos já destacados, aparecem ainda como congregando um maior número de respostas positivas os itens que têm que ver com o impacto da ENED no *conhecimento interinstitucional dos atores de ED* (67,8%) e na *cooperação interinstitucional dos atores de ED* (64,3%) (cf. tabelas 24, 25, anexo 4.10B).

O conhecimento, reconhecimento e cooperação interinstitucionais parecem, pois, surgir como elementos importantes na experiência das entidades com a ENED e que marcaram a sua prática (cf. tabela 23, anexo 4.10B). Estes dados apontam para o contributo da ENED para a criação ou reforço de uma comunidade de entidades de ED, através da promoção do interconhecimento, reconhecimento e da cooperação entre atores ou mesmo de integração em processos coletivos de planificação da ED. No entanto, estes aspetos parecem não ter tido uma tradução expressiva no reconhecimento daquelas dinâmicas na introdução ou diversificação de métodos e estratégias de ED, se considerados conjuntamente os dados dos respondentes[30] (cf. tabela 17, anexo 4.10).

Estes dados são, globalmente, congruentes com os obtidos na auscultação face a face realizada a entidades promotoras, onde foram valorizadas as oportunidades que a ENED e os seus desafios criaram para o estabelecimento de relações com outras entidades. Mas, nos dados qualitativos recolhidos é realçado – para além do que os dados quantitativos sugerem - que este facto implicou que as entidades tivessem de repensar e modificar a sua ação, para acomodar as implicações do desenvolvimento de um trabalho em rede e/ou em parceria, por vezes entre entidades de natureza diversa, que lhes permitiu ampliar o escopo da sua intervenção (cf. E8, anexo 4.7C1; E7, anexo 4.6B). Dir-se-ia, portanto, que um outro reflexo da ENED em termos das práticas foi a criação de sinergias ao nível da ação em ED que permitiram que esta se tornasse mais sistemática, prolongada no tempo e alargada a âmbitos ou públicos que, isoladamente, as entidades teriam mais dificuldades de concretizar. Ao criar condições para o estabelecimento de relações entre entidades dentro e fora do setor, a ENED possibilitou que novos atores de ED surgissem (cf. E3, anexo 4.4B; E7, anexo 4.6B).

Há entidades promotoras que salientam o contributo da ENED para o reforço das suas práticas, em termos de enquadramento e de legitimação, permitindo-lhes agir a uma escala que ampliou a sua anterior atividade em ED e que reconhecem como mais pertinente para atingir as suas finalidades (ex. entidades com tradição em ações de influência política a quem, com a

[30] Quando perguntados sobre o impacto da ENED na organização numa escala que varia entre o "muito negativamente" (1) e o "muito positivamente" (7), os fatores "a introdução de novos métodos de ED" e "a diversificação das estratégias de ED" têm como média 3,50 e 3,75, respetivamente. Portanto, ambas abaixo do valor "neutro" (4).

ENED, se alargam as possibilidades de sensibilizar e influenciar novos atores políticos) (cf. E8, anexo 4.7C1).

Em alguns casos, as práticas das entidades sofreram alterações mais facilmente evidenciáveis, por referência a modalidades de ação que já as caracterizavam. Neste caso encontra-se, por exemplo, o surgimento e o desenvolvimento de processos de pesquisa e de produção de conhecimento sobre ED ou a construção de unidades de formação dirigidas a futuros profissionais de educação e que passaram a integrar de forma durável currículos de formação, designadamente, de Escolas Superiores de Educação (cf. E7, anexo 4.6B). Igualmente, entidades promotoras relatam o processo de enriquecimento metodológico da sua ação que o envolvimento na ENED e a relação com outros atores de ED lhes proporcionou. Em geral, são as entidades com menor ou nenhuma tradição no campo que mais acentuam esta transformação nas suas práticas, revelando a dimensão de aprendizagem que o envolvimento na ENED trouxe, por via da reflexão e colaboração entre entidades do campo.

Outros aspetos referidos, ainda que pontualmente, mas com significado para aferir as dificuldades da integração da ENED nas práticas dos promotores foram: i) o défice de comunicação/visibilidade da ENED no modo como as entidades promotoras se apresentam para o exterior (com exceção dos processos de candidatura a financiamento, em que a ENED é invocada como legitimadora); ii) dúvidas levantadas à capacidade de a ENED ter provocado efeitos estruturais em termos de aumento da relevância atribuída à ED e seu reconhecimento, em particular no interior das entidades cuja principal vocação não se encontra neste setor.

No primeiro caso está em causa o sentimento de que, em termos de (re)conhecimento externo ao setor, e não obstante os momentos de "abertura" e "apresentação" da ENED, não se atingiu uma desejável difusão pública do campo da ED e seu significado, nem da própria ENED[31]. Neste caso, os promotores referem a necessidade e a importância de intensificar o esforço de dar visibilidade ao setor e à ENED como contributos para a sua mais efetiva apropriação. Esta perceção é confirmada pelos dados do questionário, uma vez que a dimensão *favoreceu a apropriação real da ED pelos cidadãos e cidadãs* é dos fatores menos valorizados (o segundo menos valorizado), em termos de média, no que respeita ao balanço da experiência da ENED nas entidades (cf. tabela 23, anexo 4.10B).

No segundo caso realça-se a subsidiariedade das práticas de ED em entidades cuja principal atividade se concentra, por exemplo, na cooperação, na formação de profissionais de

[31] O que é coerente com o dado anteriormente apresentado a partir da análise do questionário que reconhece a dificuldade da ENED colocar a ED na agenda nacional. Decorre daqui uma questão que importará refletir: o reconhecimento, legitimação e enquadramento político da ED que a ENED assegurou, de acordo com os atores auscultados, não terá conseguido no entanto traduzir-se num reconhecimento público, pelo menos no grau que as entidades promotoras gostariam que tivesse tido.

educação ou na intervenção em setores diversos das políticas públicas. Numa auscultação coletiva de atores foi salientada a necessidade de manter a sensibilização para a ED, mesmo nas entidades que já foram envolvidas pela ENED, precisamente para consolidar o espaço e a importância da ED no seu interior. Esta proposta baseia-se na convicção de que o tempo de duração da ENED não foi suficiente para transformar estruturalmente o estatuto da ED em algumas das suas entidades promotoras (designadamente ONGD), cuja atividade é maioritariamente devotada a outras áreas. Este argumento surge também no questionário para sustentar a importância da continuidade futura da ENED (cf. tabela 33, anexo 4.10B).

Algumas entidades, a partir do seu envolvimento em atividades que congregaram uma multiplicidade de atores de ED, exprimem a dificuldade de entender algumas das práticas aí apresentadas como processos de ED. Não estando em causa ajuizar a validade desta perceção, constata-se que a apropriação do sentido de ED - a que não será alheia a sua complexidade, bem como a opção da ENED incluir e considerar uma diversidade de modos de a entender – se terá realizado de modo distinto entre as entidades. Contudo, não necessariamente de modo a que se reconheça que essas diferenças foram mutuamente integradas ou compreendidas, apesar da grande valorização das oportunidades de interconhecimento e cooperação propiciadas pela ENED.

Atente-se ainda que quando se solicitou às entidades para referirem práticas de ED bem-sucedidas, 9 dos exemplos apresentados (das 24 respostas a esta questão) estão ligados à ENED. Isto é, descrevem ações que são explicitamente articuladas com objetivos, medidas ou tipologias de atividades. Quatro destes casos elegeram como exemplo positivo aspetos referentes à ENED em si mesma (p. ex. o processo participado de construção da Estratégia) (cf. tabela 31, anexo 4.10B).

4.3. Como é que as atividades de ED desenvolvidas pelas entidades promotoras no decurso da implementação da ENED se relacionaram com as suas restantes atividades?[32]

A resposta a esta subquestão implica mais uma vez constatar que os promotores que foram envolvidos pela ENED possuem características diversas do ponto de vista da sua natureza organizacional, das suas missões e práticas, e da sua história no campo da ED. No cruzamento institucional destas variáveis define-se o "espaço" e o "papel" que a ED assumia ou passou a

[32] Como salientámos, no discurso dos atores auscultados aparecem relacionados elementos que são contributos para responder às várias sub-questões de avaliação. Neste caso, a alusão às práticas levadas a cabo no âmbito da ENED é feita em ligação ou por referência às atividades já existentes da entidade, pelo que pode haver alguma redundância entre esta resposta e as anteriores quando a informação tem as mesmas fontes.

assumir durante a vigência da ENED e, por maioria de razão, as relações que a ED estabeleceu com as outras atividades dos promotores[33].

Nesta subquestão, a primeira evidência é a de que assenta num pressuposto implícito: todas as entidades promotoras integram a ED num leque mais vasto de atividades, que variam dependendo da natureza da entidade. Efetivamente, para todas as entidades promotoras consultadas nesta avaliação este é um facto que não deixa de traduzir uma realidade, cujas causas e consequências interessará refletir.

Uma outra aproximação a esta subquestão decorre da análise da resposta do conjunto de promotores quando inquiridos acerca da relevância que a ED presentemente assume no conjunto da ação da entidade. Em termos médios, as respostas situaram-se num ponto intermédio da escala - 4,43 - representando uma importância nem baixa, nem elevada (cf. tabela 37, anexo 4.10). Numa análise mais específica (cf. tabela 38, anexo 4.10), verifica-se ainda assim que a maioria das respostas aponta para a relevância da ED no conjunto de atividades da organização, visto que os níveis cinco a sete, de cariz positivo, reúnem a maior percentagem de respostas (53,6% do total)[34].

Estes dados e a constatação de que o número de promotores de ED aumentou ao longo da ENED, e a perceção sobre o modo como evoluiu a importância da ED na organização - em termos médios, verifica-se um aumento ligeiro (cf. tabela 39, anexo 4.10B) e para cerca de 67% dos respondentes aumentou ligeira (35,7%) ou substancialmente (32,1%) (cf. tabela 40, anexo 4.10B) - permite concluir que a ED tem uma relevância significativa para o conjunto de atividades das entidades, particularmente nas ONGD. E ainda que a sua importância nas entidades aumentou durante o período da ENED, de forma mais notória nas ONGD e ESE. Esta apreciação, quando em ligação com dados recolhidos através de entrevistas, permite encontrar uma diversidade de modos de articulação[35]: i) identificação profunda entre as atividades de ED e as restantes atividades das entidades, considerando que as preocupações de fundo dessas diferentes atividades se sobrepõem (cf. E8, anexo 4.7C1); ii) separação nítida

---

[33] Uma primeira resposta a esta subquestão encontra-se nos modos de apropriação da ENED referidos na subquestão 4.1 (continuidade, consolidação, alargamento), dado que uma das dimensões a partir das quais se identificam estas formas é precisamente a da relação da ED com a globalidade da atividade das entidades.

[34] Numa leitura por tipo de entidade, encontram-se cenários distintos (cf. tabela 38, anexo 4.10). Os participantes de "outras organizações da sociedade civil" manifestaram um posição neutra, todos assinalando o nível intermédio da escala. Embora em número reduzido, quatro participantes assinalaram as duas primeiras opções da escala, correspondentes a menor relevância, dois pertencendo a organizações da sociedade civil e dois a ONGD. As respostas dos participantes das ONGD denotam um perfil mais disperso e menos coeso quanto à relevância da ED no conjunto das atividades da sua organização, apontando para a importância de reconhecer a diversidade existente neste subgrupo de entidades.

[35] Em termos gerais, pode dizer-se que a relação entre atividades de ED e outras atividades das entidades se estabeleceu na dialética entre duas lógicas: de *assimilação* (integrou-se algo novo no que já existia) e de *acomodação* (transformou-se o que já existia para acomodar o novo).

entre atividades de ED e de outras áreas, a que corresponde uma separação entre recursos humanos afetos a cada uma delas (cf. E3, anexo 4.4B); iii) coexistência entre atividades de áreas distintas, incluindo de ED, que vão merecendo à vez a atenção específica das entidades e seus profissionais/técnicos (cf. E3, anexo 4.4B); iv) incorporação de ações de ED nas atividades "típicas" das entidades, rentabilizando ou transformando a natureza destas atividades (cf. E7, anexo 4.6B); v) associação à ENED de atividades definidas por relação a outros referentes (p. ex. entidades europeias de financiamento) (cf. E10, anexo 5.1B).

Não obstante a sua expressão ser menor no conjunto de dados recolhidos, foram ainda identificadas questões que marcam a articulação entre atividades de ED e restantes atividades das entidades: i) a dificuldade de definir claramente as fronteiras entre o que é ou não uma atividade de ED torna complexa a apreciação destas relações; ii) a necessidade de alguns promotores atenderem à sua missão primeira (que não é a ED) torna complexa a gestão de recursos (tempo, recursos humanos, financeiros…) para garantir um envolvimento mais aprofundado na ED (tendo sido assinalada, em particular, a dificuldade de envolvimento nas atividades transversais da ENED); iii) a transformação interna de um setor específico de entidades promotoras (ONGD) parece não vir ocorrendo no sentido de autonomizar a ED como área de atuação, mas antes de a reconceptualizar ou fundir/integrar com outras áreas afins (cooperação, educação para a cidadania global…). Embora os dados do questionário sejam ambivalentes a este respeito, a acontecer, esta transformação pode contribuir para uma transformação do estatuto da ED face às restantes atividades no contexto destas entidades, com manifestações diversas (p. ex, diluição dos departamentos e dos profissionais de ED nessas outras áreas, menor investimento na capacitação específica dos profissionais…) (cf. tabelas 44 a 48, anexo 4.10B).

5. Como foi incorporada a ENED nas práticas das entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED

A resposta às subquestões será apoiada nas entrevistas realizadas junto de nove das dez ESPA[36], cujo guião e grelhas de análise se encontram disponíveis no anexo 4.5. Pela proximidade entre esta questão e a anterior, seguir-se-á a mesma linha de análise, sempre que possível e aplicável. Tendo em atenção a natureza dos dados disponíveis, a resposta a esta questão não permite traçar o percurso evolutivo da incorporação da ENED por parte das ESPA, isoladamente ano a ano e ao longo dos cinco anos de vigência da mesma. Este exercício de balanço é descrito como muito difícil de fazer pelas próprias entidades.

[36] Não estão aqui consideradas as quatro ESPA que compõem a Comissão de Acompanhamento, que foram ouvidas enquanto membros dessa estrutura.

Permite, contudo, reunir um conjunto de aspetos relevantes nesse trajeto, na ótica dos interlocutores das ESPA consultadas, os quais traduzem grandes preocupações e traços gerais de atuação, e indiciam discussões cruciais para pensar a continuidade da ENED.

5.1. Qual a relevância, para a sua missão, que as entidades subscritoras atribuíram à ENED?

Seguindo a perspetiva adotada na questão anterior, o modo como a ENED foi integrada pelas entidades subscritoras será aqui analisado considerando aspetos mais gerais da experiência com a ENED: i) a perspetiva global relativamente à apropriação/integração da ENED na organização; e ii) as dimensões da vivência das entidades em que o impacto da ENED se terá feito sentir, e que fatores terão sido relevantes nesse processo.

No que respeita à perspetiva global de apropriação da ENED, de modo geral, os representantes das ESPA fazem uma apreciação positiva sobre a existência da ENED. À semelhança do verificado nas entidades promotoras, podemos distinguir entre experiências de continuidade, de consolidação e de alargamento da ação que já desenvolviam. Na maioria dos casos, a ENED foi vista como uma continuidade, na medida em que se justapôs ou relacionou com os objetivos, princípios ou temas de atuação das entidades. Nessa medida, contribuiu para confirmar, clarificar ou formalizar o que já existia, mas não era necessariamente atribuído/identificado como ED. Parece ser consensual entre os atores que a ENED não representou uma novidade substantiva para a sua ação, mas esta continuidade é reconhecida em si mesma como sendo também positiva.

Nas experiências de consolidação, menos evidentes, incluem-se aspetos como a ampliação ou reforço das redes de trabalho em torno da ED, e a oportunidade que a ENED constituiu de dinamizar trabalho conjunto entre entidades diferenciadas, à semelhança do verificado na questão anterior. Nas experiências de alargamento, mais raras, podemos enquadrar as entidades que referem que a ENED permitiu, por exemplo, incorporar novas metodologias de trabalho, expandir as áreas de competência, o próprio horizonte de conhecimento sobre o campo da ED, ou criar novos grupos de trabalho que previamente não existiam (ex. redes regionais). Daremos conta destes aspetos nas subquestões seguintes.

Em articulação com esta perspetiva global de apropriação da ENED é relevante destacar a referência a questões ao nível da direção das entidades. De facto, foram relatadas diversas situações de mudança nos órgãos de direção, assim como nos recursos humanos que tinham a seu cargo esta tarefa, ao longo dos cinco anos, gerando desta forma situações de intermitência na relação entre a ESPA e a gestão do compromisso ENED. Este dado, que não tem que ver diretamente com a ENED, não pode ser ignorado, e em geral foi descrito como problemático e com consequências para o cumprimento dos compromissos assumidos. Por seu lado, algumas

entidades referiram explicitamente que a adoção da ENED como compromisso por parte dos órgãos de direção é um elemento indispensável no sucesso da implementação da mesma.

O enquadramento da ENED na missão das ESPA é percetível em várias dimensões e foi conseguida através de várias vias: i) a articulação estreita entre os objetivos da ENED e a missão das entidades auscultadas. Esta sinergia parece ter como elo de ligação fundamental as "educações para..." em que trabalham, predominantes no discurso da maioria dos atores. Tal é visível, por exemplo, na descrição das práticas levadas a cabo no âmbito da ENED, em foco nas subquestões 5.2. e 5.3, ou nas principais razões apontadas para o envolvimento das ESPA a que pertencem na ENED, que dão conta da proximidade temática com a ED e do potencial de transferência das ações junto dos públicos com que já trabalham; ii) a preocupação em integrar e relacionar a ENED com outras políticas de relevo para a entidade, que determinam a sua ação; iii) o recurso à ENED como veículo para concretizar ações das ESPA. Por outro lado, quando inquiridos acerca do balanço da experiência com a ENED, são reconhecidos diversos impactos e mais-valias, que vale a pena atentar, independentemente da maior ou menor frequência com que foram mencionados, a saber: i) o valor da ENED como documento e política, e o seu papel de instrumento que ajuda a enquadrar a atuação das entidades e a trazer o assunto ED para o seu núcleo de preocupações; ii) o alargamento do capital de conhecimento das ESPA, traduzido na experiência (nova ou consolidada) com metodologias, conceitos ou abordagens de ED. A título de exemplo, é referida a incorporação de metodologias participativas nas ações dinamizadas pela ESPA, fruto da experiência com a ENED; iii) a ENED como oportunidade de reconfigurar e avaliar a atuação da entidade, a partir do prisma da ED, e não apenas da "educação para..." em que trabalham, seu foco habitual; e iv) a abertura de novas possibilidades de captação de financiamento.

A relevância da ENED na ótica das ESPA é, ainda, confirmada pela importância que atribuem a que se dê continuidade e não se perca o trabalho desenvolvido. Apesar das dificuldades sentidas, reconhecem um percurso feito neste campo, que motiva a sua aposta no mesmo. Nesse sentido, em regra, foram manifestados disponibilidade e interesse para subscrever uma futura Estratégia, na linha do verificado junto das entidades promotoras na questão anterior. As dúvidas em dar continuidade foram expressas apenas num caso, e têm que ver não com o questionamento da ENED ou a falta de identificação com os seus propósitos, mas com as limitações de recursos humanos (destacadas por várias ESPA). Estas dificuldades introduzem incerteza quanto às reais possibilidades de cumprir as exigências do acordo estabelecido.

5.2. Como se refletiu a ENED nas práticas desenvolvidas pelas entidades subscritoras? & 5.3. Como é que as atividades desenvolvidas pelas ESPA no âmbito da ENED se relacionaram com as suas restantes atividades?

A referência às práticas desenvolvidas no âmbito da ENED e à relação com as restantes atividades parece ter sido, maioritariamente, feita em conjunto. Isto é, as práticas da ENED foram levadas a cabo em articulação ou através de ações já existentes nas ESPA[37], o que entendemos como positivo, e mais raramente, através de iniciativas próprias para o efeito, o que teria sido igualmente desejável.

Por outro lado, é visível no discurso das ESPA auscultadas a distinção entre dinamizar ações de ED que se inscrevam em tipologias de atividades da ENED e dinamizar ações sobre a ENED, o que também é importante para perceber o que é entendido por "implementação" ou "concretização" desta Estratégia. Efetivamente, vários atores salientam que não integraram o assunto ENED nas ações desenvolvidas, enquanto conteúdo próprio, mas este foi tido em consideração, como documento e visão orientadora das mesmas, a par com outros marcos da organização (ex. políticas e agendas da especialidade; documentação internacional). Em ligação com este aspeto, constata-se que, quando perguntados acerca das ações desenvolvidas no âmbito da ENED, frequentemente, os atores destacaram ações de ED, sem que fosse explicitado ou percetível como estas foram articuladas com a ENED. Este aspeto pode indiciar a necessidade de explorar melhor os modos de integração da ENED na realidade das ESPA, mas igualmente reforçar a constatação de que a ENED e o seu objeto são indissociáveis. A ENED não existe num "vazio", como finalidade em si mesma, mas sempre por referência ao seu objeto – neste caso, a ED em articulação com "outras educações para...". Se a ENED é indissociável da ED, a referência formal à ENED, o "falar sobre" pode ser importante, mas não significa o cumprimento das suas finalidades.

Foram identificados diversos tipos de práticas implementadas no âmbito da ENED pelas ESPA em questão. Como acima notámos, estas parecem ter acontecido na maioria dos casos em relação com as atividades que as ESPA já faziam. Estas serão aqui indicadas, independentemente de terem sido mais ou menos mencionadas, pelas pistas importantes que trazem para perceber o que terá sido o papel das ESPA na ENED, a sua apropriação "real", e tomá-las em consideração na possível continuidade desta Estratégia.

Assim, foram descritas as seguintes práticas ou formas de apropriação da ENED: i) integração da ENED em iniciativas que as ESPA já dinamizavam ou em que participavam, e em que exista proximidade ao nível dos conteúdos, objetivos ou princípios; ii) discussão de questões alusivas

[37] Razão que justifica a opção por responder a estas duas subquestões em conjunto.

à ENED em encontros e reuniões de trabalho com as entidades associadas. Em geral, tal parece ter acontecido de modo integrado na rotina das entidades, em momentos já existentes; iii) adoção da ENED como documentação de orientação das ESPA, que é mobilizada a par com outras políticas ou agendas da especialidade a que as entidades têm de dar cumprimento (ex. planos nacionais, orientações internacionais). Várias entidades referem este aspeto, indiciando que a articulação entre a ENED e tais políticas é um passo fundamental na concretização dos compromissos das entidades subscritoras; v) referência à criação ou adaptação de materiais pedagógicos (ex. guiões de formação) através da ENED. Estes materiais contêm um potencial de transferência, sendo por isso também enquadráveis na questão 5.4.

No que diz respeito a práticas motivadas especificamente pela ENED, destacamos: i) a participação em reuniões de ESPA, previstas pelas estruturas de acompanhamento da ENED; ii) a participação em atividades transversais da ENED, tais como, jornadas e fóruns de ED. Estas atividades são valorizadas pelos atores auscultados. Na maioria dos casos, a participação nas mesmas deu-se na qualidade de "participante regular", e com menor frequência, integrando a organização do evento ou sendo responsável por algum momento de agenda do mesmo (ex. partilhar a experiência da entidade, dinamizar uma sessão de trabalho). Estes dados são consistentes com os encontrados na análise dos relatórios destas atividades (cf. anexo 3.2), onde se constatou reduzido envolvimento das ESPA; iii) análise e emissão de parecer a documentos criados a partir da ENED (ex. Referencial de ED); e iv) criação ou integração de grupos de trabalho em ED, inexistentes antes da ENED, cuja descrição é feita na subquestão 5.4., dado o que representam para a extensão da ENED às redes das ESPA.

Em termos práticos, salvaguardadas algumas exceções de que se dão conta em vários momentos deste texto, mais do que um objetivo ou conteúdo a cumprir por si mesma, a ENED parece ter sido entendida sobretudo como um veículo/instrumento através do qual as ESPA fizeram cumprir aspetos diretamente ligados às suas preocupações e às "educações para..." em que atuam. Talvez pela proximidade entre as temáticas que trabalham e a ENED, diversas ESPA reconhecem o contributo da ENED mais ao nível da clarificação, consolidação ou enquadramento dos conceitos, que a participação na Estratégia estimulou e que é visto como importante em si mesmo, mais do que a promoção de uma inovação forte. Esta é uma constatação a que damos destaque sem querer significar que a inovação seria mais desejável ou expectável do que a continuidade (no sentido que foi descrito na subquestão 5.1). Parece-nos, contudo, importante para perceber o balanço que as ESPA fazem do processo ENED.

5.4. Em que medida as entidades subscritoras contribuíram para a extensão da ENED a outras entidades das suas redes de parceria?

Embora as ESPA também sejam, em si mesmas, entidades promotoras da ENED, o protocolo formalizado terá tido subjacente um pressuposto de transferência e multiplicação dos efeitos da ENED a entidades terceiras (ex. princípios, objetivos e atividades). Ainda que as entidades promotoras possam, em teoria, ter papel semelhante junto dos seus parceiros e públicos, este potencial multiplicador associado às ESPA é um aspeto diferenciador da maior relevância.

Antes de se apresentarem evidências de como se concretizou a extensão da ENED a outras entidades das suas redes de parceria a que foi possível aceder, importa fazer algumas ressalvas, úteis para entender o modo como foram interpretados os dados recolhidos. Primeiramente, salientar o entendimento diferenciado que parece ter havido da expressão "redes de parceria". Em alguns casos, significando o conjunto de entidades que estão associadas sob a sua alçada (ex. associações de representantes, confederações e outras similares). Noutros, as redes de contacto/parceria em que a entidade está inserida ou nas quais implementam ações (ex. organizações com que trabalha). Por outro lado, estamos perante um conjunto heterogéneo de ESPA, que em alguns casos trabalham diretamente com os destinatários finais (ex. jovens, alunos,...), e noutros, a sua ação incide no acompanhamento e representação de entidades, também elas heterogéneas, que têm essa missão, sem contudo poderem desligar-se desses contextos concretos. Quer isto dizer que, nestes últimos, pode ser visto um nível acrescido de complexidade (ex. nas tomadas de decisão), ou se quisermos, uma etapa prévia até chegar aos públicos finais, nos modos de disseminar, articular e concretizar a ENED. Parece-nos que este aspeto é relevante, e tem consequências diretas para dimensionar expectativas em relação à ação das ESPA, que tomem em linha conta a sua situação concreta. Também, por outro lado, para perceber como pode o acompanhamento desse percurso ser feito futuramente numa atualização da ENED, por exemplo, pensando uma adoção faseada, de modo a apoiar e potenciar a ação destas entidades.

Importa ainda notar que, também nestes casos em que as entidades representam outras entidades, devido à natureza organizacional de cada ESPA, alguns interlocutores auscultados são eles mesmos parte de entidades promotoras na ENED, e outros apenas da ESPA respetiva. Como tal, os seus discursos trazem referências à ação ou realidade da própria ESPA, mas também das suas associadas (portanto, entidades promotoras, objeto da questão anterior). Este aspeto, que trouxe desafios à própria análise e que poderia ser visto como alguma repetição de informação, alertou-nos, contudo, para o maior ou menor grau de conhecimento que as ESPA poderão ter das ações, preocupações ou meios concretos que as suas associadas terão mobilizado no âmbito da ENED. Novamente, ultrapassando o objeto desta avaliação e

ausente de toda a documentação consultada, parece-nos que esta é informação vital para perspetivar o papel das ESPA.

É também importante conhecer quais os contextos, públicos ou atores junto dos quais estas entidades veem a transferência da sua ação como sendo possível – isto é, o seu potencial multiplicador percebido – na tentativa de perceber como ocorreu ou poderá no futuro ocorrer a multiplicação dos efeitos na ENED a partir da ação das ESPA. Ainda que esta questão não tenha sido formulada de modo direto, efetivamente, é possível perceber do discurso dos representantes das ESPA auscultados informação a este nível. Assim, a referência mais frequente dá conta do potencial de extensão da sua ação à educação formal, em sentido lato – escolas de ensino básico e secundário, professores e alunos, instituições de ensino superior e seus atores. A educação formal, campo em que muitas ESPA já atuam ou veem atuar os seus associados, é apontada como campo oportuno para a ED, e ao seu alcance. Ao mesmo tempo, também há referências explícitas à necessidade de aí implementar a ED, quer porque esta temática é vista como necessária à educação formal e não está ainda disseminada, quer porque as preocupações que norteiam a ED são cada vez mais prementes, e ainda porque através da ED é possível cumprir objetivos das suas agendas institucionais (ex. realizar formações, criar materiais pedagógicos, entre outros). Embora com menor frequência, também foram referidas organizações não governamentais, e os públicos com que intervêm (ex. comunidades migrantes, países de expressão portuguesa) como contextos de extensão.

Foram referidas as seguintes experiências de extensão da ENED por parte das ESPA: i) dinamização de ações de formação junto de professores, formadores e outros profissionais (ex. de saúde) (eles próprios, agentes multiplicadores da ação) ou destinatários finais (ex. alunos). Esta é uma das formas mais frequentemente referidas pelas ESPA; ii) incorporação do assunto ENED em eventos já existentes, dinamizados pela entidade ou pelas suas associadas. Esta foi também uma referência frequente, sendo dados exemplos a nível nacional e internacional, por via dos contextos em que algumas ESPA têm atuado ou das redes de parceria estabelecidas; iii) dinamização de eventos próprios sobre a ENED/ED. Embora mais raros, também foram indicados; iv) divulgação e apelo à participação em eventos da ENED e ED às suas redes de associados e parceiros. É referido o uso de canais de comunicação institucionais para este efeito (ex. *mailling list*); v) inclusão da ED como critério de apreciação dos projetos propostos pelas suas associadas; vi) formalização de parcerias e alargamento da rede de contactos das ESPA. Concretamente, foram indicados dois processos de criação de redes regionais, integrando municípios, associações locais entre outros, para trabalharem as questões da ED; vii) criação de projetos ou ações de ED ou elaboração de candidaturas a financiamento, entre as ESPA e as suas associadas ou entre estas; viii) promoção da ENED

junto das suas associadas e apoio à exploração da mesma. Destacam-se como exemplos um pedido de mapeamento do que é feito em ED dirigido por uma ESPA às suas associadas, e a consultoria sobre a ENED/ED feita junto destas; ix) integração de conceitos alusivos à ENED no contacto com parceiros de trabalho.

Sintetizando alguns aspetos que foram sendo valorizados pelos interlocutores na sua experiência com a ENED, aos quais poderá ser importante atender no futuro, destacamos: i) o envolvimento na ENED desde o início da sua construção, e a natureza participativa do processo, valorizado e frequentemente referido, à semelhança do verificado na ótica das entidades promotoras, abordadas na questão anterior; ii) a possibilidade de a ENED ser um instrumento de concretização de prioridades e agendas centrais nas ESPA, relacionadas com o seu foco de ação, reconhecida por várias entidades. Apesar de ser descrita por algumas entidades como compromisso em si própria, parece ser mais frequente uma certa visão "prática" da ENED, em que as ESPA buscam, também, perceber de que modo esta pode beneficiar os seus focos de ação. É reconhecida a sua importância, alinhamento e contributo para diversas "educações para...", que terá constituído uma razão forte para que tenham sido convidadas a integrar este processo; iii) o impacto das mudanças nos órgãos de direção e nos recursos humanos que em cada entidade estão responsáveis por esta tarefa parecem ter nas condições para o cumprimento e grau de compromisso com a ENED. As situações de "intermitência" de que acima demos conta, tornam oportuno um esforço de acompanhamento da realidade de cada ESPA. Pode ser oportuno reforçar ou reestruturar periodicamente os acordos firmados, ajustando-os aos cenários concretos das entidades, e precavendo que a ENED fique diluída e invisível no conjunto das suas preocupações; iv) a rentabilização das redes que as ESPA já possuem é uma nota dominante na descrição que fazem das ações desenvolvidas, e a realização de ações conjuntas é valorizada. Dado que não é sempre claro se as ESPA se referem às suas entidades associadas ou a outras com as quais possuem ligação, admite-se que existe margem para apostar ainda mais nesta questão, diretamente relacionada com o efeito multiplicador esperado das ESPA; v) em linha com este aspeto, a concretização da ENED (seus princípios e objetivos) parece ter acontecido na maioria das vezes através de ações já existentes (ex. formações, encontros, canais de comunicação...), e esta articulação é importante por permitir a otimização e evitar a duplicação de esforços, desejável na ótica de diversas ESPA.

Uma última reflexão acerca do que fizeram ou poderão fazer as ESPA em termos da ENED, transversal às várias subquestões, tem que ver com o próprio perfil destas entidades. Quase todas referem ligações fortes ao campo da educação formal e/ou não formal (objetivos 2 e 3 da ENED), por via das áreas em que elas ou os seus associados atuam. Em menor escala,

encontramos evidência explícita de trabalho em torno dos restantes objetivos da ENED. As áreas de atuação e os perfis de cada ESPA não podem ser vistos de modo estanque, por exemplo, apenas esperando de ESPA ligadas à educação escolar a intervenção na educação formal e não em ações de sensibilização, de influência política ou outras. Da mesma forma, é importante analisar o perfil das ESPA, de quem se espera a transferência de efeitos para entidades e contextos terceiros, e o contributo específico que podem trazer aos objetivos da ENED. Sendo a sensibilização e influência política objetivos que parecem ter sido menos trabalhados na globalidade de subscritores e promotores da ENED, em que medida fará sentido numa atualização desta Estratégia ponderar, por exemplo, a inclusão de atores que possam contribuir de modo mais direto para as áreas da comunicação ou políticas?

6. Como é que os processos de acompanhamento contribuíram para a regulação da implementação da ENED ao longo dos 5 anos?

6.1. Quais os processos de acompanhamento da ENED?

A importância do trabalho de acompanhamento da ENED foi identificada desde a fase de conceção da Estratégia, assumindo-se que deveria ser um processo de "experimentação contínua" (cf. Documento Oficina de Definição conceptual, p.19.). Neste seguimento foi constituída uma Comissão de Acompanhamento (CA), composta por um representante do: IPAD, CIDAC, DGIDC e PPONGD (Despacho 25931/2009). No mesmo Despacho foi atribuída à CA a responsabilidade de elaboração do Plano de Ação da ENED, "identificando as ações, os instrumentos e os recursos necessários à sua implementação", prevendo-se que reuniria pelo menos duas vezes por ano, sendo secretariada pelo IPAD[38.]

Em 2011, foi celebrado um contrato-programa entre o IPAD e a Fundação Fernão de Magalhães para o Desenvolvimento, em nome do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), na sequência do qual a elaboração e redação dos RA ficou a cargo do Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento (GEED) da Escola Superior de Educação (ESE) do IPVC, uma vez que é esta a entidade responsável pelo projeto "Capacitação da ESE do IPVC em Educação para o Desenvolvimento (ED) e em matéria de planeamento, acompanhamento e avaliação da ENED 2010-2015" (Termos de Referência – RA 2014, pp.80-81).

O documento da Estratégia salienta que o processo de acompanhamento será "baseado nas aprendizagens já retiradas da elaboração da ENED, incluindo a sistematização de experiências,

[38] A constituição da CA é assumida como algo natural que decorre do historial de envolvimento e conhecimento em matéria de ED das entidades e pessoas que as representam, não só em Portugal como em redes internacionais (E2.1B, E2.2, anexo 4.3B). É no entanto salvaguardada pela própria CA a possiblidade de envolvimento de outras pessoas e entidades com um percurso em ED que queiram participar deste processo de tecer relações entre atores e otimizar o seu conhecimento em nome de um "conhecimento coletivo" (E2.1B, anexo 4.3B).

tendo como ponto de partida as práticas existentes em Portugal", podendo "levar a ajustamentos futuros do Plano de Ação, como forma de melhorar as práticas e a própria Estratégia", "devendo acolher a diversidade de organizações e de propostas" (ENED).

No documento de apresentação do dispositivo de acompanhamento e avaliação da ENED, sai reforçada a ideia do acompanhamento como "uma função contínua que visa melhorar a ENED e as práticas que lhe estão associadas, permitindo encetar medidas corretivas e reorientações. Podemos entendê-lo como um processo de informação e aprendizagem em benefício da ação em curso", suscetível de permitir "em caso de fenómenos de divergência em relação à lógica de intervenção, a adoção de medidas corretivas ou de reorientações" (Dispositivo de acompanhamento e avaliação), assente num "dispositivo contínuo de recolha e tratamento de informação que nos permite saber em que ponto da execução das atividades da Estratégia nos encontramos e se nos aproximamos ou nos afastamos das metas, dos resultados esperados e dos objetivos" (*idem*).

No Plano de Ação, estabeleceram-se como "tipologias de atividades" para o acompanhamento da ENED: a "conceção de um sistema de acompanhamento adaptado à complexidade de uma estratégia nacional multiatores"; a "alimentação regular do dispositivo de acompanhamento por parte dos atores envolvidos", o que implicaria a atualização semestral dos instrumentos de acompanhamento; e a "elaboração regular de relatórios de acompanhamento da ENED", de periodicidade anual (Plano de Ação, p.16).

A partir da entrevista coletiva realizada à CA, é possível identificar várias perspetivas sobre o acompanhamento, que surgem em simultâneo e se complementam. A preocupação com a manutenção das redes anteriormente criadas e de um trabalho de tipo colaborativo esteve presente desde o início do acionamento do dispositivo de acompanhamento (cf. E1, anexo 4.2B), marcando a sua atividade. Assim, são assinaladas quer a promoção regular de encontros entre os diferentes atores, como forma de acompanhar "a par e passo" a implementação da ENED (cf. E2, anexo 4.3B, E1, anexo 4.2B), quer a natureza participativa e reflexiva do processo, remetendo os âmbitos de tomada de decisão coletiva para questões sobre a forma (como fazer) e o conteúdo (o que fazer) da ENED, identificando "o que era prioritário, o que era possível, e qual a melhor maneira de conseguir os resultados pretendidos (E2.2)". Outros entrevistados, a partir da experiência vivenciada, consideram que acompanhar significa também "pensar sobre como é que se vai fazer a monitorização, discutir como é que se resolvem questões mais organizativas, como é que se põem de pé as atividades transversais, as jornadas, (…)" (cf.E8, anexo 4.7C1).

Deste modo, a verificação do cumprimento das metas estabelecidas, que poderia traduzir "uma interpretação burocrática da ENED", não foi assumida como prioridade do

acompanhamento, atribuindo-se uma maior importância à implementação e dinamização da ENED, à colaboração, ao incentivo, facilitação e apoio à realização de ações de ED, particularmente em torno das suas linhas prioritárias, e à capacidade de "adaptação" da sua atuação às circunstâncias sociais, económicas, políticas e institucionais que pautaram o período de vigência da ENED (cf. E2, 4.3B). Nesta perspetiva, a CA foi-se assumindo e foi sendo assumida como um "grupo estratégico" e como "um grupo condutor" da ENED (cf. E2, anexo 4.3B), responsável pela preparação e dinamização de iniciativas transversais (Jornadas e Fórum), pela preparação dos processos de planeamento, para além da elaboração do relatório de acompanhamento (cf. E2, anexo 4.3B), o que sendo considerado de um modo muito positivo pelas entidades promotoras (cf. tabela 17, anexo 4.10B), se traduziu numa sobrecarga de trabalho para os seus membros (cf. E3, anexo 4.4B).

Para além dos momentos que se relacionam de forma mais estreita com a atividade da CA e com a elaboração dos relatórios (encontros dos membros da CA; RA e seus processos de elaboração; contactos diretos entre a responsável pela elaboração dos relatórios e algumas entidades promotoras; encontros entre a CA, a responsável pela elaboração dos relatórios e as ESPA da ENED), importa considerar, igualmente, para efeitos da análise do acompanhamento da ENED, o processo de *Peer Review* do GENE e as atividades transversais da ENED. O processo de *Peer Review* do GENE, e o respetivo relatório (previstos na ENED), ao mesmo tempo que permitiu fazer um balanço sobre a *Educação Global* em Portugal, envolveu parceiros-chave da ENED e analisou de forma mais aprofundada algumas das suas atividades, fornecendo informações relevantes para uma apreciação intermédia da ENED.

As atividades transversais, promovidas pela Comissão de Acompanhamento (em parceria com outras entidades), embora sejam apresentadas, no Plano de Ação, num objetivo separado do acompanhamento e da avaliação, são também constitutivas desse mesmo processo, ao mesmo tempo que incorporaram os efeitos dos processos de acompanhamento. Ou seja, decorreram das aprendizagens que a CA foi realizando sobre a implementação da Estratégia e constituíram oportunidades de intervir no próprio acompanhamento e avaliação (Relatório IV Jornadas, p.8).

Não obstante os diferentes processos de acompanhamento, quando auscultadas as entidades promotoras, estas identificam essencialmente o acompanhamento com o processo que conduziu à produção dos relatórios anuais (necessidade de reportar atempadamente, identificação de dados a recolher, preenchimento de questionário/"grelha", tratamento dos dados) e à responsável pela elaboração dos mesmos (cf. E4, anexo 4.5B1; E5, anexo 4.5B2; E8, anexo 4.7C1; E9, anexo 4.7C2).

Esta aparente diversidade de perspetivas entre a CA e as entidades promotoras sobre o que constituiu o processo de acompanhamento acaba por refletir níveis diferentes de envolvimento e de conhecimento de todo o processo da ENED.

Em síntese, é possível considerar que diversos processos de acompanhamento coexistiram ao longo do desenvolvimento da Estratégia, reforçando-se mutuamente, e nem todos equacionados desde o início enquanto tal, o que configura um sistema de acompanhamento suscetível de ter em consideração a complexidade de uma Estratégia Nacional multiatores, designadamente: i) a constituição e funcionamento de uma Comissão de Acompanhamento, a qual reuniu um número de vezes muito superior ao inicialmente previsto (10 a 12 vezes por ano); ii) a realização periódica de reuniões da Comissão de Acompanhamento com as entidades subscritoras do Plano de Ação; iii) a celebração de um contrato- programa entre o IPAD e a Fundação Fernão de Magalhães para o Desenvolvimento, em nome do IPVC, na sequência do qual a elaboração e redação dos relatórios de acompanhamento ficou a cargo do GEED da ESE do IPVC, permitindo a alocação de recursos específicos e permanentes ao processo de monitorização das iniciativas promovidas pelas entidades promotoras; iv) a sensibilização de diferentes entidades para situarem as suas atividades no âmbito da ENED; v) a construção e posterior aperfeiçoamento (em 2012) de instrumentos de recolha de informação; vi) o envolvimento das entidades promotoras na monitorização da ENED, através do reporte das suas atividades e do preenchimento dos instrumentos de recolha de informação; vii) a realização anual de RA, resultantes da recolha de dados junto de entidades promotoras; viii) a apresentação dos relatórios às ESPA; ix) o processo de *Peer Review* do GENE, e o respetivo relatório (previstos na ENED); x) a realização de atividades transversais (Jornadas de ED e Fórum) que, embora não estivessem definidas no plano de ação enquanto processos de acompanhamento, acabaram por assumir uma grande relevância neste âmbito.

6.2. Qual a natureza da informação recolhida e os tipos de análise da mesma nos processos de acompanhamento?

- *Natureza da informação recolhida e instrumentos mobilizados*

Os instrumentos de recolha de informação para os RA da ENED (questionários) conheceram diferentes versões. As principais alterações nesses instrumentos prendem-se com o tipo de perguntas do questionário, o seu modo de preenchimento, que passou a ser *online*, e o número e tipo de entidades promotoras de atividades de ED a quem foi solicitada informação. Em relação ao tipo de perguntas, as alterações foram no sentido de as tornar mais fechadas, tendo como objetivos: i) uniformizar um pouco mais a informação recebida das organizações (cf. E2.2, anexo 4.3B; E1, anexo 4.2B), permitindo uma maior clareza e fiabilidade na análise comparada dos dados; ii) facilitar o preenchimento e agilizar o processo, pensando na maior

adesão das organizações para o reporte de atividades, dado tratar-se de um "trabalho suplementar" (cf. E2.1b, anexo 4.3B) às suas funções profissionais quotidianas. São apontadas algumas fragilidades metodológicas aos dados resultantes do primeiro relatório (2010-2011), que se relacionam precisamente com estes aspetos (cf. E1, anexo 4.2B).

O instrumento previsto no documento "Dispositivo de Acompanhamento e Avaliação", construído numa fase anterior ao estabelecimento do contrato-programa para a realização do acompanhamento da ENED com a ESE-IPVC, era constituído por um questionário semipreenchido a ser completado por entidades promotoras. Para além destes instrumentos para a recolha e compilação de informação sobre as atividades promovidas pelas ESPA, estava prevista também a produção de um outro questionário, a ser enviado por este grupo às suas associadas ou respetivos serviços, para conhecer as "capacidades atuais das instituições públicas e das organizações da sociedade civil em matéria de ED" (Dispositivo de acompanhamento e avaliação, p.4), no sentido de colmatar a ausência de uma *baseline,* o qual não se chegou a realizar.

A partir de 2012, em resultado da resposta a uma das recomendações do relatório de 2010-2011, no sentido de criar "um modelo de recolha de dados acessível e fácil de manusear" (RA 2012, p.8), o instrumento de recolha de informação para os relatórios de acompanhamento começou a adquirir uma versão mais estabilizada, consistindo num questionário *online,* com catorze questões: 1. Nome da instituição; 2. Tipo de instituição – Pública/Privada sem fins lucrativos; 3. Tipo de Atividade – Atividade inserida em projeto/ Atividade não inserida em projeto/Atividade inserida noutro tipo de projeto; 4. Designação do projeto (se na questão 3 tiver sido identificado projeto); 5. Descrição das atividades do projeto OU Descrição da atividade (se na questão 3 tiver sido identificado atividade); a) Objetivo (segundo a ENED) - Objetivo 1, Objetivo 2, Objetivo 3, Objetivo 4; b)Tipologias (segundo o PA ENED); 6. Temática; 7. Entidade promotora; 8. Entidades parceiras; 9. Públicos-alvo; 10. Custo do projeto/atividade; 11. Financiadores; 12. Calendário do projeto/atividade; 13. Âmbito geográfico do projeto/atividade; 14. Comentários finais.

A partir de 2013 (e por referência às atividades a realizar em 2014 e 2015), passou a existir um instrumento de "planificação" das atividades, utilizando o mesmo tipo de informações, sendo pedido às entidades promotoras a disponibilização antecipada de informações sobre as atividades a realizar. Nesta sequência, no período de reporte de atividades para o relatório (em 2014 e 2015), às entidades envolvidas no processo de planificação, apenas foi solicitada a validação das atividades que tinham sido concretizadas, a informação das que não tinham sido e, neste último caso, a indicação das razões para tal ter acontecido (cf. E1, anexo 4.2B). Os

instrumentos de recolha de dados passaram igualmente a integrar instruções de preenchimento (cf. E1, anexo 4.2B).

Para além dos dados resultantes dos instrumentos de recolha construídos e mobilizados especificamente para o processo de acompanhamento, importa ainda destacar informações resultantes do funcionamento da própria Comissão de Acompanhamento, de encontros de diferentes intervenientes e das atividades transversais. Estas informações prendem-se, essencialmente, com aspetos associados às preocupações e práticas de diferentes entidades relativamente à ED e à implementação da ENED (cf. E2, anexo 4.3B; anexo 3.2).

- *Tipos de análise da informação recolhida*

A monitorização da ENED é apresentada nos RA como constituindo o principal objetivo dos mesmos. A descrição dos objetivos específicos permite-nos perceber a natureza e as dimensões contempladas nessa monitorização. De uma forma geral, podemos afirmar que os relatórios visam fazer um mapeamento das atividades em função das medidas da ENED para as quais são reportadas (cobertura das medidas), dos principais atores envolvidos (promotores e parceiros), dos públicos-alvo a que se destinam, das temáticas em que se inserem, das áreas geográficas de intervenção e das principais entidades financiadoras. Pretende-se, igualmente, ter uma perspetiva evolutiva sobre estas dimensões, através da comparação com os dados dos relatórios de anos anteriores. A partir de uma reflexão (que se pretende crítica) sobre os resultados apresentados em cada relatório, formulam-se conclusões e recomendações.

Nos RA é referido o contributo dos mesmos para a análise dos processos de planificação, acompanhamento e avaliação da ENED, assumindo-se, igualmente, que se pretende com estes "fornecer dados e fundamentos de reflexão aos atores de ED e ao público em geral que tenham interesse na ENED, a nível local, regional e internacional» (RA 2012, p.6; 2014, p.7).

Nos RA explicitam-se duas linhas de análise – uma, desenvolvida no sentido de fornecer uma "visão global sobre quais [as atividades que] estavam a ser atingidas e quais não estavam" e outra para responder a alguns "critérios pré-definidos nos Termos de Referência deste relatório: distribuição geográfica, grupos-alvo, temáticas, entidades financiadoras e parcerias.» (RA 2014, p.13). No que se refere à segunda linha, a análise permite – em relação à distribuição geográfica, conhecer, para cada tipo de entidade promotora, a distribuição das atividades por referência ao seu âmbito nacional ou internacional e, dentro do território nacional, a sua distribuição pelas regiões Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Madeira, Açores (classificação assente na NUTS de nível II); para os grupos-alvo, contabilizar "o número de referências aos vários tipos de público" para cada um dos objetivos (RA, 2014, p.54); relativamente às temáticas, identificar quais os conteúdos mais e menos trabalhados, através da contabilização do número de referências a cada um, tendo como base uma lista adaptada

do *Development Education & Awareness Raising Study Final Report*;); em relação às entidades financiadoras, contabilizar o número de vezes que cada uma é referida por cada tipo de entidade promotora; no que se refere às parcerias, saber a percentagem de projetos ou atividades que foram realizados/as em parceria.

Em relação aos objetivos 5 e 6, referentes, respetivamente, às atividades transversais e ao acompanhamento e avaliação da ENED, os RA apresentam a contabilização das atividades, tendo como referência o Plano de Ação da ENED, e explicitam questões como o número de reuniões e os motivos ou assuntos tratados nas mesmas.

Embora os termos de referência dos relatórios apontem para a importância de "uma leitura e interpretação dos dados, tentando levantar algumas hipóteses que permitam explicar o porquê dos mesmos" (RA 2010-11, p.15) ou "ensaiar explicações para as categorias de tipologias inteiramente não cobertas" (RA 2014, p.80), esta análise necessitaria de um maior aprofundamento.[39] Aliás, uma das recomendações amplamente referida como um aspeto a melhorar nos processos de acompanhamento, prende-se, precisamente, com a necessidade sentida de uma análise mais de tipo qualitativo (cf. E1, anexo 4.2B; E2, anexo 4.3B; E2, anexo 4.3B) que não se limite *"a elencar, a mapear"* (cf. E1, anexo 4.2B), permitindo "uma *monitorização mais fina e mais qualitativa"* (cf. E8, anexo 4.7C1), o que tenderá a implicar a mobilização de maiores recursos para o processo de acompanhamento.

6.3. Que atores foram envolvidos nos processos de acompanhamento?

O processo de acompanhamento permitiu e potenciou o envolvimento de diversas entidades e atores, embora a níveis muito diferenciados.

Desde logo, os representantes das 4 entidades que integram a Comissão de Acompanhamento – IPAD/Camões, CIDAC, DGIDC/DGE e PPONGD, responsáveis pelo acompanhamento e pela validação dos relatórios de monitorização, bem como o elemento do GEED, responsável pela elaboração e redação dos RA. Para além destes aspetos, importa ainda ressaltar o papel da CA na promoção e organização de atividades transversais que, como já foi referido, embora não organizadas no âmbito do acompanhamento, assumiram, a este nível, uma importância relevante. O IPVC, através do elemento do GEED da ESE, assumiu ainda particulares responsabilidades no envolvimento das entidades promotoras e na sensibilização para o reporte de atividades, com a realização de ações de sensibilização/formação junto de

[39] Alguns exemplos, quando se associa a primazia das tipologias 2.3.1 e 2.6.1 no Objetivo Específico 2 à clareza de redação destas tipologias e à sua grande abrangência (Relatório de Acompanhamento 2014, p.43); quando no objetivo 4.2.4, se salienta "a diminuição abrupta da tipologia 4.2.1, referente a atividades de sensibilização, voltando a níveis de relatórios anteriores a 2013, o que pode sugerir uma alteração súbita da realidade ou uma recolha de dados não totalmente condizente com a realidade no relatório relativo ao ano anterior» (Relatório de Acompanhamento 2014, p.45).

promotores para promover o reporte das suas ações de ED, e participou na apresentação e discussão dos relatórios.

A um outro nível, é possível destacar o conjunto das 14 entidades subscritoras do Plano de Ação, sendo que 4 integram a CA (IPAD/Camões, CIDAC, DGIDC/DGE e PPONGD, mais a APA, CNU, CIG, IPJ/IPDJ, CPADA/ASPEA, CNJP, CNJ, ACIDI/ACM, APEDI, ARIPESE) e as 50 entidades promotoras de atividades de ED, designadamente as ONGD associados da Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (41) e as ESE, associadas da ARIPESE (9), que reportaram informações para os relatórios RA. Em relação às entidades promotoras, o número referido corresponde ao total de entidades diferentes que reportaram atividades entre 2010 e 2014, sendo que para o relatório de 2010-2011 reportaram 30 ONGD e 3 ESE; para o de 2012 – 32 ONGD e 5 ESE; para o de 2013 – 32 ONGD e 8 ESE e para o de 2014 – 34 ONGD e 8 ESE. As entidades subscritoras, à exceção da ARIPESE que não reporta diretamente, reportaram anualmente as atividades desenvolvidas. Assim, para o relatório de 2010-2011, reportaram, no total 47 entidades, para o de 2012 - 50, para o de 2013- 53 e para o de 2014 – 55. Estes números revelam uma certa estabilidade nas entidades que reportaram atividades, notando-se um ligeiro crescimento ao longo dos anos. (cf. RA 2010-2014). É ainda possível assinalar que para o relatório de 2010-2011 há 9 ONGD que indicam não ter desenvolvido qualquer atividade de ED, para o de 2012 – 8 ONGD e para o de 2014 – 6 ONGD.

Ao longo do processo de acompanhamento, as ESPA, para além das responsabilidades assumidas com a implementação e desenvolvimento da ENED, foram envolvidas em diversas fases do processo de acompanhamento, constituindo-se em interlocutores privilegiados da CA. Para além de serem também entidades promotoras de ED e reportarem as suas atividades, foram auscultadas em fases intermédias da elaboração dos Relatórios de Acompanhamento e na discussão desses mesmos relatórios e participaram na organização de atividades transversais (cf. anexo 3.2).

O conjunto de entidades promotoras foi sempre envolvido pela CA como informantes dos processos de monitorização, através do reporte das atividades de ED desenvolvidos. Os RA elaborados anualmente (apenas o 1º RA se refere aos dois primeiros anos), foram apresentados e debatidos em sessões específicas, designadamente com as ESPA e, posteriormente, tornados públicos. Também as ONGD pertencentes ao GTED da PPONGD, não só participaram em discussões de versões preliminares dos RA, como fizeram esta discussão por sua iniciativa – abrindo esta discussão a outras ONGD – e que a pessoa responsável pela elaboração dos RA se envolveu por vezes nestes processos. Importa ainda reconhecer que algumas das entidades promotoras – ONGD da PPONGD – se constituiram também em

parceiros efetivos da CA na organização e dinamização das atividades transversais (cf. E3, anexo 4.4B; anexo 3.2).

Para concluir, acrescente-se que a delimitação – que se fez entre 2010 e 2011 – do conjunto de atores a quem foi pedido o reporte de ações de ED assenta numa decisão intencional, associada quer aos recursos disponíveis, quer ao interesse em ter dados comparáveis ao longo do tempo. Não obstante, a CA assume que a monitorização realizada com base nesta delimitação não consegue abarcar a diversidade e complexidade de ações de ED e seus protagonistas (RA 2014).

6.4. Quais os efeitos do acompanhamento na implementação da ENED?

O reconhecimento que diferentes atores auscultados através de entrevista exprimem generalizadamente acerca da importância do trabalho da Comissão de Acompanhamento, assinalando do mesmo passo a intensidade e diversidade do trabalho que caraterizou o funcionamento deste órgão, é o aspeto mais saliente do cruzamento dos dados da avaliação a propósito desta questão. Neste sentido, o processo de acompanhamento, e o conjunto de pessoas que o asseguraram, são reconhecidos como muito significativos no apoio à concretização da ENED, frisando-se a abertura e a postura de diálogo e de mobilização da participação que mantiveram com a generalidade de entidades subscritoras e promotoras. De igual modo, várias das entidades escutadas salientaram a importância do papel assegurado pela existência de uma pessoa responsável pelo incentivo e apoio às entidades no processo de reporte das suas ações de ED para a monitorização da Estratégia. Este facto é apontado por entidades promotoras como importante para a manutenção de um vínculo à ENED, capaz de se sobrepôr à nem sempre fácil compatibilização do quotidiano das entidades com o envolvimento na Estratégia. Em algumas circunstâncias este acompanhamento de apoio à monitorização, em particular nos anos iniciais da ENED, envolveu mesmo processos de sensibilização e de formação que, como anteriormente já se salientou, permitiram fazer emergir novos atores de ED (cf. E1, anexo 4.2). A este respeito é particularmente significativo o crescimento do envolvimento das ESE na promoção da ENED[40]. Este facto chama-nos a atenção para como um acompanhamento de proximidade pode contribuir para o incremento da concretização da ENED.

Esta apreciação positiva não surge tão vincada nos dados quantitativos recolhidos por questionário junto dos promotores, uma vez que analisada a resposta à questão sobre quais os fatores que mais contribuíram para o impacto da ENED no trabalho em ED das suas

[40] Em 2010/2011 reportam 2 ESE; em 2012 reportam 5; em 2013 reportam 8 e em 2014 reportam 7.

organizações, numa escala de 7 pontos, o processo de acompanhamento e monitorização apresenta uma média de 4,61, se considerarmos o conjunto das respostas (n=28)[41].

Com efeito, em termos dos seus efeitos, o processo de acompanhamento é valorizado em particular pelo papel que teve na promoção do conhecimento do campo da ED e dos seus atores, sendo-lhe menos reconhecidos os efeitos de retroagir, quer sobre a ação das entidades, quer sobre a ENED e o seu Plano de Ação (cf. anexo 4.10). Quando solicitados a exprimir o seu grau de acordo (numa escala de 1 a 7) sobre os efeitos do processo de acompanhamento, globalmente considerados, os inquiridos (n=28) acentuaram que este permitiu *aprofundar o conhecimento sobre a ENED* (5,11) e *conhecer as atividades de ED desenvolvidas no terreno* (5,00) como os aspetos mais consensuais decorrentes do processo de acompanhamento. Em contraponto, entre os aspetos menos consensuais encontra-se o papel do processo de acompanhamento em *reorientar a ação das organizações* (3,64), em *diversificar as atividades de ED nas organizações* (3,68) e em *reajustar o Plano de Ação e a ENED* (3,89). Numa análise por item, em regra, mantém-se este cenário. Em termos positivos, acresce aos anteriormente mencionados o contributo do processo de acompanhamento para *conhecer o grau de execução das metas e tipologias de atividade da ENED* (60,8% das respostas nas opções 5 a 7) (cf. tabela 28, anexo 4.10B).

As entidades promotoras abordam igualmente os processos de monitorização e de acompanhamento quando elaboram recomendações para uma eventual Estratégia futura, ainda que o número de referências a cada uma delas no cômputo geral dos inquiridos não seja significativa na maioria dos casos[42]. Assim, neste particular, associados aos processos de acompanhamento a desenvolver futuramente são realçadas: i) a necessidade de melhorar ou reforçar o acompanhamento dos atores da ENED (7 refª); ii) a necessidade de reforçar a

[41] Das 28 respostas a este item, 25% estão concentradas no grau 6 ("Concordo") com 7 respostas, e 17,9% das respostas indicam o grau 7 ("Concordo Totalmente"), em 5 respostas. Contudo, 57,1% das respostas está concentrada entre os níveis 1 e 5, justificando assim o valor médio de concordância atribuído ao acompanhamento como fator que contribuiu para o impacto da ENED. A análise por tipo de entidade não permite discernir diferenças significativas nos posicionamentos por relação ao tipo de entidade envolvida (ESE, ONGD, Outra OSC, Outra OP), dada a dispersão das respostas.

[42] Em termos mais detalhados, e usando as suas palavras, as recomendações efetuadas pelos participantes – 24 responderam no total de 28 – prendem-se essencialmente com a operacionalização da monitorização e ferramenta aplicada para esse efeito, bem como sobre o tratamento dos dados obtidos. As organizações participantes destacam a importância da monitorização e acompanhamento terem na sua base «diretivas objetivas», havendo um maior recurso a «sessões de divulgação» onde também se possam identificar e trabalhar «exemplos de intervenção». Destacam ainda a importância da «formação dos atores envolvidos na ENED», havendo também uma maior «abrangência na participação». Para tal, parte dos respondentes destacam a vitalidade da comunicação no processo de acompanhamento e a necessidade de existir uma avaliação intermédia ao longo do processo. É referenciada a importância de atentar na «qualidade das ações inscritas no processo de monitorização», bem como importa que o próprio processo de acompanhamento integre uma «maior dimensão qualitativa». É ainda explicitada a necessidade de afinar a ferramenta de recolha de informação, de modo a que se torne mais intuitiva e objetiva. Em suma, a importância do acompanhamento da estratégia não pode desligar-se da importância do acompanhamento dos atores, designadamente através do trabalho presencial com os mesmos.

dimensão qualitativa do processo de acompanhamento (2 refª); iii) a promoção de oportunidades para aprofundamento do conhecimento e partilha do trabalho e metodologias de ED que se concretizam em diferentes entidades (2 refª); iv) a aposta no mapeamento mais alargado de práticas e de entidades que trabalham em ED (1 refª); v) a importância da realização de avaliação intermédia (1 refª) (cf. tabela 34, anexo 4.10).

Do mesmo modo, entendendo o processo de acompanhamento de forma mais lata, importa ainda considerar as sugestões que foram avançadas para as atividades transversais, designadamente entendendo que aí se pode: i) intensificar os processos de colaboração e de reflexão entre agentes e entre entidades que operam no campo da ED; ii) promover a reflexão nas entidades sobre os processos de avaliação de ED; iii) aprofundar os processos de capacitação dos atores e organizações (cf. tabela 34, anexo 4.10).

A análise do conjunto de dados qualitativos recolhidos permitiu destacar outras formas através das quais o acompanhamento e monitorização se repercutiram nas práticas dos promotores, designadamente através do trabalho da CA e do conjunto de atividades transversais que aqui estamos a considerar como podendo também ser considerado integrante do dispositivo de acompanhamento: i) a capacidade de influenciar o processo de gestão política da ENED (cf. E2, anexo 4.3B), desde logo pela articulação estabelecida entre tutelas ministeriais da Estratégia, ambas representadas na CA, mas também através de iniciativas, como o Fórum, que permitiram o enraizamento político e institucional da ENED e contribuíram para a legitimação e enquadramento político das propostas de ação dos promotores (cf. E2, anexo 4.3); ii) a identificação de questões entendidas como sensíveis para a concretização da Estratégia ou que, pela positiva, foram entendidas como potenciais auxiliadores à sua consecução. Este processo permitiu em consequência gerar momentos e iniciativas, nomeadamente através das atividades transversais (as Jornadas em particular), que permitiram juntar atores do campo da ED (e para além deste) na reflexão e construção conjunta de recomendações e propostas a esse propósito (cf. Anexo 3.2); iii) a assunção de características que o aproximaram de um processo com valências formativas para algumas entidades promotoras, em particular as que entraram no campo da ED mais recentemente e por via da ENED, que auxiliou à sua integração no conjunto de entidades promotoras e constituiu uma oportunidade de coaprendizagem e de desenvolvimento de relações de conhecimento e de trabalho colaborativo neste setor; iv) a contribuição do dispositivo de acompanhamento e dinamização da ENED para processos de tomada de consciência das possíveis articulações entre ED e outras "Educações para", tomando a ENED e o seu Plano de Ação como documentos de referência para situar as práticas da diversidade dos seus promotores, em particular das ESPA; v) a existência de um dispositivo de acompanhamento e monitorização regular como aquele que a ENED teve, envolvendo

contacto regular com as entidades promotoras, foi fortalecedora do compromisso com a ENED e também de promoção de um sentido de pertença a uma comunidade. Neste sentido, o acompanhamento permitiu trazer para o campo entidades que desenvolviam ED sem que assim a nomeassem ou que, sendo convocadas pelos processos acionados em termos de acompanhamento, passaram a integrar a ED nas suas práticas correntes. Este processo é entendido por alguns atores como a introdução de uma intencionalidade em termos de ED nas ações das suas entidades (cf. E7, anexo 4.6B); vi) a função de divulgação da ENED (a nível nacional, mas também internacional) assumida pela CA permitiu alargar não só o conhecimento da ED, como chegar junto de mais e novos promotores (por exemplo, ESE). No entanto, se considerarmos apenas a variação do número de entidades a reportar para os RA ao longo da ENED, esta ampliação não pode ser considerada muito expressiva em termos da mobilização para a ação (ou pelo menos para o seu reporte) (vide subquestão 6.3); vii) Os Objetivos 5 e 6 da ENED, de natureza transversal à Estratégia, e as suas Tipologias de Atividades, tiveram essencialmente como promotor a própria Comissão de Acompanhamento, ainda que em colaboração/parceria ou merecendo o apoio de outras entidades. Neste sentido, a ação da CA foi para outras entidades um catalisador do seu envolvimento em ações de ED e, em si mesmo, a CA contribuiu pelas iniciativas que promoveu para a concretização de objetivos presentes no Plano de Ação da ENED; viii) os Relatórios de Acompanhamento – um dos elementos mais visíveis do processo de acompanhamento e monitorização – são identificados como documentos que contribuiram para um conhecimento, ainda que reconhecido como parcelar, da ED no país e, em alguns casos, foram mobilizados para a definição de prioridades e de práticas das entidades, constituindo um apoio à definição de orientações para a ação dos promotores; ix) a constituição da CA como plataforma de ligação entre entidades ao longo da ENED, o que permitiu, apesar das mudanças nos protagonistas individuais e das mudanças institucionais (em particular das ESPA), assegurar uma continuidade na comunicação entre entidades promotoras que auxiliou ao desenvolvimento da ENED. Finalmente, e embora com menor ligação à implementação da ENED, salienta-se o facto de que a informação recolhida no âmbito dos processos de monitorização e acompanhamento constituir uma memória da ED em Portugal, sobre a qual será importante erigir a atualização da Estratégia e a partir da qual a ação futura em ED se pode projetar.

Os aspetos entendidos como menos positivos nesta articulação entre processos de acompanhamento e monitorização e a implementação da ENED, e que decorrem da análise e interpretação dos testemunhos e do conjunto de dados recolhidos, são: i) os dispositivos de acompanhamento acionados, em particular os centrados na monitorização da ENED, que dão origem aos RA, não apreendem da forma desejada a dimensão da "qualidade" e da

"adequabilidade" das ações de ED desenvolvidas e reportadas, bem como não permitem apreender a dimensão financeira envolvida na concretização da ED. Ou seja, apesar de serem reconhecidos os limites em termos de recursos afetos a este processo, é igualmente reconhecido que futuramente seria importante que os instrumentos da monitorização pudessem apreender uma informação mais substantiva sobre o que é reportado como ação de ED, e que tal fosse traduzido nos RA (e sua discussão conjunta), desde logo de molde a permitir um aprofundamento da reflexão concetual e metodológica sobre ED entre a diversidade de atores envolvidos na ENED; ii) todos os eventos transversais incluíram momentos de apresentação ou discussão da ENED, para além de esta estar presente nos discursos de abertura e encerramento, geralmente a cargo de representantes da Comissão de Acompanhamento da ENED. Não obstante, a presença da ENED nestes momentos poderia ser reforçada, nomeadamente, para permitir aos participantes (parte dos quais provenientes das entidades promotoras) a partilha de dificuldades, aprendizagens, progressos, relativamente à implementação da Estratégia. Desta forma, os encontros (particularmente as jornadas) poderiam ter sido potencializados como instrumentos intercalares de monitorização e acompanhamento das entidades subscritoras e promotoras, o que, a ter acontecido, não é particularmente visível nos relatórios produzidos (cf. anexo 3.2); iii) a CA assumiu uma forte centralidade na dinamização e gestão de iniciativas associadas à ENED, o que sendo positivo em si mesmo, não deixou de promover uma "hiperesponsabilização" deste órgão face à complexidade da Estratégia. Para ultrapassar esta situação será importante contrapor um envolvimento de atores mais diversificados e emergentes no campo da ED em Portugal, ou aprofundar a responsabilização de atores que já vêm participando na concretização da ENED (ESE; outras ONGD; outras instituições do Ensino Superior, Autarquias). Acresce que a CA integra elementos que desempenham nas suas entidades outros papéis e funções que se acumulam ao seu trabalho de acompanhamento da ENED, com evidentes implicações em termos de disponibilidade de tempo e de capacidade de concretização do que é entendido como desejável, a que sempre é necessário contrapor o que é possível (vide a questão da avaliação intermédia que não se realizou, a produção de uma *baseline* num momento inicial da Estratégia que também não foi possível de concretizar ou a impossibilidade de cumprir com o estabelecido em termos de exercícios de planificação anuais e de mais edições do Fórum) (cf. E2, anexo 4.3B); iv) a função de regulação da ação e de aprofundamento do conhecimento do campo da ED fica restringida pela não existência de oportunidades sistemáticas de discussão alargada dos RA pelo conjunto dos promotores em simultâneo. Esta apreciação não invalida a importância dos momentos de discussão dos RA com as ESPA e a sua apresentação e debate com outros atores envolvidos na ENED que já acontecem (nomeadamente o conjunto de

ONGD que constituem o GTED); v) a relação em termos de acompanhamento com as ESPA é sentida como carecendo ainda de aprofundamento, de maior sistematicidade e de proximidade que efetivamente permita uma orientação estratégica da ação daquelas entidades em prol da ED; vi) a difusão territorial mais alargada da ENED e o alargamento do conhecimento das iniciativas de ED que se reconhece que existem, mas permanecem ainda "invisíveis" aos instrumentos que o acompanhamento da ENED aciona. Ou seja, por um lado, a implementação da ENED sofre com o que é sentido ainda como um certo défice da sua divulgação pública e, por outro lado, reconhece-se que há muito mais iniciativas e promotores de ED do que aqueles que os instrumentos de monitorização atualmente disponíveis permitem conhecer, o que empobrece o retrato da ED em Portugal (cf. E2, anexo 4.3B). Finalmente, retomamos um dos aspetos que no questionário mereceu menos concordância quanto aos impactos do acompanhamento da ENED: a reorientação da ação em ED das entidades. É importante frisar que todos os RA incluem no seu final um conjunto de sugestões e recomendações dirigidas a diversos públicos-alvo deste documento. Importa salientar que muitas destas recomendações se vão sucedendo ao longo dos anos, o que nos permite inferir que se vão mantendo válidas na ótica da CA. Entre estas recomendações que se repetem, ao longo de toda a ENED, há apelos à introdução de alterações no foco das práticas dos promotores e nas suas metodologias de intervenção (cf. anexo 3.1A) que, podemos concluir, não existiram (pelo menos com a intensidade desejada pela CA). Ora, há aqui portanto o reconhecimento, quer dos promotores, quer da CA, que este é ainda um aspeto a trabalhar no âmbito da atualização da ENED.

7. Como se concretizaram os processos que procuraram responder aos objetivos específicos 1 e 4 da ENED?

7.1. Que estratégias foram definidas para alcançar os objetivos específicos 1 e 4?

Tal como foi já referido nas respostas às subquestões 1.1 e 1.3, os Objetivos Específicos 1 e 4, dada a sua abrangência, desdobram-se (cf. Figura 1) podendo este desdobramento resultar na transformação de dois objetivos em quatro. No Despacho 25931/2009 é apresentada uma justificação das Medidas que integram os Objetivos onde, para além da sua pertinência específica, se identificam ações que devem ser desenvolvidas e/ou questões consideradas sensíveis e que devem ser tidas em consideração ou mesmo colmatadas. Esta identificação traduz-se, assim, em estratégias previstas para alcançar os Objetivos. No caso dos Objetivos 1 e 4 elas são identificadas da seguinte forma:

Objetivo 1	Capacitação	"é importante que esta capacitação seja suportada pela elaboração de materiais de apoio e por uma crescente associação a práticas de investigação e da produção de conhecimento, protagonizadas quer por centros de pesquisa quer pelos próprios atores da ED."
	Diálogo e cooperação institucional	"é imperativo que sejam criados ou desenvolvidos mecanismos de cooperação e diálogo institucional entre os diferentes atores em prol de uma política e de uma estratégia mais efetiva de consolidação da ED, sem problemas de sobreposição, contradição e dispersão que a falta de diálogo e cooperação institucional possa colocar"
Objetivo 4	Sensibilização	"necessidade de realizar este tipo de ações de uma forma estruturada e articulada (…) é claro o risco das ações serem elaboradas e ou executadas como um fim em si mesmo."
	Influência política	"Seria importante que outras áreas de intervenção em ED alimentassem a intervenção em influência política, nomeadamente no que diz respeito ao conhecimento de metodologias apropriadas à aprendizagem a partir da experiência"

As Medidas afetas a estes objetivos são coerentes com as estratégias definidas no Despacho 25931/2009. Assim, a "capacitação", estrategicamente articulada com a produção de conhecimento, assenta em três pilares: i) formação; ii) investigação e produção de conhecimento; iii) produção e difusão de informação e instrumentos para a ação.

No caso do "diálogo e cooperação interinstitucional", assume-se a dimensão estratégica, política e de consolidação de ED, podendo dizer-se que os pilares principais em que assenta a sua promoção são: i) organização e participação de momentos de intercâmbio/diálogo entre atores de natureza diversa; ii) mobilização de atores para a participação na dimensão política da ED. No que respeita ao Objetivo Específico 4, na "sensibilização" assume-se a centralidade do sentido que é conferido às ações. As Medidas incidem, essencialmente, no pilar da promoção de, ou participação em, ações de sensibilização de ED, nacionais e internacionais, junto de atores diversos (meios de comunicação social e seus profissionais, população em geral), tendo como finalidade a promoção de aprendizagens nos grupos envolvidos e igualmente a autoaprendizagem dos promotores. Remetendo para as metodologias que a suportam, bem como a aprendizagem realizada a partir da experiência, a "influência política", nas Medidas que a concretizam, assenta essencialmente na i) promoção ou participação de ações de influência política, de âmbito nacional ou internacional, envolvendo, tendencialmente de forma colaborativa, atores diversos do campo da ED, da comunicação social e da política; ii) promoção da aprendizagem interinstitucional de competências e metodologias para a influência política.

Não obstante a articulação referida, a análise das iniciativas reportadas pelos promotores – no que respeita aos Objetivos Específicos 1 e 4 – dificilmente demonstra, em muitos casos, o modo como concorreram para a sua consecução (cf. anexos 5.1C e 5.1D). Esta constatação será desenvolvida na subquestão 7.3.

7.2. Que atividades foram desenvolvidas no âmbito da concretização dos objetivos 1 e 4?

A resposta a esta subpergunta ancora-se na análise dos reportes efetuados para os Relatórios de Acompanhamento (cf. Bases de Dados 2010/11 a 2014; anexo 3.5A; anexo 3.5C), no sentido de perceber como foram formalmente cumpridas e entendidas as atividades, na sua relação com as Tipologias de Atividades e Medidas da ENED[43]. No que diz respeito aos dois Objetivos Específicos aqui em causa, constata-se que o reporte de ações efetuadas se distribui da seguinte forma:

	Medidas mais reportadas	Medidas menos reportadas
Objetivo 1 (321 reportes)	1.1. Aumento e diversificação do perfil dos agentes capacitados para promover ações de ED de qualidade. (70 reportes)	1.6. Implementação de mecanismos de consulta e participação no desenho e avaliação dos instrumentos de política na área de ED (16 reportes)
Objetivo 4 (360 reportes)	4.1. Promoção de ações de sensibilização que integrem dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências, no quadro da ED (105 reportes)	4.7. Promoção de ações de influência política que consolidem a articulação com vários tipos de media e jornalistas (21 reportes)

Não havendo dados que permitam interpretar os motivos da diferença no número de reportes que se constata no quadro acima, e que se traduz numa disparidade superior ao dobro entre a Medida menos reportada e a mais reportada, poder-se-á elencar como hipóteses de interpretação desta diferença i) a estruturação das Medidas e ii) a interpretação que os promotores fazem daquelas. No caso do Objetivo Específico 1, à Medida mais reportada estão agregadas 3 Tipologias de Atividades, o que permite associar mais atividades e, consequentemente, mais reportes. Mas são também de considerar fatores como os realçados na resposta à subpergunta 1.2, neste caso, a circunstância de as Tipologias de Atividades existentes na Medida 1.1. terem um grau de concretude maior e clarificação mais evidente do que a Tipologia de Atividade associada à Medida 1.6. Relativamente ao Objetivo Específico 4, apresenta-se a mesma possibilidade referida para o Objetivo Específico 1 no que ao número de Tipologias de Atividade diz respeito. A esta possibilidade interpretativa podemos juntar uma outra inferência, esta relativa à formulação da própria Medida e Tipologia de Atividade que lhe está associada: a identificação um grupo profissional e/ou setor específico, ao restringir atores a envolver, reduz as ações que aí podem caber. No entanto, esta objetivação é, do ponto de vista da equipa de avaliação, desejável, na medida em que clarifica o que é pretendido podendo assim contribuir para a redução de alguma subjetividade nos reportes efetuados (cf. resposta à subquestão 7.3).

[43] Tal como já explicitado no âmbito da resposta à Pergunta 2, são aqui considerados os reportes contabilizados nos Relatórios de Acompanhamento, sendo que algumas ações são reportadas para várias Tipologias de Atividades e/ou Medidas.

Os quadros abaixo indicam o número de reportes contabilizados em cada uma das dimensões (cf. Figura 1, resposta à subquestão 1.1) que compõem os Objetivos Específicos aqui em análise:

	Dimensão	Nº total de reportes	Medida mais reportada	Medida menos reportada
Objetivo Específico 1	Capacitação	211	1.1 — Aumento e diversificação do perfil dos agentes capacitados para promover ações de ED de qualidade. (70 reportes)	1.4 — Criação de oportunidades e condições para a investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED. (24 reportes)
	Diálogo e cooperação institucional	110	1.7 — Alargamento do intercâmbio e reforço das relações entre organizações ao nível nacional e internacional. (65 reportes)	1.6 — Implementação de mecanismos de consulta e participação no desenho e avaliação dos instrumentos de política na área da ED. (16 reportes)

Quadro 1: Medidas mais e menos reportadas no Objetivo Específico 1, por dimensão

	Dimensão	Nº total de reportes	Medida mais reportada	Medida menos reportada
Objetivo Específico 4	Sensibilização	231	4.1 —Promoção de ações de sensibilização que integrem dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências, no quadro da ED (105 reportes)	4.2 — Criação de oportunidades e condições para a investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED. (28 reportes)
	Influência política	129	4.5 — Alargamento do intercâmbio e reforço das relações entre organizações ao nível nacional e internacional. (47 reportes)	4.7 — Implementação de mecanismos de consulta e participação no desenho e avaliação dos instrumentos de política na área da ED. (21 reportes)

Quadro 2: Medidas mais e menos reportadas no Objetivo Específico 4, por dimensão

A leitura dos quadros acima permite compreender que:

- há um desequilíbrio no reporte de ações nas duas dimensões que compõem cada um dos Objetivos Específicos aqui considerados (mais de metade das ações reportadas para o Objetivo Específico 1 foram no âmbito da dimensão "capacitação" e no Objetivo Específico 4, mais de metade dos reportes foram no âmbito da "sensibilização");
- a diferença de reportes entre as Medidas mais e menos reportadas em cada uma das dimensões destes Objetivos Específicos é também considerável, constatando-se que as Medidas mais reportadas têm sempre mais do dobro de ações sinalizadas do que as Medidas menos reportadas;
- a dimensão "influência política" é a que apresenta uma diferença menor (mas ainda assim mais do que o dobro) entre as Medidas mais e menos reportadas, ou seja, esta

dimensão é a que apresenta um maior equilíbrio de reportes nas Medidas que a compõem. Mas de entre as Medidas mais reportadas nos dois Objetivos Específicos aqui em análise, a que apresenta o número de reportes mais baixo é a desta dimensão (Medida 4.5, n=47).

Apesar de o Objetivo Específico 4 ser o segundo para o qual as entidades mais reportam (n=360) ao longo da vigência da ENED, no inquérito por questionário às entidades promotoras, este dado é contrariado. Quando questionadas sobre para quais dos objetivos da ENED as atividades da entidade tinham contribuído, aquele que obtém uma média de resposta mais baixa é o Objetivo Específico 4 (cf. tabela 20, anexo 4.10B), sendo também o que obtém maior número de respostas negativas, contabilizando 50% de respostas nos índices negativos da escala (cf. tabela 21, anexo 4.10B). É de notar que, não obstante as ONGD respondentes ao questionário identificarem a sua ação com os 4 Objetivos Específicos da ENED, das 14 respostas que indicam índices negativos quanto à contribuição para o Objetivo Específico 4, seis destas respostas provêm de ONGD (cf. tabela 22, anexo 4.10B). Este dado contrasta com a informação disponível sobre o número de projetos deste tipo de organizações cofinanciados pelo Camões, I.P.: durante os anos de vigência da ENED o Objetivo Específico 4 foi o que teve mais projetos cofinanciados (cf. tabela 3, anexo 3.7). Este contraste pode ter como explicação a agregação da dimensão "sensibilização" à dimensão "influência política": quando questionadas sobre a relevância das atividades desenvolvidas pela organização a *influência política* é maioritariamente indicada como a menos relevante (n=15) para as entidades que responderam ao questionário (cf. tabela 35, anexo 4.10B), sendo que entre essas contabilizam-se 8 ONGD (cf. tabela 36, anexo 4.10B). No entanto, o mesmo não se passa com a dimensão "sensibilização" uma vez que apenas 1 das ONGD respondentes classifica esse item como "menos relevante" (cf. tabela 36, anexo 4.10B), confirmando assim a diferença evidenciada no número de reportes de cada uma das dimensões deste Objetivo Específico (cf. Quadro 2). Compreende-se assim a recomendação de clarificar as diferentes dimensões do Objetivo Específico 4, feita no Seminário de apresentação do relatório intermédio (cf. anexo 4.11B).

7.3. Quais as características das atividades que foram desenvolvidas no âmbito da concretização dos objetivos 1 e 4?

A resposta a esta subpergunta é construída a partir da análise das informações disponibilizadas nas Bases de Dados dos Relatórios de Acompanhamento de 2012 a 2014 (cf. anexo 5.1C; anexo 5.1D). Para uma melhor compreensão começa-se por abordar as características das atividades do Objetivo Específico 1, seguindo-se a apresentação das características das atividades do Objetivo Específico 4.

Objetivo Específico 1:

Em termos do tipo de ações[44] reportadas, e a partir do reporte efetuado pelas organizações promotoras nas Bases de Dados (cf. anexo 5.1C), verifica-se que entre 2012 e 2014, no âmbito do Objetivo Específico 1, há 19[45] ações reportadas como atividades inseridas em projetos de ED[46]; 7 como atividades inseridas noutro tipo de projetos; e 37 como atividades não inseridas em projetos. A análise destes dados e das atividades reportadas (cf. anexo 5.1C) salienta que: i) a prevalência de atividades não inseridas em projetos contrasta com as estratégias definidas para um objetivo com a complexidade que o Objetivo Específico 1 tem (cf. Quadro 1); ii) os efeitos pretendidos dependem mais da apropriação das atividades pelo público a que se destina do que das intenções dos promotores.

A partir da descrição das atividades reportadas (cf. anexo 5.1C), e não obstante a informação prestada quanto à descrição das atividades não ser homogénea quanto ao nível de detalhe – o que por vezes dificulta a compreensão do seu sentido – pode-se criar uma tipologia das ações reportadas, a partir das suas finalidades, contextos e graus de formalização. As atividades reportadas assumem as formas de: i) seminários, conferências, congressos, colóquios, encontros – de âmbito local, regional, nacional e internacional; ii) ações de formação, cursos, workshops, oficinas; iii) cinema, exposições, tertúlias; iv) prémios e concursos; v) comemorações de dias internacionais ligados às áreas temáticas da ED; vi) ações de sensibilização, campanhas. A partir do reporte efetuado constata-se que, embora haja uma grande diversidade de formas de capacitação, prevalecem as mais formais (i; ii) sobre as mais informais (iii). A par da organização e participação neste tipo de atividades há referência a outras que podem contribuir para a capacitação dos agentes e organizações que trabalham em Educação para o Desenvolvimento, em especial a produção e/ou disponibilização de recursos

[44] Usa-se aqui "tipo de ações" para nos referirmos à distinção das atividades reportadas em termos do seu enquadramento: num projeto (de ED ou não) ou enquanto atividade isolada. Nas bases de dados, para fazer esta distinção, é utilizada a expressão "tipo de atividade" que não é aqui usada pela maior semelhança com a expressão "tipologias de atividades" do Plano de Ação.

[45] Os números aqui apresentados relativamente ao enquadramento das atividades reportadas diferem dos que são apresentados nos Relatórios de Acompanhamento. Isto deve-se ao facto de a contabilização, nos RA, ser feita anualmente, o que significa que, por exemplo, um projeto com duração de 3 anos seja contabilizado 3 vezes, uma em cada ano que decorreu. Aqui consideramos cada projeto com atividades reportadas apenas 1 vez, de modo a não inflacionar artificialmente o número de projetos que contribuíram com atividades para o desenvolvimento da ENED. Do mesmo modo, esta contabilização é dissemelhante do número total de reportes por Objetivo, Medida e/ou Tipologia de Atividades dado que, e como foi já referido, uma mesma atividade (inserida ou não em projeto) pode ser/é reportada para mais do que uma Tipologia de Atividade.

[46] Não obstante nos Relatórios de Acompanhamento ser referido o reporte de "projetos de ED", não usamos aqui essa terminologia uma vez que o que é reportado são atividades e não projetos, e a categoria que na Base de Dados está disponível para o reporte do tipo de atividades das organizações é "atividade inserida em projeto de ED" e não o projeto em si mesmo (que aliás pode ser reportado para Medidas diversas e para Tipologias de Atividades também diversas).

materiais, como por exemplo, bibliografia, estudos, multimédia, materiais pedagógicos ou de apoio à criação e gestão de programas de formação.

Relativamente às ações da dimensão "dinâmicas e mecanismos de diálogo e cooperação", as informações disponíveis não são tão evidentes e não permitem uma caracterização passível de tipificar as atividades reportadas. Constata-se, no entanto, que:

- a referência à criação de redes é pouco frequente (cf. anexo 5.1.D);
- as parcerias são fomentadas sobretudo através da organização de iniciativas em conjunto, em especial do tipo i) e ii) acima especificados; do estabelecimento de protocolos; da pertença a redes prévias e da participação nos seus encontros;
- a produção e divulgação de estudos, por exemplo através de comunicações orais, redação e publicação de artigos e edição de revistas, ou números de revistas, são também contextos para o estabelecimento de parcerias;
- a constituição de um grupo de investigação é referida na descrição do projeto/atividade apenas uma vez;
- a construção de plataformas virtuais para o estabelecimento do diálogo e cooperação interinstitucionais é pouco mencionada

Ainda no que respeita às características das atividades do Objetivo Específico 1, constata-se que, se existem atividades cuja descrição evidencia características adequadas às Tipologias de Atividades para que são reportadas, outras há cuja evidência não é clara, podendo fazer pressupor a existência de alguma subjetividade no modo como o reporte é efetuado. De modo a não indiciar a produção de juízos de valor sobre o sentido das ações reportadas, nem sobre as organizações que reportam, não se apresentam aqui exemplos destas situações. No entanto, a consulta do anexo 5.1C permite evidenciar o que aqui é referido.

Por fim, constata-se uma grande diversidade de destinatários nas ações reportadas (cf. anexo 5.1C), não sendo claro o sentido de alguns desses destinatários em ações enquadradas num objetivo dirigido essencialmente a organizações. Uma leitura atenta dos mesmos revela descoincidência entre os públicos-alvo definidos para este objetivo e aqueles que, efetivamente, se constituíram enquanto tal em várias das ações reportadas. A identificação de jovens, comunidade escolar e população em geral, por exemplo, sustenta a interrogação efetuada pelos participantes no Seminário de apresentação do relatório intermédio (cf. anexo 4.11B) sobre se as formas de "capacitação" identificadas não se constituíram mais como "sensibilização" do que "capacitação".

Objetivo Específico 4:

No que respeita ao tipo de ações reportadas, e a partir do reporte efetuado pelas organizações promotoras nas Bases de Dados (cf. anexo 5.1D), verifica-se que entre 2012 e 2014, no âmbito do Objetivo Específico 4, há 18[47] ações reportadas como atividades inseridas em projetos de ED[48]; 25 como atividades inseridas noutro tipo de projetos; e 34 como atividades não inseridas em projetos. A análise destes dados e das atividades reportadas (cf. anexo 5.1D) salienta que: i) tal como para o Objetivo Específico 1, constata-se a prevalência de atividades não inseridas em projetos; ii) esta constatação, no caso do Objetivo aqui em análise, assume uma maior importância pela dissonância que apresenta relativamente à justificação do Objetivo, nomeadamente, a assunção de que "as iniciativas de sensibilização da opinião pública não se devem caracterizar por (…) atos isolados e sem enquadramento [e que] no que respeita à influência política (…) verifica-se uma falta de quadros institucionais a partir dos quais se possa desenvolver este tipo de ações" (in, Despacho 25931/2009); iii) tal como acontece no Objetivo Específico 1, existem ações que são reportadas para diferentes Tipologias de Atividades, Medidas e dimensões [49].

A análise da descrição das atividades efetuada nos reportes (cf. anexo 5.1.E) permite constatar que, devido à diversidade de atividades, não é possível construir uma tipologia coerente de ações reportadas a partir de características comuns. No entanto, podem-se identificar os seguintes modos de ação, tanto na dimensão "sensibilização", como na dimensão "influência política"[50]: i) campanhas, ações informativas, disseminação de materiais de comunicação; ii) conferências, seminários, *think thank*; iii) *workshops*, cursos de *e-learning*, atividades interativas *online*; iv) prémios, concursos; v) círculos de leitura, tertúlias, grupos de discussão, clubes/núcleos, oficinas de escrita, teatro, fotografia, exposições, ciclos de cinema e de música, mural, espetáculos multimédia; vi) comemorações de semanas/dias internacionais; vii)

[47] Mais uma vez, os números aqui apresentados relativamente ao enquadramento das atividades reportadas diferem dos que são apresentados nos Relatórios de Acompanhamento. Isto deve-se ao facto de a contabilização, nos RA, ser feita anualmente, o que significa que, por exemplo, um projeto com duração de 3 anos seja contabilizado 3 vezes, uma em cada ano que decorreu. Aqui consideramos cada projeto com atividades reportadas apenas 1 vez, de modo a não inflacionar artificialmente o número de projetos que contribuíram com atividades para o desenvolvimento da ENED. Do mesmo modo, esta contabilização é dissemelhante do número total de reportes por Objetivo, Medida e/ou Tipologia de Atividades dado que, e como foi já referido, uma mesma atividade (inserida ou não em projeto) pode ser/é reportada para mais do que uma Tipologia de Atividade.

[48] Recorda-se que, não obstante nos Relatórios de Acompanhamento ser referido o reporte de "projetos de ED", não usamos aqui essa terminologia uma vez que o que é reportado são atividades e não projetos, e a categoria que na Base de Dados está disponível para o reporte do tipo de atividades das organizações é "atividade inserida em projeto de ED" e não o projeto em si mesmo (que aliás pode ser reportado para Medidas diversas e para Tipologias de Atividades também diversas).

[49] Neste caso encontramos também duas referências a reportes a Tipologias de Atividades de outros Objetivos Específicos, não sendo claro se se tratou de gralha ou de lógicas diferentes de interpretação da relação entre ações, Tipologias de Atividades e Objetivos.

[50] Esta similaridade de ações nas duas dimensões decorre do facto de haver ações reportadas para essas duas dimensões.

visitas de estudo e intercâmbios; viii) participação, produção ou disseminação de ações em órgãos de comunicação social; ix) participação reuniões/encontros no âmbito de redes nacionais e internacionais; x) reflexão sobre experiências.

Relativamente aos públicos envolvidos nas ações reportadas constata-se que:

- a comunicação social é envolvida nas atividades de sensibilização e de influência política através de três formas: i) enquanto público-alvo das atividades desenvolvidas; ii) enquanto recurso para a divulgação e discussão das atividades desenvolvidas ou das questões e temáticas associadas às mesmas; iii) enquanto parceiros das atividades desenvolvidas;
- os decisores técnicos e políticos são referidos como públicos-alvo de vários projetos/atividades, contudo, raras são as vezes em que se explicita quais dessas ações se dirigem especificamente a este grupo de atores;
- no âmbito deste Objetivo, o formulário usado para reporte das entidades propõe três públicos-alvo (técnicos da administração local, decisores técnicos e políticos e população em geral) aos quais se podem acrescentar "outros". Esta opção é quase sempre utilizada, diversificando o público-alvo que é reportado.

Constata-se assim que o público-alvo previsto no Despacho que institui a ENED é maioritariamente contemplado, sobretudo através da inclusão da categoria "outros", uma vez que a pré-definição usada no instrumento de recolha de informação restringe o previsto no Despacho.

7.4. Que efeitos decorrentes da concretização de atividades são reconhecidos?

A avaliação dos efeitos decorrentes da concretização das atividades exigiria um trabalho incompatível com o tempo desta avaliação externa, nomeadamente, o contacto com as atividades realmente desenvolvidas[51] e os destinatários das mesmas, bem como a existência de avaliações *ex-ante* que permitissem aferir os efeitos produzidos pelas ações reportadas. Deste modo, os efeitos das atividades são aqui analisados e interpretados por recurso aos discursos produzidos pelos atores e pela descrição das ações reportadas.

Relativamente ao Objetivo Específico 1, são mais evidenciados, nos dados recolhidos os efeitos decorrentes da dimensão "diálogo e cooperação institucional", do que da dimensão "capacitação". Da análise produzida constata-se que:

[51] Neste âmbito, durante o processo de recolha de dados, foram contactadas duas entidades promotoras com reportes consistentes no tempo para estes dois Objetivos Específicos e que não tivessem sido auscultadas pelo desenvolvimento de outras funções na ENED. Pretendia-se, assim, analisar de modo mais aprofundado quatro projetos que concorressem para estes Objetivos Específicos, no sentido de aferir as suas formas de concretização e efeitos. No entanto, a inexistência de uma resposta efetiva por parte de uma dessas entidades reduziu a auscultação a uma entidade e análise de dois projetos (um por Objetivo Específico). Pela possibilidade de incorrer em enviesamentos analíticos dada a singularidade da situação, optou-se por não mobilizar os dados dos projetos analisados, não obstante a sua inclusão em anexo e o recurso à entrevista feita a três pessoas dessa entidade.

- não obstante nos reportes se destacar a "capacitação" relativamente ao "diálogo e cooperação insterinstitucional" esta última aparece como mais valorizada nos dados recolhidas. Desde logo, a própria existência da ENED, pela configuração que assumiu criou ela própria um espaço e tempo de "diálogo e cooperação institucional", por ter sido, na sua raiz concebida na articulação entre entidades de natureza diversa – instituições públicas, ONGD e outras organizações da sociedade civil – e com missões distintas (cf. Despacho 25931/2009; E4, anexo 4.5B1; E10, anexo 5.1B; E12, anexo 4.9B) ;
- os respondentes do inquérito destacam positivamente, enquanto balanço da ENED, os fatores *conhecimento interinstitucional dos atores de ED* (67,8%) e *cooperação interinstitucional dos atores de ED* (64,3%) (cf. tabelas 24 e 25, anexo 4.10B), tendo os fatores relacionados com este aspeto obtido as médias mais elevadas de resposta (cf. tabela 23, anexo 4.10B). E ainda que não seja reconhecido de forma clara, pelos respondentes, a *diversificação de estratégias* (média = 3,75) (cf. tabela 17, anexo 4.10B), a *oportunidade de intercâmbio com outras organizações* (média = 4,86), o *conhecimento de experiências inovadoras* (média = 4,61) e a *integração em processos de planificação de ED* (média = 4,32) são também aspetos valorizados enquanto impacto (cf. tabela 17, anexo 4.10B);
- a realização das Jornadas de ED, apesar de se encontrarem vinculadas ao Objetivo Específico 5, constituíram-se também enquanto momentos que concorreram para o fortalecimento do "diálogo e cooperação institucional" (cf. anexo 3.2; E2, anexo 4.3B; E3, anexo 4.4B; E4, anexo 4.5B1);
- a dimensão "capacitação" assume-se como mais difícil de aferir em termos de efeitos, exceto se for considerado o número de participantes (cf. E10, anexo 5.1B). Esta dificuldade é potenciada quando são privilegiadas as formas descritas na resposta à subquestão 7.3, dado não se poder estabelecer uma relação direta entre aqueles modos de "capacitação" e a capacitação pessoal e organizacional;
- concordante com este último aspeto, constata-se que apenas cerca de metade dos respondentes afirmou que os profissionais das suas entidades participaram em ações de capacitação de ED e, destes, destacam-se os profissionais das ONGD, sendo que os profissionais de outras organizações públicas (que não ESE) referem a não frequência (cf. tabela 48, anexo 4.10B);
- é, no entanto, de destacar um exemplo paradigmático de "capacitação": constata-se a introdução em Escolas Superiores de Educação de ações de ED que decorrem diretamente da ENED e do trabalho de capacitação realizado no seu âmbito (cf. E1, anexo 4.2B; E5, anexo 4.5B2; E7, anexo 4.6B).

Relativamente às atividades reportadas no âmbito do Objetivo Específico 4, os dados permitem aferir efeitos consequentes da sua realização, mas não em termos do impacto nos destinatários. A apreciação desse impacto, ainda que a auscultação dos destinatários tivesse sido possível, revela-se como muito difícil uma vez que a alteração de políticas depende de processos complexos. No entanto, considera-se aqui que a diversificação metodológica presente nas atividades desenvolvidas, ao cruzar diversas formas de intervenção, potencia os efeitos das mesmas. Assim, constata-se, sobretudo no âmbito da "influência política" (cf. anexo 5.1D) – dado que a dimensão de "sensibilização" é de muito difícil apreensão – que a realização de ações foi com recurso a, e permitiu:

- a elaboração de documentos de posicionamento, manifestos e declarações a instâncias governativas de âmbito nacional, internacional ou europeu;
- a constituição de grupos de trabalho para apresentação de propostas legislativas;
- a produção e divulgação de estudos de políticas;
- a organização de conferências e debates com decisores políticos;
- a organização de reuniões em estruturas políticas internacionais;
- a sensibilização de jornalistas para as questões de desenvolvimento (cf. E10, anexo 5.1B).

Salienta-se que, a realização do Fórum de ED, apesar de estar vinculada ao Objetivo Específico 5, pela forma que assumiu e atores que envolveu, constituiu-se também num momento de "influência política" (cf. anexo 3.2).

8. Que conceções de ED se materializaram a partir da implementação da ENED?

Para aferir as conceções de ED a partir das práticas das ESPA e das organizações promotoras (subquestões 8.1 e 8.2) é necessário, antes de mais, caracterizar essas práticas para, assim, extrair uma interpretação. Tal é feito a partir da análise do reporte destas entidades relativamente aos Objetivos Específicos, ao tipo de ações[52] e aos temas das ações reportadas, bem como do cruzamento destes dados com a explicitação feita nas entrevistas realizadas e, quando tal é possível, com os dados do questionário. A partir destes indicadores faz-se uma dedução da conceção de ED perfilhada por estas entidades.

Não obstante, afigura-se importante realçar que a dedução por reportes comporta riscos dada a possibilidade de existência de ações reportadas que não se configurem, de modo rigoroso, enquanto ED. Tal é assumido por intervenientes com papéis diferentes na implementação da ENED (cf. E1, anexo 4.2B; E2, anexo 4.3B; E3, anexo 4.4B), razão pela qual, nas respostas

[52] Mais uma vez, esclarece-se que se usa aqui a expressão "tipo de ações" para nos referirmos à distinção das atividades reportadas em termos do seu enquadramento: num projeto (de ED ou não) ou enquanto atividade isolada. Nas bases de dados, para fazer esta distinção, é utilizada a expressão "tipo de atividade" que não é aqui usada devido à sua semelhança com a expressão "tipologias de atividades" do Plano de Ação.

elaboradas se chama a atenção para a necessidade da distinção entre o modo formal (como são formalmente consideradas) e o modo substantivo (as características específicas que cada ação comporta) de referenciação das ações.

8.1. Que conceções de ED se podem inferir a partir das práticas das ESPA?

A análise das ações reportadas por parte das ESPA permite perceber que, entre 2012 e 2014, são reportadas 146 ações[53] por parte de 12 ESPA, ainda que com um desequilíbrio entre as entidades, ou seja, três destas ESPA são responsáveis por mais de metade (n=80) das atividades reportadas (cf. Bases de Dados de 2012 a 2014). Quando analisada a sua distribuição pelos Objetivos Específicos constata-se que as práticas das ESPA concorrem de forma equitativa para os quatro Objetivos, ainda que com um ligeiro predomínio para o Objetivo Específico 4 (n=44). Atentando apenas na consecução formal dos Objetivos pelo reporte efetuado, ou seja, não considerando o modo substantivo da relação entre atividade e reporte (cf. já enunciado em respostas a subquestões anteriores, e na introdução a esta questão), pode-se afirmar que as práticas das ESPA concorreram, de modo consistente, para a concretização dos objetivos da ENED, uma vez que cobrem de forma equilibrada todos os Objetivos Específicos. Relativamente ao tipo de ação, verifica-se que prevalecem as atividades não inseridas em projetos (n=84) por relação às atividades inseridas noutro tipo de projetos (n=34) e às atividades inseridas em projetos de ED (n=28) (cf. Bases de dados de 2012 a 2014). Estes dados mostram que o modo menos comum de as ESPA desenvolverem ED é, precisamente, através de projetos de ED.

Por outro lado, a constatação do predomínio de ações não inseridas em projeto levanta questões que interferem diretamente com a conceção de ED. Dado o seu caráter pontual – ainda que possam ser replicadas, este tipo de ações configuram-se como pontuais para cada um dos públicos a quem se dirigem num determinado momento e contexto – e a probabilidade de não se relacionarem de modo consistente e articulado com outras ações, a sua prevalência deve levar a ponderar:

- o risco de se constituírem no oposto do que a ENED consagra como especificidade da ED, ou seja, "a centralidade da ED enquanto processo de aprendizagem, significando isto que não é meramente um «evento», «um ato isolado». A ED implica continuidade contemplando não só a sensibilização, mas também a reflexão, formação e ação" (in Despacho 25931/2009);

[53] Estas 142 ações são identificadas, cada uma, para um Objetivo Específico e para diversas Medidas e Tipologias de Atividades, o que multiplica o reporte efetuado em termos de concretização destas duas últimas.

- de que modo contribuirão para o que, no Despacho da ENED, é entendido como o "objetivo mobilizador" da ED, ou seja, a consideração de que "a ED é vocacionada para a transformação social, assente numa autorreflexividade crítica permanente" (in Despacho 25931/2009);
- se, no seu desenvolvimento, "os públicos que se envolvem nas ações são também atores, na medida em que se lhes reconhece e se lhes criam condições para exercerem um papel ativo na reflexão e na ação no quadro da ED" (in Despacho 25931/2009).

A observação destes riscos não deve ser extrapolada no sentido de se considerar que todas as ações reportadas pelas ESPA como não inseridas em projetos se distanciaram destas características da ED, mas assinalar a probabilidade dessa ocorrência dada a descoincidência entre a complexidade das finalidades e modos de ação em ED estipulados na ENED e as características destas ações reportadas. Refira-se ainda que esta descoincidência não é ultrapassada pela soma de um (ainda que) grande número de ações sem relação entre si.

Numa análise agora centrada no que é reportado como temáticas das ações[54] (cf. bases de Dados de 2012 a 2014), verifica-se que existe uma grande dispersão pelos temas previamente propostos no inquérito (uma lista de 22), aos quais as ESPA tiveram ainda a necessidade de juntar mais 4 temas indicados como "Outros", temas esses que foram indicados 10 vezes. As temáticas mais referidas, em mais de metade dos reportes das ESPA, foram a "Educação" e os "Direitos Humanos" mas, quando analisamos os temas assinalados em mais de um terço dos reportes, constatamos a existência de 9 temáticas diferentes.

Esta dispersão perspetiva uma relação direta das temáticas apontadas com as áreas tradicionais de ação das ESPA[55], na medida em que cada entidade se revê na temática que constitui a sua identidade primeira, e desenvolve e reporta as suas ações por referência a ela. Esta inferência é reforçada pelo facto, acima referido, de o enquadramento menos referido das suas atividades ser a "atividade inserida em projeto de ED", bem como pela constatação, nos discursos produzidos, de que a sua ação se justapõe à ED.

Tal como referido na resposta à questão 5, as ESPA, quando auscultadas, referem que a ENED não traduziu uma mudança nas suas práticas na medida em que, a partir dela, identificaram o

[54] Mais uma vez, assume-se aqui o reporte que as entidades fazem dada a impossibilidade de obter um conhecimento mais aprofundado das ações que permita aferir a coerência entre as temáticas indicadas, a descrição das ações e as Medidas e Tipologias de Atividades para as quais são reportadas. A existência de ações, mesmo não inseridas em projetos, que indicam várias temáticas (algumas mais de 10 temas) aconselharia a que esta triagem pudesse ser feita de forma mais fina.

[55] Relembra-se que as ESPA são, maioritariamente, entidades cujo campo de ação se situa nas "educação para…", de acordo com a definição do Despacho 21931/2009. A existência, neste grupo de entidades, de 2 organizações que não se enquadram na "educação para…" mas que assumem a ED como a sua atividade central no campo da educação – a que se junta o facto de serem 2 das 3 organizações deste grupo que mais reportam – pode mitigar uma identificação mais evidente entre as temáticas das ações e as áreas tradicionais de ação das organizações, ou seja, é plausível considerar que, sem essas 2 entidades neste grupo, a dispersão de temáticas por referência à identificação de "educação para…" seria maior.

seu campo de ação como ED, revertendo assim aqueles que eram já os seus modos e temas de ação para a ENED. Estes modos de entender a relação das suas práticas com a ED pode ser caracterizada como uma concetualização da ED que radica numa **visão cumulativa**, na medida em que assenta numa justaposição das diferentes "educações para…"[56] (cf. E4, anexo 4.5B1; E5, anexo 4.5B2; E6, anexo 4.5B3).

Esta caracterização da conceção de ED das ESPA ancora-se, pois, na menor valorização de ações inseridas em projetos de ED, na sobrevalorização de ações sem um enquadramento mais amplo e na multiplicidade de temáticas das mesmas. Quanto a este último aspeto, há que considerar o facto de as temáticas identificadas não reforçarem, necessariamente e em si mesmas, as "educações para…" por oposição à ED. Na verdade, na ENED é afirmado que "Enquanto educação para a transformação social, a ED pode ser considerada um dos ramos de um contexto que propicia o desenvolvimento de diversas «educações para…» dedicadas a temáticas específicas mas com vários elementos de aproximação entre elas" (in, Despacho 25931/2009). No entanto, são identificados aqueles que se consideram, no âmbito da ENED, aspetos comuns e distintivos entre a ED e as "educações para…" e não é evidente, quer na (breve) descrição das ações reportadas pelas ESPA, quer na sua designação, se, e de que modo, esses aspetos distintivos são considerados (cf. Despacho 25931/2009).

Quando auscultadas em contexto de entrevista, para além da justaposição já referida, as ESPA identificam concetualmente a ED como um elemento integrador com vista ao desenvolvimento (e/ou cidadania) global (cf. (cf. E4, anexo 4.5B1; E5, anexo 4.5B2; E6, anexo 4.5B3).

Assim, e em suma, a conceção de ED que se infere a partir das práticas das ESPA consiste numa **visão cumulativa**, mas complementar, que se caracteriza pela: i) justaposição da ED com as ações que já desenvolviam; ii) assunção e valorização de temas e "aspetos comuns" entre as "educações para…" e a ED; iii) ausência de referência aos "aspetos específicos" da ED que a diferenciam de outras "educações para…", tal como consignado no Despacho 25931/2009.

8.2. Que conceções de ED se podem inferir a partir das práticas das entidades promotoras?

De modo a compreender as conceções de ED das entidades promotoras[57] a partir das suas práticas torna-se necessário, pelas especificidades que se refletem também nas ações, fazer uma distinção entre dois tipos de promotores: ONGD e ESE.

[56] Com exceção para as 2 ESPA que não assumem estas características, tal como referido na nota de rodapé anterior.

[57] Não obstante as ESPA serem também entidades promotoras não as consideramos aqui, na medida em que já foram abordadas na subquestão anterior.

Da análise dos reportes das ESE durante os anos de 2012 a 2014 (cf. base de Dados 2012 a 2014) constata-se a existência de 57 ações, distribuídas por todos os Objetivos Específicos mas com prevalência para o Objetivo Específico 2, identificado com a "educação formal" (n=29). Este dado seria expectável dada a natureza destes promotores, podendo-se até supor que o contributo para outros Objetivos seria residual dada a completa identificação do OE2 com a identidade destas organizações. No entanto, quando analisados os reportes para os outros Objetivos Específicos constata-se que tal se verifica apenas no OE3: OE1=15; OE3=3; OE4=10. Mas uma análise mais detalhada desta informação permite perceber que uma ESE apenas faz quase o pleno de reportes para os Objetivos Específicos agora referidos: a ESE do IPVC é responsável por 13 ações das 15 do Objetivo Específico 1; 2 das 3 ações do Objetivo Específico 3; todas as reportadas no Objetivo Específico 4. Assim, a ESE-IPVC é responsável por 33 das 57 ações reportadas entre 2012 e 2014, mas importa referir que esta centralidade de reportes que a ESE-IPVC assume neste tipo de promotores decorre do papel que desempenha na ENED. De facto, através do estabelecimento de um contrato-programa com o Camões, I.P. a ESE-IPVC, através do Gabinete de Estudos de Educação e Desenvolvimento, contribuiu para o processo de acompanhamento, nomeadamente na recolha, análise e tratamento de dados, no quadro do processo de acompanhamento, bem como para a redação dos Relatórios de Acompanhamento daí resultantes. Neste contrato-programa, para além destas funções no processo de acompanhamento, estão também contempladas ações de capacitação da ESE do IPVC, tal como é indicado nas Bases de Dados: "Capacitação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo em Educação para o Desenvolvimento (ED) e em matéria de planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED)" (cf. Bases de Dados 2012 a 12014). Percebe-se, assim, pelo seu envolvimento na ENED, o lugar de destaque que a ESE-IPVC assume face a outras organizações do mesmo tipo. Deste modo, se subtraídos os reportes relacionados com o papel específico que a ESE-IPVC tem no processo de Acompanhamento da ENED, a leitura dos dados relativos às ESE permite confirmar que as ações destas entidades concorrem maioritariamente, e como seria expectável, para a consecução do Objetivo Específico 2 da ENED.

Da análise do tipo de ações que as ESE reportam (cf. Bases de Dados de 2012 a 2014) constata-se que, à semelhança das ESPA (ver subquestão anterior), são privilegiadas as "atividades não inseridas em projetos" (n=47) mas com uma diferença relativamente às ESPA: o número de ações reportadas pelas ESE como "atividade inserida em projeto" é significativamente inferior ("atividade inserida em projeto de ED"=4; "atividade inserida noutro tipo de projeto"=6). No entanto, as considerações relativamente aos riscos deste tipo de ações ("não inseridas em

projetos") que foram apontadas na subquestão anterior não se apresentam da mesma forma quanto às ESE: quando consideradas as (breves) descrições das ações constata-se que, ainda que existam eventos pontuais sem continuidade no tempo, como a celebração de efemérides, a maioria destas atividades apresenta um enquadramento e articulação com outras ações que anulam, ou pelo menos mitigam, os riscos associados ao desenvolvimento de ações isoladas, e que foram identificados na resposta à subquestão anterior. São exemplo disto, "atividades não inseridas em projetos" como a coordenação de estágios, a criação de unidades curriculares, o desenvolvimento ou colaboração em projetos de investigação. O facto de estas ações serem desenvolvidas maioritariamente no âmbito da formação inicial de agentes educativos e com um público constante (ou seja, são ações "de dentro para dentro" e não "de dentro para fora") permite, também, que a sua consistência interna na relação com as características de ED enunciadas na ENED seja maior.

No que diz respeito aos temas das ações reportadas verifica-se a identificação das 57 ações desenvolvidas com os 22 temas listados como opções disponíveis, mas com uma dispersão ligeiramente menor dado que 9 desses temas apresentam uma identificação abaixo da dezena e não foram acrescentados outros temas. A temática que se destaca é "Educação", a única que é sinalizada em mais de 50% dos reportes (n=53), e com uma diferença considerável para a segunda mais referida ("Capacitação"=26). Assim, também no caso das ESE, a temática privilegiada refere-se à sua identidade primeira: a educação. No entanto, e devido à natureza e setor de atividade destas organizações, a temática destacada é simultaneamente tema de ação e modo de intervenção da entidade, o que faz supor que são os temas que lhe são associados que consistem, de modo mais substantivo, no conteúdo da ação, tal como foi explicitado no decurso da entrevista com representantes de uma ESE (E7, anexo 4.6B).

Ainda do ponto de vista concetual, refira-se que os representantes da ESE entrevistados afirmaram de forma explícita a adoção da Educação para a Cidadania Global nas suas práticas de ED. Os dados do questionário reforçam a ideia da "cidadania global" como conceito central de ED para as ESE que responderam (cf. tabela 52, anexo 4.10B), mas a análise destes dados será apresentada no final desta subquestão, de formal global para os promotores.

Em suma, e considerando o modo como as ações reportadas pelas ESE concretizam os Objetivos Específicos da ENED, o tipo de ações desenvolvidas e as temáticas privilegiadas, pode-se deduzir que a conceção de ED que se infere destas entidades afirma a **cidadania global** e a **dimensão pedagógica** da ED, assumindo uma **função formativa** e de **enraizamento** nas suas práticas.

Relativamente ao outro grupo de promotores que partilham uma mesma natureza organizacional – as ONGD – verifica-se nas Bases de Dados de 2012 a 2014 o reporte de 174

ações por 41 entidades[58]. O Objetivo Específico 1 é o que apresenta menos reportes (n=27) e os restantes três são reportados de forma equilibrada (OE2=44; OE3=51; OE4=52). Esta distribuição das ações das ONGD pelos Objetivos Específicos demonstra uma valorização de práticas de ED identificadas com "Formas de intervenção" e "Âmbitos educativos" (cf. Despacho 25931/2009), ou seja, mais em conformidade com a substância da ED, em detrimento de práticas que concorram para a dimensão organizacional da ENED.

Quanto às temáticas das ações reportadas, tal como nos outros promotores, verifica-se a identificação das ações com os 22 temas propostos e a inclusão do tema "interculturalidade", salientando-se o facto da existência de 2 ações que são identificadas com "todas" as temáticas. A temática mais vezes identificada nas ações reportadas pelas ONGD é "Direitos Humanos" (n=102), verificando-se a identificação de três temáticas em mais de metade dos reportes: para além dos "Direitos Humanos", as temáticas de "Desigualdades Sociais" (n=91) e "Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (n=89). Destaca-se ainda o tema "Educação" (n=82) com mais de oito dezenas de referências dado que as restantes temáticas apresentam referências iguais e/ou abaixo das seis dezenas. Assim, perspetiva-se uma conceção de ED em que temas mais circunscritos (por exemplo, "Ambiente", "Migrações", "Género") são enquadrados numa leitura mais ampla e enquadradora desses mesmos temas, a partir de uma abordagem educativa. Reforça-se aqui o que foi já afirmado: esta interpretação assenta apenas numa leitura formal dos temas e descrição (breve) das ações, pela impossibilidade de uma análise mais fina centrada na sua substância, dada a quantidade de ações reportadas.

Do ponto de vista do tipo de ações que são reportadas, verificamos diferenças naquilo que se apresenta como semelhante entre as ESPA e as ESE: destacam-se as ações reportadas como "atividade inserida em projeto de ED" (n=85), com uma diferença grande face aos outros dois tipos ("atividade inserida noutro tipo de projeto"=38; "atividade não inserida em projeto"=51). O predomínio de "atividades inseridas em projetos de ED" pode ser explicado pelo facto de este tipo de organizações terem a ED como o (ou um dos) seu setor central de atividade[59], tal como é reconhecido na ENED quando se refere o "muito que vem sendo feito em Portugal [em ED], de há muitos anos a esta parte, neste domínio, em grande parte por organizações da

[58] Poderá parecer estranha a proximidade de valores de ações reportadas por ESPA (n=146) e ONGD (n=174) face à diferença de número de entidades que reportam (ESPA=12; ONGD=41): isto é explicado pelo facto de, de entre as três ESPA que mais reportam, uma ser uma ONGD e outra representante das mesmas. Assim, se os seus reportes fossem contabilizados nestes promotores os valores das ONGD aumentariam para um total de 228 e os das ESPA estabilizariam num total de 92 ações, o que continua a ser um número considerável face ao total de ESPA que desenvolvem ações.

[59] No entanto, há também a considerar a hipótese de tal se dever ao facto de este tipo de entidades (ONGD) ser a única com possibilidades de acesso a uma linha anual de cofinanciamento de projetos de ED, existente desde 2005 (com interrupção em 2011).

sociedade civil" (in Despacho 25931/2009)[60]. A leitura cruzada das entrevistas a este tipo de entidades revela a existência de três formas de conceber a ED a partir daquilo que são as práticas das entidades: i) a assunção explícita de que as ações realizadas são de Educação para a Cidadania Global; ii) identificação da articulação de práticas de ED com práticas de Educação para a Cidadania Global/Educação Global; iii) a assunção da ED como prática da organização mas justificando a sua importância por características que a aproximam da Educação para a Cidadania Global (cf. E3, anexo 4.4B; E8, anexo 4.7C1; E9, anexo 4.7C2).

Assim, a conceção de ED que se infere das ações das ONGD tem como características uma **abordagem enquadradora** dos temas, suportada por **ações com continuidade**, e que valoriza a **Cidadania Global**, ou aspetos com ela relacionados. Estas características são construídas numa **visão enraizada** da ED, pela centralidade do setor nas suas atividades, ou seja, por a ED ser um elemento constitutivo da sua identidade.

Por fim, importa referir que, no questionário, as entidades promotoras (independentemente da sua natureza), quando inquiridas sobre os conceitos em ED que consideram centrais face à sua experiência, valorizam, em termos médios (numa escala com valor máximo de 7), os conceitos de "cidadania global" (6,68), "cidadania ativa/participação" (6,54), logo seguidos de "transformação social" (6,43), "direitos humanos" (6,36), "desenvolvimento" (6,29), "justiça social" (6,18) e "interdependência" (6,14) (cf. tabela 50, anexo 4.10B). Quando analisados individualmente, verifica-se que estes são os conceitos que congregam maior acordo entre os respondentes (níveis 5 a 7 da escala), sendo que a "cidadania global", é o conceito mais consensual dado que, de entre todos, é o que reúne maior número de respostas com a cotação mais elevada da escala (75% de respostas "concordo totalmente") (cf. tabela 51, anexo 4.10B). A estes dados, que confirmam as inferências feitas a partir da análise das práticas, pode-se juntar o que é referido pelos respondentes enquanto elementos que devem estar presentes nas experiências de ED. Nas respostas a esta pergunta, verifica-se que os elementos mais valorizados estão relacionados com três tipos de questões:

- um relacionado com a reflexão e pensamento crítico, expresso em itens como "estimular a consciência crítica", com 64,3% dos participantes que concordam totalmente, e "favorecer a reflexão", com 57,1% dos participantes que concordam totalmente (cf. tabela 54, anexo 4.10B);

[60] A este propósito, refira-se o testemunho de um representante de uma ONGD quando expressa a necessidade de refletir quem pode ou deve ser ator de ED, assumindo que a visibilidade e fortalecimento do campo só tem a ganhar com o alargamento assumido dos atores que operam no setor, de modo a não deixar a ED "refém" das ONGD (cf. E3, anexo 4.4B).

- um outro referente a questões que se prendem com finalidades e perspetivas de intervenção. Enquadram-se neste os itens "promover a mudança social", com 89,3%, "estimular a consciência intercultural", com 89,2% e "promover valores de justiça social", com 85,7% das respostas nos dois níveis mais elevados de concordância (cf. tabela 54, anexo 4.10B);
- um terceiro tipo alusivo a questões de participação cívica e política, evidenciando a necessidade de "capacitar para a intervenção social e política", com 60,7% dos participantes que afirmam concordar totalmente, e "mobilizar para a participação cívica", com 85,8% das respostas nos dois níveis mais elevados da escala (cf. tabela 54, anexo 4.10B).

8.3. Que conceções de ED se podem inferir a partir da produção discursiva na ENED?

O Despacho 25931/2009 afirma desde logo, e face às diferentes delimitações da ED a nível nacional e internacional, que "a adoção de uma definição única de ED seria uma opção que colidiria com a obrigatoriedade quer de contextualização histórica (a ED foi «sendo», não é) quer de relacionamento conceptual e operativo com outras «educações para…»" (in Despacho 25931/2009). Assim, e porque "Definir ED é uma tarefa sempre inacabada e complexa" (in Despacho 25931/2009), e por "estarmos a lidar com um conceito que é bastante complexo (…), não é um conceito bem trabalhado e reconhecido na nossa sociedade" (cf. E2, anexo 4.3B), foi tomada a opção de não apresentar uma definição de ED na ENED, avançando-se para um enquadramento histórico-concetual da ED e das suas definições, bem como para a explanação da sua relação com as outras "educações para…", formas de intervenção, âmbitos educativos e atores. Se, por um lado, é reconhecida a importância deste enquadramento (cf. E10, anexo 5.1B), por outro, atribui-se à (in)definição do conceito um potencial fraturante, no sentido em que não estabelece um mínimo denominador comum (cf. E10, anexo 5.1B).

No entanto, a análise da produção discursiva da ENED contraria esta ideia da não existência de um conceito de ED na ENED. De facto, ainda que não assumido enquanto tal, a produção discursiva no próprio documento materializa um conceito: a ED é definida através do sentido atribuído no Objetivo Geral, e da identificação de dimensões, funções, finalidades sociais e públicos-alvo que são revertidos para a arquitetura da ENED.

Pela análise do modo como, discursivamente, a ENED é construída constata-se que é amplamente identificado, não só aquilo que a ED não é, como aquilo que, no entendimento da ENED, a ED é. Assim, estabelece-se que **a ED deve**[61]:

- permitir a integração das perspetivas do "sul global";

[61] A expressões a seguir elencadas são retiradas do documento da ENED, concretamente do Despacho 25931/2009 que a institui.

- conferir centralidade às realidades e perceções do "sul" ou das "periferias" num sistema de interdependência;
- explicitar as causas estruturais dos problemas globais e locais, das desigualdades e das injustiças;
- questionar o desenvolvimento, em termos teóricos e práticos;
- conciliar de forma clara e permanente metodologias e conteúdos;
- contemplar não só a sensibilização mas também a reflexão, formação e ação;
- comprometer-se com a formação integral das pessoas;
- ter como princípios a justiça e equidade social, a solidariedade, a cooperação, a corresponsabilidade, o diálogo e a participação;
- desenvolver-se em contextos e processos de educação formal, não formal e informal;
- privilegiar a participação, a horizontalidade, a construção coletiva e cooperativa do conhecimento e da ação;
- ser coerente no conteúdo e na forma, na teoria e na prática, no processo e no produto;
- ser transdisciplinar.

Por outro lado **a ED promove**[62]:

- a transformação social;
- a sensibilização da opinião pública e/ou de grupos específicos;
- a consciencialização, formação e mobilização das pessoas;
- a influência das políticas no sentido da promoção do bem comum à escala local e global.

Assim, através da convocação de diferentes discursos a nível internacional e, mais concretamente, europeu, bem como nacional (sob a forma de enquadramento institucional e concetual), a ENED estabelece uma visão clara, ainda que discursivamente disseminada, sobre a ED. Essa visão encontra-se na definição dos públicos (cf. resposta à questão 1), que considera, de forma inclusiva, diversas franjas da sociedade portuguesa, e também nas Medidas e Objetivos Específicos. Não obstante tudo o que neste Relatório foi afirmado acerca dos modos de definição de uns e outros (cf. resposta à questão 1), o seu caráter substantivo revela uma amplitude do sentido educativo da ENED que é congruente com as características acima identificadas.

Esta visão clara torna-se mais evidente na definição do Objetivo Geral. Ao determinar que o objetivo da ENED é "Promover a cidadania global através de processos de aprendizagem e de sensibilização da sociedade portuguesa para as questões do desenvolvimento, num contexto

[62] Ver nota de rodapé anterior.

de crescente interdependência, tendo como horizonte a ação orientada para a transformação social" (cf. Despacho 25931/2009), a ENED assume um conceito ainda que não o delimite de modo definitivo. De facto, a ED é aqui assumida como educação para a cidadania global, não definindo a ED *per si* –, o que nem poderia ser intenção de uma Estratégia –, mas definindo o que é a ED no contexto em que vai ser desenvolvida, através das práticas que privilegia e dos efeitos que tenciona potenciar. Esta é então, uma forma de definir a ED, não de modo "absoluto", mas de modo estratégico e operativo, ou seja através da explicitação, no objetivo geral, *do que* se pretende atingir, *como*, *em que* enquadramento e o *resultado último* da ação.

8.4. Que efeitos educativos da ENED são percecionados pela Comissão de Acompanhamento, ESPA, entidades promotoras e destinatários?

Como já foi referido ao longo deste Relatório, o contacto com os destinatários não foi possível dada a sua quantidade e diversidade. Assim, esta subpergunta é respondida com base nas perceções possíveis de entender nos discursos dos outros atores que refere.

A perceção dos efeitos educativos da ENED pode ser organizada da seguinte forma:

- Efeitos ao nível do **reconhecimento político do potencial educativo** da ED:

  i) a ENED contribuiu para o fortalecimento da importância da ED como promotora de uma sociedade mais justa e participativa (cf. E11, anexo 4.8B; E12, anexo 4.9B; tabela 26, anexo 4.10B; tabela 33, anexo 4.10B)

- Efeitos ao nível do **reforço do campo e setor da ED**, bem como da sua ampliação, através do reconhecimento:

  i) do impacto da ENED no enquadramento, substância e sistematização do trabalho que já se realizava em ED (cf. E2, anexo 4.3B; E4, anexo 4.5B1; E5, anexo 4.5B2; E6, anexo 4.5B3; tabela 33, anexo 4.10B);

  ii) da ENED enquanto referente da ED em Portugal, contribuindo para a orientação da ação (cf. E2, anexo 4.3B);

  iii) da ENED como catalisadora da ED, com a introdução de novos atores de ED (cf. E2, anexo 4.3B; E5, anexo 4.5B2; E7, anexo 4.6B; tabela 26, anexo 4.10B);

  iv) da ENED como oportunidade de incremento de ações de ED, através da legitimação destas (cf. E2, anexo 4.3B; E3, anexo 4.4B; E10, anexo 5.1B; tabela 33, anexo 4.10B).

- Efeitos ao nível da **aprendizagem e cooperação institucional**:

  estabelecimento, manutenção e estimulação de modos de cooperação entre instituições de natureza diferente, nomeadamente do setor público e da sociedade civil (cf. E2, anexo 4.3B; E12, anexo 4.9B; tabela 26, anexo 4.10B; tabela 33, anexo 4.10B)

- Efeitos ao nível da **educação escolar**:

i) a construção de um referencial de Educação para a o Desenvolvimento para o pré-escolar, e ensinos básico (1º, 2º e 3º ciclo) e secundário, no quadro das Linhas Orientadoras da Educação para a Cidadania (cf. E2, anexo 4.3B);
ii) o estabelecimento de relações entre educação formal e não formal, através do reforço da cooperação entre Organizações da Sociedade Civil e a instituição escolar (cf. E2, anexo 4.3B)
iii) potenciou a constituição de uma rede de educação para a cidadania global com grande ligação à ED (cf. E2, anexo 4.3B).

Não obstante a perceção positiva destes efeitos educativos, são também identificados efeitos educativos expectáveis mas ainda não conseguidos, que reforçam a necessidade de investimento no campo da ED e na continuidade da ENED através da sua atualização após o seu período de vigência:
i) a disseminação e apropriação da ED pela generalidade dos cidadãos (cf. tabela 24, anexo 4.10B; tabela 33, anexo 4.10B);
ii) a disseminação da ENED junto de outros atores e organizações (cf. E2, anexo 4.3B; tabela 34, anexo 4.10B).

4. Conclusões e Recomendações

4.1. Conclusões

1. **Relevância da existência da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento**

Todos os atores auscultados salientam a importância da existência da ENED, considerando os desafios do mundo atual e os contributos daquela na formação de cidadãos conscientes e participativos. Este reconhecimento da importância da ENED confirma o que tem vindo a ser afirmado por parceiros e organizações internacionais, com destaque para o Relatório de 2014 do Global Education Network Europe (GENE) sobre a Educação Global em Portugal e o Relatório de 2010 do CAD/OCDE. A existência da ENED permitiu uma série de ganhos do ponto de vista operacional e substantivo reconhecidos por uma diversidade de atores. A constatação, para além dos ganhos obtidos, de aspetos ainda a alcançar, bem como as recomendações internacionais em matéria de ED, consubstanciam a relevância prática e política da ENED.

2. **O documento da ENED é simultaneamente reconhecido como tecnicamente bem concebido e com um nível elevado de complexidade na sua estrutura e linguagem**

A necessidade de produção de um documento de desagregação das medidas e tipologias de atividade que explicite as mesmas é indicativa da complexidade da estrutura e linguagem da ENED. A arquitetura da ENED assenta num encadeamento desde o Objetivo Geral às Tipologias de Atividades, num esforço de explicitação e operacionalização da ação. No entanto, e de forma paradoxal, o desdobramento pode dificultar uma perspetiva global das intervenções comprometendo, para os promotores situados no final desta cadeia, o sentido global da intervenção face aos objetivos iniciais.

3. **As metas permitem apenas reconhecer indícios sobre a concretização dos objetivos específicos da ENED**

Não se pode estabelecer uma relação de causalidade linear entre a consecução das Metas e a concretização dos Objetivos Específicos. A sua definição assumiu um compromisso entre a prestação de contas e a regulação da ação, e a sua gestão acentuou uma função essencialmente formativa e de apoio à orientação da ação dos promotores. As metas definidas com indicadores quantitativos para os objetivos 1 a 4 foram largamente superadas considerando o número de ações reportadas em cada um daqueles. As metas não quantificadas nos mesmos objetivos foram objeto de reporte mas nem sempre é possível afirmar a sua concretização a partir da informação disponível. É necessário considerar que a inexistência de uma *baseline* marcou a forma como as metas foram definidas e dificulta a apreciação objetiva dos resultados da ENED. A valoração de tipos de ações diversas, como

ações pontuais ou projetos, na contabilização da consecução das metas não permite aferir os modos como, na sua substância, se estão a concretizar os objetivos da ENED.

4. **A inexistência de um financiamento programático fragiliza a implementação/desenvolvimento da ENED**

Com exceção das atividades cobertas por contratos-programa e das atividades transversais, a ENED não teve financiamento direto e específico. O financiamento da ENED é reconhecido como o aspeto mais problemático de toda a Estratégia. A maioria das atividades reportadas são financiadas pelos recursos próprios das entidades promotoras tornando a implementação/desenvolvimento da ENED dependente da sustentabilidade dos promotores e da sua capacidade de garantir financiamento.

5. **O impacto da ENED nas práticas de ED das entidades promotoras é reconhecido como positivo.**

O impacto da ENED nos promotores traduz-se, essencialmente, no reconhecimento político da ED pela tutela e pela legitimação das ações de ED que esse reconhecimento confere, o que permitiu incrementar as ações de ED das entidades. No período de vigência da ENED aumentou a importância das atividades de ED desenvolvidas pelas entidades promotoras. Reconhece-se na ENED uma potencialidade de organização e orientação das ações das entidades. As entidades promotoras reconhecem globalmente uma identificação entre os objetivos da ENED e a sua missão, sobretudo por referência às áreas de ação específicas das entidades.

6. **A incorporação da ENED nas práticas das ESPA é feita através do reforço das suas áreas de ação tradicionais**

As ESPA não identificam o desenvolvimento e implementação de práticas novas pela existência da ENED, assumindo que continuam a trabalhar diferentes "educações para…". Mas acentuam a articulação dos objetivos da ENED com a missão das suas próprias entidades, reconhecendo o contributo que a ENED deu às ações que já implementavam. Esse contributo traduz-se essencialmente na articulação, ainda que por justaposição, de temas e campos de ação. O envolvimento destas entidades na ENED permitiu-lhes o (auto)reconhecimento de parte das suas ações enquanto ED, permitindo assim alargar o campo da ED em Portugal.

7. **Os processos de acompanhamento da ENED permitiram principalmente a monitorização da ENED**

É de realçar a importância e singularidade da construção e manutenção de um dispositivo de acompanhamento da ENED. Salienta-se a importância da recolha sistemática de dados e

realização de relatórios anuais de acompanhamento, pelo que significam em termos do mapeamento da ação desenvolvida, mas o seu caráter quantitativo e descritivo cumpriu apenas uma função de monitorização. Por outro lado, o processo de acompanhamento não se esgota na produção de relatórios anuais dado que a Comissão de Acompanhamento, para além do trabalho de dinamização da ENED, cumpre também funções de acompanhamento através da promoção de momentos de reflexão entre os seus membros e com as ESPA. No entanto, o processo de acompanhamento poderia ter uma maior dimensão qualitativa, reflexiva e crítica que permitisse uma maior função de retroação. No que toca à produção dos Relatórios de Acompanhamento conclui-se que, não obstante as melhorias que foram introduzidas no processo de recolha de informação, há ainda aspetos que precisam de ser melhorados.

8. **Desfasamento entre a complexidade intrínseca ao Objetivo 1 e as características das atividades que o concretizaram**

As estratégias definidas no Plano de Ação da ENED para alcançar o Objetivo Específico 1 organizam-se segundo duas lógicas: a realização e o apoio/suporte à concretização de ações de natureza diversa. Durante a implementação/desenvolvimento da ENED foram realizadas atividades correspondentes às duas dimensões deste Objetivo ("Capacitação" e "Diálogo e cooperação institucional"). Em ambas as dimensões as atividades maioritariamente realizadas consubstanciaram-se na organização de seminários, conferências ou debates. Assim, tanto a "Capacitação" como o "Diálogo e cooperação institucional" concretizaram-se privilegiando a realização de sessões de formação com características de maior formalização da ação educativa. A natureza das ações é diversa em termos de finalidades, contextos e graus de formalização não sendo evidente como é que, isoladamente ou adicionadas entre si, este tipo de ações contribui para a capacitação ou para o diálogo e cooperação institucional. A natureza de algumas das ações desenvolvidas neste Objetivo assumem mais um papel de "Sensibilização" do que de "Capacitação" ou "Diálogo e cooperação institucional".

9. **Desfasamento entre a abrangência do Objetivo 4 e as características das atividades que o caracterizaram**

Não é evidente a razão da agregação da "Sensibilização" à "Influência política" num mesmo Objetivo, sobretudo quando o despacho de publicação da ENED as classifica como duas formas de intervenção e distintas. Estas duas dimensões, abrangentes em si mesmas e passíveis de interpretações diferentes, tornam-se ainda mais difusas quando conjugadas num mesmo Objetivo. A relação que se constata entre elas é na definição das Medidas dado que estas são iguais nas duas dimensões apenas com a substituição do âmbito em que decorrem. As

tipologias de atividade que apresentam mais reportes em cada uma das dimensões – "Sensibilização" ou "Influência política" – são as que se correspondem, ou seja, as que, com a especificidade da respetiva dimensão, se traduzem em ações ou campanhas genericamente consideradas no quadro da ED. Estas duas são as tipologias de atividade com menos exigência em termos de ação, no sentido em que a refere mas não qualifica, pelo que o Objetivo é preferencialmente mais atingido com ações menos complexas. As entidades que mais reportam para este objetivo são ONGD. O público-alvo é maioritariamente definido de forma genérica (população em geral) mas também com referência a setores ou profissionais específicos o que é congruente com o Objetivo.

10. **A conceção de ED materializada pela ENED é a de Educação para a Cidadania Global (ECG)**

É de realçar a convergência de posições relativamente à indicação ou valoração da ED como Educação para a Cidadania. Encontra-se esta convergência em todo o tipo de atores auscultados, desde a tutela política aos promotores. O documento que institui a ENED apresenta um conjunto de definições de ED mas não assume explicitamente um conceito, optando por dar destaque às suas dimensões e funções. No entanto, a identificação da ED como Educação para a Cidadania Global está presente de forma determinante no objetivo geral da ENED, formulado em termos de finalidade a atingir com a mesma ("Promover a cidadania global"), bem como nos princípios da Estratégia. As dimensões e funções da ED destacadas têm discursivamente um âmbito de ação coerente com a cidadania. Os promotores da ENED indicam a "cidadania global" como conceito central da ED e essa centralidade é indicada independentemente da natureza das entidades promotoras e dos modos diferenciados com que atribuem sentido à ED ("visão enraizada" vs. "visão cumulativa"). A conceção alargada e abrangente dos efeitos educativos mais associados à ENED ("cidadania ativa/participação" e "transformação social") reforçam a identificação da Estratégia com a ECG.

4.2. Recomendações

As recomendações aqui apresentadas são construídas a partir das constatações e conclusões produzidas, mas algumas resultam também de uma leitura global permitida pelo processo de avaliação. A sua apresentação não segue nenhuma ordem de prioridade.

I. Proceder à atualização da Estratégia, dado o reconhecimento nacional e internacional da sua relevância social, política e educativa: A tutela partilhada da Estratégia foi reconhecida e efetivada como uma boa prática pelo que se deve manter. Devem ser ponderadas as potencialidades de alargar o compromisso e tutela política da Estratégia a áreas convergentes

já identificadas a partir das ESPA, como por exemplo, a Cidadania e a Igualdade ou o Ambiente. Este alargamento poderá traduzir-se, quer num reforço do envolvimento e identificação das entidades públicas na Estratégia, quer numa diversificação de recursos materiais que a sustentem.

II. Atualizar o documento da Estratégia, simplificando a sua arquitetura e linguagem: O documento da ENED obedeceu a um racional de construção e assumiu uma linguagem – sobretudo ao nível do Plano de Ação – que complexifica o seu entendimento e apreensão. A nova Estratégia deverá ter objetivos que permitam enquadrar os modos de ação dos promotores, mas a sua formulação deve ser clara e não sujeita a desdobramentos que numa tentativa de explicação façam perder o sentido global da ação. Os objetivos podem ser elaborados por referência a uma definição que enquadre e dê substância estratégica à ação que se pretende ver implementada, ou, tal como a ENED, a um objetivo geral. A opção por uma identificação não tem que ter a função de estabilização definitiva de um conceito mas deve ajudar a reconhecer o que é que estrategicamente se pretende com a medida política e como esta se relaciona com tendências atuais do campo. Não deve manter a formulação de objetivos específicos através de referentes diferentes que complexificam a sua apropriação e potenciam sobreposições. A linguagem utilizada deve ser clara, precisa e concisa mas sem redundar em simplificações excessivas que lancem opacidade sobre a complexidade dos assuntos que uma Estratégia destas trata. Deve refletir os problemas atuais mas sem cristalizar visões que a tornem desatualizada durante o período de execução. De modo a potenciar a sua atualidade deve-se ponderar que o Plano de Ação, necessariamente mais simples na linguagem e estrutura, não tenha o mesmo tempo de duração da Estratégia e seja reconstruído durante a vigência da Estratégia, com uma periodicidade exequível e adequada. A manterem-se os Objetivos Específicos 1 e 4, a sua definição deve ser mais clara e precisa do que se entende por, e do que se pretende atingir com, "Capacitação", bem como o que se entende por "Sensibilização" e "Influência política".

III. Ponderar a possibilidade de a Estratégia assumir explicitamente a Educação para a Cidadania Global: Recomenda-se que, face às constatações produzidas, a entidade que gere a Estratégia recupere o debate concetual sobre a ED e pondere as vantagens de ter a Educação para a Cidadania Global como referente estratégico da sua ação. Pelo consenso partilhado pelos atores – da tutela política aos promotores – do referente da Cidadania nas ações de ED e na ENED, considerando que a Educação para Cidadania Global é referida nos documentos estratégicos do Camões I.P. no âmbito da ED, e ainda o facto de a ENED a ter assumido como Objetivo Geral, a equipa de avaliação recomenda que a possibilidade de a Estratégia se

assumir como de Educação para a Cidadania Global seja ponderada no momento de actualização da Estratégia.

IV. Fazer um balanço e planeamento anual da implementação da Estratégia: Esse planeamento não se deve centrar exclusivamente na planificação de atividades mas num planeamento estratégico, em função da aferição dos modos de consecução dos objetivos estruturantes da Estratégia, ou seja, centrado no balanço. Este processo ajudará também à construção do Plano de Ação nos moldes em que é referido na recomendação II.

V. Manter os processos participatórios da ENED na atualização da nova Estratégia, aprofundá-los e ampliá-los: O processo de actualização da Estratégia deve também assentar nos processos participatórios em que a ENED se sustentou. Esses processos devem ser estendidos aos momentos de implementação/desenvolvimento e avaliação da ENED, com pelo menos um momento anual de partilha que permita a consecução da recomendação anterior.

VI. Alargar e diversificar os promotores da Estratégia: Deve ser feito um esforço institucionalmente conduzido para o alargamento e diversificação de entidades envolvidas na implementação/desenvolvimento da ENED. Este alargamento deve ter reflexos no acompanhamento e monitorização, ou seja, os instrumentos e processos de acompanhamento devem contemplar novos promotores.

VII. Ampliar a divulgação da, e conhecimento sobre, a Estratégia: para além da divulgação da Estratégia nos sítios web das organizações é desejável também a construção e manutenção de uma página web própria da Estratégia, com ligação para as das organizações promotoras. Nesta ferramenta, para além dos objetivos da Estratégia devem ser também divulgadas atividades e projetos, bem como eventuais produtos destes projetos, como forma de partilha de informação e aprendizagem, e de criação de sinergias entre as organizações promotoras.

VIII. Aumentar a capacidade de financiamento da ENED: A falta de um orçamento específico para a Estratégia dificulta que se assegure estrategicamente o seu desenvolvimento/implementação, pelo que deve ser consignado um orçamento próprio que garanta os recursos necessários ao bom desenvolvimento, implementação, gestão e acompanhamento da Estratégia.

IX. Diversificar as fontes de financiamento da Estratégia: Deve ser desenhado um modelo de financiamento de responsabilidade partilhada entre as entidades que tutelem a Estratégia. Deste modelo devem constar recursos diferenciados que contribuam para o financiamento direto e indireto da Estratégia, como verbas, recursos humanos, e outros, mas que possam ser

contabilizados enquanto financiamento, de modo a permitir um planeamento programático e estratégico.

X. Melhorar o processo e dispositivo de acompanhamento: após a primeira experiência com a ENED, recomenda-se que os modos de acompanhamento possam ser melhorados, beneficiando das aprendizagens decorrentes desta avaliação externa. Assim, e concretamente, recomenda-se:

i) a criação de um dispositivo de regulação da ação – criar um dispositivo, no âmbito do acompanhamento, que permita a regulação da ação, ou seja, a reorientação da implementação/desenvolvimento da ENED em função do acompanhamento efetuado e de uma apreciação de processos e resultados mais e menos bem conseguidos;

ii) a introdução de dimensões de análise qualitativa no processo de acompanhamento – esta consideração deve permitir aferir a consistência, coerência e adequabilidade das ações reportadas e seu sentido para a ED (ou ECG);

iii) a criação de um dispositivo de acompanhamento de proximidade – esse dispositivo deve poder envolver processos de consultoria e de caráter formativo junto de entidades promotoras e potenciais novos atores;

iv) a reformulação do processo de reporte no sentido de discriminar mais finamente o que é reportado – essa reformulação deve impedir a identificação de uma ação num Objetivo e numa Medida e/ou Tipologia de Atividade que não estejam associadas entre si. Deve permitir também distinguir os promotores por natureza da entidade (ESPA, ONGD, ESE e outras que venham a ser consideradas), e não apenas por tipo de instituição (Instituição Pública ou Instituição Privada), assim como uniformizar os modos de referência dos públicos;

v) a reconsideração de aspetos do reporte de ações – reformular o dispositivo de recolha de informação sobre as atividades de modo a distinguir diferentes contributos para a concretização de objetivos da Estratégia. É importante considerar que este contributo é diferente consoante a natureza e sustentabilidade das atividades (atividades isoladas; projetos,…) bem como as formas de envolvimento dos público (contacto esporádico; ação continuada no tempo, …).

XV. Reforçar e consolidar a sensibilização para a ED/ECG no interior das ESPA: consolidar a ED (ou a ECG) na articulação com outras "educações para" e nos modos de fazer essa articulação.

XVI. Reforçar a colaboração entre entidades de natureza diferente: criação de ações, desejavelmente projetos com durabilidade no tempo, conjuntas entre ESPA, ONGD e ESE, no sentido de incrementar a apropriação da ED e da relação entre ED e outras "educações para". Para além do reforço da colaboração entre entidades de natureza diversa estes projetos poderiam também ser uma forma de a Estratégia ter uma ação autónoma contribuindo para os seus objetivos.

5. Bibliografia geral

AAVV (2014). *Estudo sobre Perceções e Relevância da Educação para o Desenvolvimento em Portugal***.** Projeto Sinergias ED: Conhecer para melhor agir – promoção da investigação sobre a ação em ED em Portugal. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e Fundação Gonçalo da Silveira. Retirado de: http://www.sinergiased.org/images/biblioteca/estudosobrepercecoes.pdf

Andreotti, Vanessa (2006). Soft versus critical global citizenship education. *Development Education Policy & Practice Review*, *3*, pp. 83-98.

Andreotti, Vanessa (2014). Critical literacy: theories and practices in Development Education. *Development Education Policy & Practice Review*, *19,* pp. 11-32.

Argibay, Miguel & Celorio, Gema (2005). *La Educación para el desarrollo*. Vitoria-Gasteiz: Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco.

Argibay, Miguel, Celorio, Gema & Celorio, Juan José (2009). *Educación para la Ciudadanía Global. Debates y desafios. Bilbao : Hegoa.*

Berg, Bruce (2001). *Qualitative research methods for the social sciences*. Needham Heights: Allin and Bacon.

Boni, Alejandra *et al*. (2012). Educando para la ciudadanía global. Una experiencia de investigación cooperativa entre docentes y profesionales de las ONGD. *Estudios sobre Educación*, *23*, Diciembre 2012, pp.63-81.

Bourn, Douglas (2012). Development education: from the margins to the mainstream. Global education research*, Issue One,* February 2012, pp. 25-39. Retirado de: http://educacionglobalresearch.net/wp-content/uploads/01A-Bourn-English.pdf

Bourn, Douglas (2015). *The theory and practice of development education. A pedagogy for social justice.* Oxon: Routledge.

Bourn, Douglas (ed.) (2008). *Development Education: Debates and Dialogue*. London: IOE.

Bryman, Alan (2006). Integrating quantitative and qualitative research: how is it done? *Qualitative Research,* vol. *6*(1) pp. 97–113. DOI: 10.1177/1468794106058877

Camões, I.P. (2012). *Guia de avaliação*. Lisboa. Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

Celorio, Gema & Lopéz de Munain, Alicia (coords.) (2007). *Diccionario de Educación para el Desarrollo*. Bilbao: Hegoa.

CIDAC (2006). *Uma visão da história da educação para o desenvolvimento em Portugal*. Lisboa: Centro de Intervenção Para o Desenvolvimento Amílcar Cabral. Retirado de: http://www.cidac.pt/files/3913/8512/4738/UmavisaodahistoriadaED.pdf

CIDAC (2012). *Sistematização de experiências: aprender a dialogar com os processos*. Lisboa: CIDAC. Retirado de: http://www.cidac.pt/files/4513/8497/5266/Aprendizagens_1_v_ligth.pdf

CIDAC (2014). As outras "escolas". *Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD*, Educação para o Desenvolvimento: Passado, Presente, Futuro - MAI/JUN 2014 número 4, p. 11. Retirado de: http://issuu.com/plataformaongd/docs/revistan4_af_issuu

CNSCE (2010). *Guia prático para a educação global - conceitos e metodologias no âmbito da educação global para educadores e decisores políticos.* Lisboa: Centro Norte-Sul do Conselho da Europa/ Global Education Week Network. Retirado de: http://nscglobaleducation.org/images/Resource_center/GE_Guidelines_Portuguese.pdf

Coelho, La Salete (2013). *Erguer Pontes, Tecer Futuros e Construir Alternativas: a Economia Social e Solidária como prática(s) de Educação para o Desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado em Economia Social. Porto: Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa.

Coelho, La Salete, Mendes, Carolina & Gonçalves, Teresa (2014). Introdução da educação para o desenvolvimento na formação inicial de professores: uma experiência inovadora em Portugal. *Africana Studia*, *22*(1), pp. 89-116.

Cohen, Louis, Manion, Lawrence & Morrison, Keith (2007). *Research methods in education* (6th ed.). London: Routledge.

Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2015). *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2014) - Relatório de Acompanhamento.* Retirado de: http://d3f5055r2rwsy1.cloudfront.net/images/cooperacao/relat_acompnh_ened14.pdf

Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2015). *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2013) - Relatório de Acompanhamento.* Retirado de: http://backoffice.plataformaongd.pt/documentacao/site/Repositorio/Documentos/Publica%C3%A7%C3%B5es/Relat%C3%B3rio%20de%20Acompanhamento%20ENED2013.pdf

Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2014). *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2012) - Relatório de Acompanhamento.* Retirado de: http://backoffice.plataformaongd.pt/documentacao/site/Repositorio/Documentos/Publica%C3%A7%C3%B5es/Relatorio_de_Acompanhamento_ENED2012.pdf

Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2012). *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2010-2011) - Relatório de Acompanhamento.* Retirado de: http://backoffice.plataformaongd.pt/documentacao/site/Repositorio/Documentos/Publica%C3%A7%C3%B5es/Relat%C3%B3rio%20ENED%202010-2011.pdf

Comissão Europeia (2001). *Educação para o desenvolvimento e sensibilização da opinião pública europeia a favor da cooperação para o desenvolvimento*. Resolução do Conselho C/01/403, em 8 de Novembro de 2001. Bruxelas: Comissão Europeia. Retirado de: http://europa.eu/rapid/press-release_PRES-01-403_pt.htm

Costa, Francisca (2015). *From Policy to Practices: Global Education in Portugal and England. A comparative case-study à propos of an internship at the Development Education Research Centre of the Institute of Education, University College London.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Creswell, John W. (2012). *Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions* (4th ed.). California: Sage Publications.

DEAR (2014). *Education for Sustainable Development and Development Education: a reflection and self-assessment Handbook for Practitioners.* Tokyo: Development Education Association and Resource Center/DEAR. Retirado de: http://www.dear.or.jp/eng/A_Reflection_and_Self-assessment_Handbook.pdf

European Commission (2007). *The Consensus on Development: the contribution of Development Education and Awareness Raising*. Brussels: European Comission. Retirado de: http://www.gene.eu/wp-content/themes/gene/Books/Consensus.html?iframe=true

Fraenkel, Jack, Wallen, Norman & Hyun, Helen (2012). *How to Design and Evaluate Research in*

Education (8th ed.). New York: McGraw-Hill.

Fricke, Harm-Jan, Gathercole, Cathryn & Skinner, Amy (2015). *Monitoring Education for Global Citizenship: A Contribution to Debate*. Brussels: DEEEP - CONCORD DARE Forum. Retirado de: http://deeep.org/wp-content/uploads/2015/01/DEEEP4_QualityImpact_Report_2014_web2.pdf

GENE (2014). *Global Education in Portugal - The European Global Education Peer Review Process*. Amsterdam: Global Education Network Europe.

Governo de Portugal (2014). *Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020*. Retirado de: http://d3f5055r2rwsy1.cloudfront.net/images/cooperacao/conctestratg1420.pdf

Höck, Susanne & Wegimont, Liam (2003). *National Structures for the Organisation, Support and Funding of Development Education*. Lisbon: Council of Europe North-South Centre.

IPAD (2006). *Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*. Lisboa: IPAD.

IPAD (2009). *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015*. Lisboa: IPAD.

IPAD (201 s1). *Cooperação Portuguesa - Uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento 1996-2010.* Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I.P. Retirado de: http://www.plataformaongd.pt/conteudos/Documentos/Publica%C3%A7%C3%B5es/Leitura_cooperacao_desenvolvimento1996-2010.pdf

Krause, Johannes (2010). *European Development Education Monitoring Report - "DE Watch". European Multi-Stakeholder Steering Group on Development Education.* Retirado de: https://webgate.ec.europa.eu/fpfis/mwikis/aidco/images/c/c9/DE_Watch.pdf

Lappalainen, Rilli (2008). Consensus in Development Education in the European Union. *Policy & Practice: A Development Education Review*, *7*, Autumn, pp.102-105.

Lappalainen, Rilli (2010). The European Consensus on development education: From scratch to implementation and monitoring, *Policy & Practice: A Development Education Review*, *11*, Autumn, pp. 77-83.

Liddy, Mags (2013). Education About, For, As Development. *Policy & Practice: A Development Education Review*, *17*, pp. 27-45.

Lipsey, M. & Cordray, D. (2000). Evaluation methods for social intervention. *Annual Review of Psychology*. 51, 345-375.

Martins, Teresa & Cardoso, Jorge (2014). A Rede ECG: o caminho de uma rede de educadores/as em torno da Cidadania Global. In Pires, Ana, Vasconcelos, António, Figueiredo, Carla e Gaio Alves, Mariana (Coords.) (2014). *Trabalhar (s)em Rede em Educação: dinâmicas de cooperação.* Lisboa: Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, pp. 140-133. Retirado de: http://www.uied.fct.unl.pt/sites/www.uied.fct.unl.pt/files/Redes1.pdf

McCollum, Ann & Bourn Douglas (2001). *Measuring Effectiveness in Development Education*. London: Development Education Association. Retirado de: http://www.dochas.ie/Shared/Files/4/measuring_effectiveness_of_development_education.pdf

MEC (2013). *Educação para a Cidadania – linhas orientadoras*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência/Direção-Geral da Educação (Documento publicado em dezembro de 2012 – Atualizado em novembro de 2013). Retirado de: http://www.dge.mec.pt/educacaocidadania/index.php?s=directorio&pid=71

Mesa, Manuela (2011). Evolution and Future Challenges of Development Education. *Global Education Research*, Issue 0, pp. 141-160.

Nações Unidas (2014). *Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2014.* Nova Iorque: Nações Unidas. Retirado de: http://www.unric.org/html/portuguese/mdg/MDG-PT-2014.pdf

Neves, Tânia (2013). *A Educação para o Desenvolvimento: Percorrer contextos, práticas e perceções - Relatório de Estágio 2013*. Dissertação de mestrado apresentada no 2.º Ciclo de Estudos em História, Relações Internacionais e Cooperação. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

NSCCE (2015). *3rd European Congress on Global Education - Strategic Recommendations*. Zagreb, 26-28th November 2015. North-South Centre of the Council of Europe. Retirado de : http://nscglobaleducation.org/images/Resource_center/GECongress_2015_Recommendations_Final-draft-after-plenary.pdf

O'Loughlin, Eddie & Wegimont, Liam (2008). *Quality in Global Education: an overview of evaluation policy and practice*. Amsterdam: Global Education Network Europe. Retirado de: http://gene.eu/evaluation-and-results/

Oxley, Laura & Morris, Paul (2013). Global Citizenship: A Typology for Distinguishing its Multiple Conceptions. *British Journal of Educational Studies*, *61*(3), pp. 301-325. DOI: 10.1080/00071005.2013.798393

Pereira, Luísa Teotónio (2014). Diálogo - Conversa com Luísa Teotónio Pereira, por Júlio Santos. *Sinergias - Diálogos educativos para a transformação social*, *1*, Dezembro de 2014, pp. 116-127. Retirado de: http://www.sinergiased.org/index.php/revista/item/17-conversa-com-luisa-teotonio-pereira-por-julio-santos

Plataforma Portuguesa ONGD (2014). *Guia das ONGD 2014*. Lisboa: Plataforma Portuguesa das ONGD.

Plataforma Portuguesa ONGD (2014). *Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD*, *Educação para o Desenvolvimento: Passado, Presente, Futuro* - MAI/JUN 2014, *4*. Retirado de: http://issuu.com/plataformaongd/docs/revistan4_af_issuu

Rajacic, Agnes, Surian, Alessio, Fricke, Harm-Jan, Krause, Johannes & Davis, Peter (2010a). *DEAR in Europe - Fieldwork data - annex b of the development education and awareness raising study final report.* Contract Nr 2009/212558. SOGES/ECO. Retirado de: https://webgate.ec.europa.eu/fpfis/mwikis/aidco/images/4/4e/Final_Report_Annex_B_241110.pdf

Rajacic, Agnes, Surian, Alessio, Fricke, Harm-Jan, Krause, Johannes & Davis, Peter (2010b). *DEAR in Europe - Analyses and consultations - annex a of the development education and awareness raising study final report.* Contract Nr 2009/224774. SOGES/ECO. Retirado de: https://webgate.ec.europa.eu/fpfis/mwikis/aidco/images/3/32/Final_Report_Annex_A.pdf

Rajacic, Agnes, Surian, Alessio, Fricke, Harm-Jan, Krause, Johannes & Davis, Peter (2010c). *DEAR in Europe - Recommendations for future interventions by the European Commission - Final report of the 'Study on the experience and actions of the main European actors active in the field of development education and awareness raising'*. Contract nr. 2009/224774. SOGES/ECO. Retirado de: https://webgate.ec.europa.eu/fpfis/mwikis/aidco/images/d/d4/Final_Report_DEAR_Study.pdf

Santos, Ana Teresa (2013). A opção *multistakeholder* como pilar da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento,

Diversidades Locais e Desafios Mundiais. Lisboa: ISCTE/Instituto Universitário de Lisboa - Escola de Ciências Sociais e Humanas.

Santos, Ana Teresa & Cardoso, Jorge (2014). O Conceito de Educação para o Desenvolvimento (ED). *Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD*, Educação para o Desenvolvimento: Passado, Presente, Futuro - MAI/JUN 2014, *4*, pp. 5-7. Retirado de: http://issuu.com/plataformaongd/docs/revistan4_af_issuu

Schiefer, Ulrich *et al.* (2006). *MAPA – Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos*. Lisboa: Principia.

Skinner, Amy & Oliveira, Sandra (2014). *Action Research with Development Education Practitioners in Portugal, Cyprus and Greece.* Brussels: DEEEP. Retirado de: http://deeep.org/community/file/download/16444

Skinner, Amy, Blum, Nicole & Bourn, Douglas (2013). Development Education and Education in International Development Policy: Raising Quality through Critical Pedagogy and Global Skills, *International Development Policy | Revue internationale de politique de développement* [Online] *4.3*. DOI : 10.4000/poldev.1654

Skinner, Amy, Oliveira, Sandra, Wittig-Fergeson, Kerstin & Kouvaras, Gerasimos (2014). *Journeys to Citizen Engagement: Action Research with Development Education Practitioners in Portugal, Cyprus and Greece*. Brussels: DEEEP.

Tashakkori, A. & Teddlie, C. (1998). Mixed Methodology: Combining qualitative and Quantitative approaches. Thousand Oaks, CA: Sage.

Tye, Kenneth A. (2014). Global Education: a worldwide movement. An Update. *Policy Futures in Education*, *12*(7), pp.855-871. Retirado de: http://dx.doi.org/10.2304/pfie.2014.12.7.855

UNESCO (1974). *Recommendation concerning Education for International Understanding, Co-operation and Peace and Education relating to Human Rights and Fundamental Freedoms*, 19 November 1974. Paris: UNESCO. Retirado de: http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001140/114040e.pdf#page=144

UNESCO (2013). *Consolidated report on the implementation of the 1974 Recommendation concerning education for international understanding, cooperation and peace and education relating to human rights and fundamental freedoms.* Paris: UNESCO. Retirado de: http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002241/224137e.pdf

UNESCO (2014). *Concept note on the Post-2015 education agenda. Document submitted by UNESCO to the 37th Session of the General Conference*. Paris: UNESCO. Retirado de: http://en.unesco.org/post2015/sites/post2015/files/UNESCOConceptNotePost2015_ENG.pdf

UNESCO (2014). *Global Citizenship Education: Preparing learners for the challenges of the 21st century.* Paris: UNESCO. Retirado de: http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002277/227729E.pdf

UNESCO (2015). *Global Citizenship Education - topics and learning objectives.* Paris: UNESCO. Retirado de: http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002329/232993e.pdf

Yin, Robert (2009). *Case study research: Design and methods* (4th ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.

6. Índice de anexos – Relatório final de avaliação externa da ENED

Os anexos assinalados com * só poderão ser consultados após consentimento escrito da equipa de avaliação

N.	Título
Anexo 1	**Termos de referência**
Anexo 2	**Matriz de avaliação**
	A. Matriz de avaliação negociada
	B. Matriz de avaliação reformulada
Anexo 3	**Análise de documentação-chave**
3.1.	Meta-análise aos documentos referentes à ENED
3.1A	Sugestões e Recomendações dos RA – 2010 a 2014
3.2.	Análise dos relatórios das jornadas e fórum de ED
3.3.	Perfil das entidades promotoras por objetivo
3.4.	Análise de públicos e promotores da ENED por objetivo
3.5.	**Análise de metas**
	A. Análise das metas a partir das bases de dados dos Relatórios de Acompanhamento e por referência ao Plano de Ação da ENED
	B. Quantificação das metas previstas por medida
	C. Análise da relação entre metas quantitativas e ações reportadas por medida
3.6.	**Análise de tipologia de atividade e medidas**
	A. Análise geral das tipologias de atividade reportadas, por medida, entre 2010 e 2014 por tipo de promotor
	B. Organizações que reportam as suas atividades de acordo com as Medidas da ENED
	C. Tipologias de atividades reportadas por tipo de promotor
3.7.	Informação sobre o financiamento de ED
3.8.	Análise Objetivos Específicos_Medidas_TA
3.9	Contextualização das Medidas
Anexo 4	**Auscultação de atores**
4.1.	Nota metodológica e categorias de análise qualitativa
4.2.	**Entrevista à responsável pela produção dos relatórios de acompanhamento (E1)**
	A. Guião de entrevista
	B. Grelha de análise *
4.3.	**Entrevista coletiva com a Comissão de Acompanhamento da ENED (E2)**
	A. Guião de entrevista

	B. Grelha de análise *
4.4.	**Entrevista coletiva (E3)**
	A. Guião de entrevista
	B. Grelha de análise *
4.5.	**Entrevista com Entidades Subscritoras do Plano de Ação (E4, E5 e E6)**
	A. Guião de entrevista
	B. Grelhas de análise *
	B1. Grelha de análise - Primeiro grupo (E4) *
	B2. Grelha de análise - Segundo grupo (E5) *
	B3. Grelha de análise - Entrevista individual (E6) *
4.6.	**Entrevista a entidades promotoras da ENED (ESE) (E7)**
	A. Guião de entrevista
	B. Grelha de análise *
4.7.	**Entrevista a entidades promotoras da ENED (ONGD) (E8 e E9)**
	A. Critérios de seleção
	B. Guião de entrevista
	C. Grelha de análise *
	C1. ONGD1 (E8) *
	C2. ONGD2 (E9) *
4.8.	**Entrevista a atores políticos - Sr. Secretário de Estado da Educação (E11)**
	A. Guião de entrevista
	B. Grelha de análise *
4.9.	**Entrevista a atores políticos – Sr.ª Presidente do Camões, I.P. (E12)**
	A. Guião de entrevista
	B. Grelha de análise *
4.10.	**Inquérito por questionário às entidades promotoras da ENED**
	A. Inquérito
	B. Relatório de análise
4.11.	**Seminário de apresentação pública do relatório intermédio**
	A. Guião de dinamização
	B. Contributos decorrentes do seminário
Anexo 5	**Estudo de caso – Concretização dos objetivos 1 e 4**
5.1.	A. Guiões de conversa exploratória e pré-guiões de análise (E10)
	B. Grelha de análise da entrevista (E10) *
	C. Atividades reportadas para OE1
	D. Atividades reportadas para OE4